

CADERNOS



ENTRE O PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO: os dilemas da “evolução truncada” no pensamento brasileiro

Wilson Vieira
Lucas Baptista
(organizadores)

n. 137

Janeiro de 2023



ENTRE O PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO:
os dilemas da “evolução truncada”
no pensamento brasileiro

Wilson Vieira
Lucas Baptista
(organizadores)

Cadernos Cedec nº 137

Janeiro de 2023

CONSELHO EDITORIAL DOS CADERNOS

André Botelho, Angélica Cuellar (UNAM, México), Cícero Araújo, Eucaris Olaya (UNAL, Colômbia), Germán Silva Garcia (ILAE, Colômbia), Iram G. Rodrigues, Miguel Chaia, Pedro Meira Monteiro (Princeton, EUA), Raquel Kritsch, Sebastião Velasco e Cruz, Tullo Vigevani

DIRETORIA

Diretor Presidente: Bernardo Ricupero

Diretora Vice-presidente: Carla Regina Mota Alonso Diéguez

Diretora tesoureira: Natalia Mello

Diretora secretária: Maria Rita Loureiro

Diretor de Publicações: Bruno Konder Comparato

COMITÊ EDITORIAL

Andrei Koerner

Pedro Henrique Vasques

Raissa Wihby Ventura

William Torres Laureano da Rosa

Cadernos CEDEC / Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. – n. 1,
(1983)– . – São Paulo: CEDEC, 1983–

Irregular, 1983 (1)–2017(122); quadrimestral, 2017(123-)

ISSN 0101-7780 (impresso)

A partir do n.123 somente online (impressão apenas sob demanda).

I. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

CADERNOS CEDEC – NOVA SÉRIE

Cadernos Cedec é publicação seriada, de periodicidade trimestral, que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos e pesquisas sobre temas diversos de interesse do Cedec, realizados por seus associados, por pesquisadores convidados e pela comunidade acadêmica.

Iniciada, em 1983, a publicação dos *Cadernos* chegou a 121 números, em 2016. A partir de 2017, os *Cadernos Cedec* iniciam Nova Série, com redefinição de seus objetivos, modelo e forma para adequar a divulgação do conhecimento às condições atuais das mídias digitais.

Trata-se da publicação de trabalhos com escopo e extensão mais amplos que artigos de periódicos científicos. A ênfase se refere à apresentação detalhada de problemas e objetivos de pesquisas, sua formulação teórico-metodológica, dados levantados e análises ampliadas dos resultados alcançados. Os *Cadernos* também incluem dossiês temáticos e a memória de seminários e debates sobre temas da atualidade e de outros eventos realizados pelo Cedec e/ou por instituições parceiras.

O Conselho Editorial passa a integrar novos membros, brasileiros e estrangeiros. Com isso, será possível assegurar a pluralidade de temáticas e de perspectivas teóricas e metodológicas, mantendo a diretriz institucional que privilegia a qualidade da pesquisa em temas prioritários.

Os *Cadernos Cedec* passam a ser publicados exclusivamente em mídia digital. Sua identidade visual e projeto gráfico foram remodelados e as publicações serão inseridas em plataforma de editoração eletrônica (SEER) para facilitar o acesso aos leitores e sua indexação em bases de dados.

Os *Cadernos Cedec* adotam as mesmas normas de publicação que a Revista Lua Nova (<http://www.cedec.org.br/luanova/artigos/>), mas com extensão de 35 a 80 páginas ou de 75 a 175 mil caracteres.

Dado o seu caráter institucional, os *Cadernos Cedec* recebem apenas propostas de publicação apresentadas por integrantes de seu Conselho Editorial e de seus associados.

SUMÁRIO

Apresentação	5
Wilson Vieira e Lucas Baptista	
O LIBERALISMO ABOLICIONISTA ENQUANTO “FORMA” E A ESCRAVIDÃO COMO “CRÍTICA”: a retórica do <i>progresso</i> em Joaquim Nabuco	7
Lucas Baptista	
CELSO FURTADO: a esperança desenvolvimentista para a construção da nação Brasil	64
Wilson Vieira	
UM SÉCULO DE MARXISMO TEÓRICO NO BRASIL: um debate sobre revolução	99
Carla Curty, Maria Malta e Jaime León	

APRESENTAÇÃO⁰¹

Wilson Vieira e Lucas Baptista

Esta edição do Cadernos Cedec aglutina trabalhos de pesquisadoras/pesquisadores do projeto Acervo Digital do Cedec-Ceipoc e do projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq, “Democracia, desenvolvimento e direitos: desafios do tempo presente”. O objetivo geral consistiu em reunir artigos que mobilizassem os ensaios de Chico de Oliveira (1933-2019), em particular *A crítica à razão dualista* (1972) e *o Ornitorrinco* (2003), para que, de forma diversa, problematizassem a questão da dialética do atraso/moderno no âmbito do pensamento político, social e econômico nacional. A proposta foi trazer à tona momentos decisivos da nossa história, no sentido de propor uma análise circunstanciada sobre como determinados atores políticos, intelectuais e/ou correntes de pensamento lançaram estratégias de progresso e/ou de desenvolvimento para enfrentarem os desafios colocados pelo dilema do atraso. Desafios estes que, de alguma forma, refletem o diagnóstico do sociólogo uspiano acerca da nossa “evolução às avessas” desde a entrada do país na corrida produtiva aberta pela Segunda Revolução Industrial nos anos 1930; ou mesmo fazem entrever a presença de aspectos que configuram a “evolução truncada” do Brasil contemporâneo.

O artigo de Lucas Baptista trata do liberalismo abolicionista em Joaquim Nabuco, cujo intuito é analisar como o pernambucano mobilizou a noção de progresso para lançar seu projeto de futuro durante o momento decisivo de crise e fim da escravidão e do Império no Brasil (1879-1889). O artigo de Wilson Vieira disserta sobre a particularidade das estratégias desenvolvimentistas de Celso Furtado levadas a cabo ao longo dos anos 1950 e 1960 e seus desdobramentos, dentro

01. Este Caderno foi produzido como parte das atividades das pesquisas: “Democracia, desenvolvimento e direitos: desafios do tempo presente”, com auxílio à pesquisa da Chamada Pró-Humanidades CNPq/MCTI/FNDCT nº 40/2022 (Proc. 420749/2022-5) e “Desenvolvimento de um Acervo Digital com experiências de pesquisa e diagnósticos sobre a democracia constitucional brasileira”, com o Auxílio Regular à pesquisa financiado pela Fapesp (Proc.: 2021/14709-8).

do quadro geral do projeto de futuro do paraibano em reconstruir a nação Brasil, buscando observar os desafios de concretização dessas estratégias de superação do “atraso” em busca do “moderno”. O artigo de Carla Curty, Maria Malta e Jaime León convida as leitoras e leitores a mergulhar nas controvérsias que configuram a reflexão sobre a política, a economia, a sociedade e a história no âmbito do desenvolvimento do pensamento marxista no Brasil. O artigo, ao percorrer o “breve século 20”, busca aglutinar autores brasileiros no sentido de encontrar um caminho de articulação entre eles que seja capaz de ressaltar as afinidades e particularidades de suas expectativas revolucionárias quanto ao futuro.

OLIBERALISMO ABOLICIONISTA ENQUANTO “FORMA” E A ESCRAVIDÃO COMO “CRÍTICA”:

a retórica do *progresso* em Joaquim Nabuco

A nação, de fato, é formada de proletários, porque os descendentes dos senhores logo chegam a sê-lo (Joaquim Nabuco)

Lucas Baptista⁰¹

No prefácio à edição que aglutina os dois trabalhos mais conhecidos do sociólogo Francisco de Oliveira (1933-2019), a *Crítica à Razão Dualista* (1972) e *O Ornitórrinco* (2003), Roberto Schwarz (2003) sugere que o diagnóstico sobre a evolução truncada do Brasil contemporâneo remete aos tempos de Machado de Assis (1839-1908). Ainda que a metáfora do *ornitórrinco* forje a imagem de um país que, após ter se desenvolvido às avessas na corrida produtiva aberta pela Segunda Revolução Industrial e, agora, revela grandes dificuldades em se redefinir no âmbito da acumulação global, ela não deixa de apontar para problemas que estão encravados no bojo das particularidades que configuram a Revolução Burguesa nacional. Ainda mais porque, como lembra Schwarz, este animal enigmático e desforme não dispõe de autocompreensão ética-política, na medida em que “emprega a economia dos trabalhadores como se não fosse nada além de capital” (Schwarz, 2003, p.78). Por isso, não seria despropositado dizer que algumas características da truncada evolução brasileira atual podem ser vistas – ou ao menos fazem valer sua presença – no processo de transição da sociedade escravista para a sociedade de classes de fins do século XIX, sobretudo quando se lança os olhos para a polissemia que a noção de *progresso* assumiu naquela conjuntura crítica.

O presente artigo busca analisar o liberalismo abolicionista em Joaquim Nabuco (1849-1923) com o objetivo de demonstrar como ele mobiliza a retórica da ideia de *progresso* no momento decisivo de crise e fim da sociedade escravista e do Império no Brasil (1879-1889)⁰². Durante os

01. Doutor em Ciência Política pela Unicamp. Foi professor adjunto colaborador pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) entre 2021-2023 e atualmente é pesquisador assistente do projeto Acervo Digital CEDEC-CEIPOC e do projeto “Democracia, Desenvolvimento e Direitos: desafios do tempo presente”, financiado pelo CNPq.

02. Parte da argumentação aqui elaborada faz parte da tese de Doutorado em Ciência Política defendida pelo autor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Baptista, L. *Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, dois liberais críticos? O*

anos 1880, Nabuco, além de ter escrito *O Abolicionismo* (1883), manteve contato com abolicionistas estrangeiros, ajudou a fundar a Sociedade Brasileira contra a Escravidão (SBCE) e atuou na luta pelo *fim da escravidão sem indenização* e pela proposta da monarquia federativa no Parlamento e na imprensa – onde costumava assinar artigos com o pseudônimo de Wilberforce (em homenagem ao abolicionista britânico). Logo, como afirmava o pernambucano, “não tarda a hora de que todos os brasileiros se convençam, como nós [abolicionistas], de que o ponto de partida de todos os *progressos* [...] será aquele em que, em todo este país, não houver mais um escravo”. Para ele, um dos objetivos centrais do movimento abolicionista consistia em reconhecer que a *raça negra* não apenas nos deu um povo, mas também construiu toda a nossa riqueza através do seu trabalho: à custa de muito suor, sangue e sofrimento. Ela foi escravizada por senhores que não dispunham de nenhum senso ético-moral humanitário e que não sabiam fazer outra coisa a não ser mandar. O desafio, portanto, era justamente fazer deste composto *senhor/escravo* uma verdadeira comunidade política nacional.

Nabuco, ao ampliar as expectativas sobre a *abolição*, reivindicou um conjunto de reformas, como a reforma agrária e o derramamento da instrução pública, para que o país se emancipasse da escravidão e dos efeitos nocivos que esta instituição legou entre nós. O ponto alto deste liberalismo aparece justamente na polarização utópica de sua retórica, pois ele descobriu na própria noção de *progresso* a estrutura temporal correspondente ao modo de ser nacional: uma nação cujo crescimento estava inevitavelmente ligado à crueldade hedionda que reinava na esfera da produção (passado) e que, por sua vez, carregava o fardo de ser um dos últimos países escravistas do planeta (presente). Por isso mesmo, esse país deveria passar por mudanças civilizatórias para a refundação da nação sobre o trabalho livre e digno, como também na união das *raças* em liberdade (futuro)⁰³. O pernambucano somente adotou a bandeira da *abolição imediata e sem indenização* depois do embate parlamentar que culminou na Lei dos Sexagenários, em 1885. Nesse mesmo ano, ele lançou o projeto de federação monárquica na Câmara, mas fracassou. Nabuco manteve-se firme à monarquia ao entender que a Coroa poderia ter um papel fundamental ao *progresso moral e político* do país, sobretudo se o *governo pessoal* se colocasse à testa da federação e das reformas sociais necessárias para fundar o povo político no Brasil.

momento decisivo de crise e fim da sociedade escravista e do Império no Brasil (1879-1889). 2019. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637129>. Esta tese foi indicada ao prêmio de melhores teses Capes em Ciência Política de 2019.

03. De acordo com Fernandes (1975), os liberais abolicionistas, como Joaquim Nabuco, foram representantes da parte positiva do *liberalismo indeciso* que caracterizou a formação e desagregação da sociedade senhorial e escravocrata no Brasil (Fernandes, 1975, p. 48-49).

Não se trata de querer encontrar uma mitologia da coerência (Skinner, 2003) em torno das ideias de Joaquim Nabuco, tampouco de descolá-lo do contexto anglófilo e racista que caracteriza a linguagem política do *establishment* imperial. O objetivo aqui é mostrar como o pernambucano, ao agir momentaneamente contra a classe em que nasceu, foi radicalizando sua crítica à escravidão de modo gradual até se tornar um *radical temporário* (Cândido, 1998). O liberalismo abolicionista em Nabuco, ao forjar a escravidão enquanto *unidade crítica*, colocou o tema do sofrimento na agenda pública e escancarou as raízes da nossa injustiça social, principalmente ao diagnosticar que esta instituição obliterou o *progresso* de toda a nação e, em particular, pela indiferença e insensibilidade humanitária que engendrou na mentalidade das nossas elites. Esse legado parece ecoar na dialética do *atraso/moderno* que configurou nossa evolução às avessas durante a Segunda Revolução Industrial no século XX, tal como argumenta Chico de Oliveira nos anos 1970, tornando-se um traço quase incontornável do *ornitorrinco* contemporâneo⁰⁴.

Para cumprir o propósito anunciado, este artigo está dividido em três partes. A primeira delas se ancora no ensaio de Roberto Schwarz sobre as *Ideias fora do lugar* (1981) para argumentar de que modo é possível tratar a obra, os discursos, escritos e opúsculos abolicionistas de Joaquim Nabuco sob a perspectiva da *forma ensaio* – assim como colocada por Gyorgy Lukács (2013) e Theodor Adorno (2003); como também, visa explicitar alguns aspectos políticos e sociais que configuraram o momento decisivo de crise e fim da escravidão e do Império no Brasil (1879-1889). As partes seguintes tratam das particularidades do liberalismo abolicionista em Nabuco, objetivando, respectivamente: a) revelar como a escravidão se mostra enquanto *unidade crítica* no pensamento dele a partir da análise privilegiada da obra *O Abolicionismo*; e b) explicar o diagnóstico de Nabuco sobre a *nação incompleta*, para destacar as *estratégias de progresso* que ele mobilizou para atacar a Lei dos Sexagenários (1885), defender seu projeto de regeneração monárquica (1885) e, assim, lançar sua visão sobre o então recente evento da abolição: mantendo-se firme ao lado da Coroa durante a crise final do Império (1889) em favor da construção de uma monarquia federativa e popular no Brasil.

04. Sobretudo quando Chico de Oliveira nos mostra que a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas que forjam o capitalismo industrial no Brasil, a partir de 1930, tem uma dimensão política importante. Isto é, nossa evolução às avessas, a partir deste período, foi resultado de uma escolha da própria burguesia nacional *em não participar do projeto emancipador* – o qual, entre outras coisas, incluía a reforma agrária e a melhoria na distribuição de renda –, combinando, assim, a acumulação insuficiente com o privilegiamento da acumulação propriamente industrial (Oliveira, 2003, p. 1080-1144).

1. Caracterizando o liberalismo abolicionista dos anos 1880

1.1. As “ideias fora do lugar”: o liberalismo entre o favor e a escravidão

A análise literária de Roberto Schwarz (1981) de *As ideias fora do lugar* – cujo título polêmico foi, por vezes, erroneamente interpretado literalmente – abre ensejo à compreensão singular sobre a história nacional do liberalismo. Primeiro, lembra o autor vienense radicado no Brasil, enquanto as burguesias liberais na Europa nasceram ao revolucionar o modo de produção feudal, reivindicando o princípio da liberdade individual contra os privilégios do Antigo Regime, por aqui – se a mera presença da escravidão obliterava a existência desta liberdade – a história foi ainda mais complexa. Foram os escravistas que formaram, ao menos até quando este modo de produção veio a ser menos rentável que o trabalho assalariado, a classe essencialmente capitalista⁰⁵. A vinculação desta classe ao mercado internacional, para onde a economia era voltada, impôs aos proprietários e traficantes de humanos a aplicação prática de alguns princípios liberais oriundos de fora. A racionalidade econômica, coberta pela aparência do ideário “civilizado” das burguesias europeias, assentava-se, de fato, sobre uma realidade pré-moderna (ou malformada). Isso possibilitou, entre outras coisas, o florescimento do capitalismo comercial em forma de “preço” e de “lucro”, mas que dispensou o “salário”. Tal conversão, argumenta Schwarz (1981), fez com que o liberalismo se transformasse nos Trópicos, quando muito, em uma “ideologia de segundo grau”.

A vertente nacional desta doutrina tendeu, assim, a entortar o seu caráter universal em favor de interesses particularistas, ficando à mercê dos caprichos da classe que, na periferia, emulava o papel que as burguesias ocupavam nos países europeus. Principalmente, porque o Brasil, mesmo estando ligado à expansão global do capital desde o início de sua história e tendo desempenhado um papel importante na acumulação primitiva, não teve uma formação capitalista desde sempre (Ricupero, 2007, p.59-62)⁰⁶. Logo, uma das particularidades da realidade social pela qual circularam as ideias liberais deste lado do Atlântico, forjada na estufa do Estado imperial, residiu nesta articulação original entre produção

05. Vale dizer, no período pós-1822, houve a potencialização do mercado escravagista no contexto das economias de *plantation* das Américas (Bosi, 1988; Tomich, 2011).

06. Desde a colônia, o tráfico negreiro abriu um setor de comércio altamente rentável e que foi fundamental à acumulação de capitais pela metrópole lusitana (Novais, 1983, p.105-106). É relevante destacar que Portugal foi o único país europeu que empreendeu operações diretas e oficiais de caça/captura de africanos livres, fazendo da África Central uma reserva de escravos indispensável à garantia de seu domínio sobre a América. Para manter o lucrativo comércio, a escravidão mercantil foi estruturada sobre a complementariedade sul-atlântica, engendrando relações de subordinação e trocas desiguais entre as colônias lusitanas. Isso fez de Angola a principal fornecedora de braços escravos para a colonização brasileira (Alencastro, 2000, p.330-331).

mercantil e trabalho servil. Mesmo que a escravidão tenha existido em outros momentos da história universal, e tenha persistido em alguns lugares da América, por aqui ela foi nacionalmente reinventada para estimular a transição do país rumo ao capitalismo moderno dos grandes centros (Mello, 1990, p. 40-41). Assim, a emancipação política da ex-colônia reforçou a propriedade subjetiva do lucro, escorando e potencializando a produção econômica na mesma base escravista e latifundiária do mundo colonial.

Ao substituir a liberdade individual pelo trabalho compulsório que o monopólio da terra – representado pelo grande latifundiário – impunha ao escravo, a continuidade da escravidão estendeu os tentáculos da dominação sobre os “homens livres e pobres”. O “agregado” é a figura mais expressiva dessa dominação (Franco, 1997, p.68-95), de modo que aquele contexto era marcado por uma divisão entre aqueles que não eram nem escravos, nem proletários, nem proprietários, de um lado; e a classe possuidora de *agregados* do outro, sendo a *ideologia do favor* o nexo mais aparente de articulação entre esses estratos. O *favor* tomou forma tanto na relação imediata de dependência material do *agregado* perante o potentado local e/ou regional quanto entre os setores das elites imperiais, que compunham o quadro das profissões liberais, tais como a medicina, o jornalismo, a advocacia e, em especial, a política. Em Schwarz (1981):

E assim como o profissional dependia do **favor** para o exercício da sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para seu posto. O favor é nossa mediação quase universal – sendo mais simpático que o **nexo escravista**, a outra relação que a colônia legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele sua interpretação do Brasil, involuntariamente **disfarçando a violência** que sempre reinou na esfera da produção (Schwarz, 1981, p.16, grifo nosso).

O liberalismo se converteu em ideologia secundária porque, ao mesmo tempo em que se ligou intrinsecamente ao *nexo do favor*, teve de emprestar dos países centrais as formas e teorias do Estado burguês moderno, como a burocracia, a justiça, o Parlamento e tudo mais que nos tornasse “civilizados”. Ainda que tais instituições fossem, de fato, regidas pelo clientelismo político, este processo produziu uma coexistência que é reveladora da originalidade da circulação das ideias liberais entre nós. Alguns argumentos que a burguesia europeia havia elaborado contra o arbítrio e a escravidão chegaram até a circular no debate local, mas o nexo do *favor* permitia com que os supostos antagonismos pudessem conviver com facilidade. Sob essa atmosfera, o liberalismo, ao ser mobilizado para engrandecer a autoestima dos próprios debatedores e seus benfeitores (leia-se: o grande proprietário de terras e escravos), acabou por cancelar o poder dos potentados e,

acima de tudo, a crueldade hedionda do mundo da produção. Muitas vezes, esses debatedores, ao terem como modelo as glórias da civilização europeia, copiavam o liberalismo de além-mar para afirmar, ao menos ilusoriamente, o prestígio e o privilégio de serem homens “civilizados” num país escravista (Schwarz, 1981, p.17-18).

Enfim, de que valia a adoção do vocabulário burguês da igualdade, do mérito, do trabalho e da razão quando convertidas para o Brasil? Se na Europa a ideologia burguesa “descrevia falsamente a existência”, visando disfarçar a exploração do “trabalhador livre” pelo capitalista, a circulação nacional dessas ideias não cumpria sequer esse papel, uma vez que não gravitou segundo uma lei que lhe fosse própria. Ora, se, por si só, o escravismo desmentia as ideias liberais, nossa comédia ideológica se manifestou num “sentido diverso, por assim dizer, original”, de modo que é indispensável levar em conta a tensão na relação entre forma e ambiente para desfazer o nó armado que caracteriza a nossa vida intelectual. O ponto essencial não consiste em tratar a história nacional do liberalismo como uma farsa copiada de fora; ou mesmo argumentar que a escravidão fatalmente colocou as ideias fora do seu lugar original. A perspectiva crítica de Schwarz (1981) deve servir como ponto de partida para analisar a vertente local dessa doutrina porque ilumina o chão social em que as referências estrangeiras atuavam e, ao mesmo tempo, conformavam a interação entre as práticas e as ideias no contexto do capitalismo periférico brasileiro⁰⁷. Em Schwarz (1981),

Em suma, se insistimos no viés que o **escravismo** e o **favor** introduziram nas ideias do tempo, não foi para as descartar, **mas para descrevê-las enquanto enviesadas** – fora de centro em relação à exigência que elas mesmas propunham, e **reconhecivelmente nossas, nessa mesma qualidade** [...] (SCHWARZ, 1981, p.19, grifo nosso).

O problema não foi a cópia das ideias em si, mas como e por quem elas podiam ser copiadas, tendo em vista que, no processo de formação e consolidação do Estado imperial, apenas uma classe copiava⁰⁸. Foram os bacharéis, formados nos bancos das duas Faculdades de Direito existentes à

07. A partir dessa argumentação pretende-se responder às críticas feitas por Maria Sylvia Carvalho Franco, Alfredo Bosi e Carlos Nelson Coutinho ao ensaio de Schwarz. Todos eles, grosso modo, afirmam que as ideias liberais não estão fora de lugar no Brasil e, por isso mesmo, não são uma farsa. Farsa que, segundo Franco (1976), levaria a uma concepção dualista da realidade periférica, na qual, de um lado, seria possível identificar “as ideias e as razões burguesas europeias sofregamente adotadas para nada, e de outro, o favor e o escravismo brasileiros incompatíveis com ela (Franco, 1976 *apud* Querido, 2019).

08. Sobre o processo de formação e consolidação do Estado Imperial no Brasil ver: Buarque de Holanda, S. 2008. *Do Império à República: o Brasil monárquico* (Tomo III, vol.7). 8ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil; Carvalho, J. M. 2013. *A construção da ordem imperial: teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira; Dolnikoff, M. 2005. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Globo; Faoro, R. 2004. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Ed. Globo; Ferreira, G. N. 2006. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Ed. Hucitec; Mattos, I. 2004. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec.

época (São Paulo e Recife), que ficaram encarregados de promover a sistematização e integração desse Estado conforme os critérios “civilizados” fornecidos pelo liberalismo disponível nos países centrais. Classe essa que, muitas vezes, representava os interesses dos grandes proprietários de terras e escravos sem diploma. Portanto, a formação bacharelesca foi basilar na promoção dos quadros da burocracia imperial, como também compensou as relativas bases heterogêneas das elites políticas mediante a constituição de um tipo de intelectual que ia além do saber restrito ao universo da Lei e do Direito (Adorno, 1998, p.91-92). Não por acaso, a cópia passou a ter uma conotação pejorativa justamente no final do século XIX, quando outros grupos político-sociais se tornaram aptos a copiar e/ou a criticar imitações (Schwarz, 1981, p.36-41). Nos anos 1870, a presença de novas instituições de ensino, como a Escola Militar e a Politécnica, quebrou um pouco a hegemonia dos “casacas” (bacharéis) e, por sua vez, ampliou a classe que copiava.

O acesso de outros grupos sociais à vida político-intelectual do Império esteve relacionado à circulação do “bando de ideias novas” – conforme anunciou Sílvio Romero (1851-1914) à época –, como o positivismo, o evolucionismo e a criminologia, e que marcaram sua presença no debate ao exigir diferentes posturas e estratégias de *progresso* para o país⁰⁹. Entre outras coisas, a apropriação das ideias em voga no exterior se traduziu numa absorção diversa e distorcida do critério biológico da categoria *raça* pelos debatedores locais: o que, em larga medida, serviu para escamotear a questão social da escravidão ao forjar a mestiçagem como vértice da identidade nacional¹⁰. Na arena política, isso se articulou sobre cinco grupos principais: a) os liberais republicanos *spencerianos*, como Quintino Bocaiúva (1836-1912) e Saldanha Marinho (1816-1895); b) os federalistas positivistas científicos gaúchos; c) os federalistas positivistas científicos paulistas; d) os positivistas abolicionistas, como Miguel Lemos (1854-1917) e Aníbal Falcão (1859-1900) e, por fim, e) os *novos liberais*, grupo no qual estavam, entre outros, os bacharéis Joaquim Nabuco e Rui Barbosa (Alonso, 2002, p.122-125; p.179-188). E quem eram esses *novos liberais*? Eles projetavam como novos em relação a quê?¹¹.

09. É interessante notar que a sétima edição do dicionário Moraes, de 1877, alterou o verbete *progresso* – que outrora significava tão somente prosperidade econômica. A partir de então, ele passou a ser descrito como desenvolvimento de um país, de uma região, da civilização e/ou da humanidade.

10. No Brasil, se fez uso inusitado das teorias raciais vindas da Europa, na medida em que a interpretação *darwinista* social se combinou com as perspectivas evolucionistas e monogenistas, permitindo que o modelo racial servisse tanto para naturalizar as diferenças e hierarquias quanto para forjar a imaginação de uma nação mestiça. O projeto comum tinha como base a fundação de uma nação simbólica e socialmente de boa espécie, isto é, um projeto eugenista-evolucionista que fez sucesso, principalmente, entre os setores republicanos paulistas. Ele previa, entre outras coisas, a promoção da imigração europeia como forma de atingir a pureza racial do país (Schwarz, 2013, p. 999).

11. Seguimos a sugestão de Kugelmas (2003), de que os *novos liberais* merecem um lugar aparte na análise feita por

Como lembra Bosi (1988), é preciso distinguir com clareza o conjunto híbrido que formou o Partido Liberal desde surgimento da vertente *liberal-radical*, que apareceu pela primeira vez em *A opinião Liberal* (1866), até a abolição completa da escravidão em 1888.

Para conectar o argumento de Roberto Schwarz (1981) à caracterização do liberalismo abolicionista em Joaquim Nabuco é preciso considerar o processo mais amplo de maturação do liberalismo no Brasil (e no mundo). Efeito esse que ecoa na análise feita pelo próprio Schwarz sobre o material ideológico dos romances maduros de Machado de Assis. Em *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990), a obra machadiana é revelada como a expressão da *forma* mais bem acabada da *formação* da nossa literatura do século XIX, já que o mago do Cosme Velho é um dos primeiros a internalizar as condições genuinamente brasileiras (isto é, a nossa má-formação) em seus trabalhos¹². De modo análogo, o liberalismo abolicionista em Nabuco pode ser lido como a *forma* expressiva da história desta doutrina no Brasil oitocentista, servindo-lhe, muitas vezes, como crítica. O pernambucano foi capaz de internalizar as condições sociais de sua época ao enfrentar a escravidão não como mera presença empírica de senhores e escravos, mas enquanto *unidade crítica*, isto é, como um traço parcial da conjuntura pelo qual foi possível vislumbrar *uma totalidade que não é total*: a nação brasileira malformada ou incompleta¹³.

Contudo, assim como não é possível compreender o surgimento de Machado sem levar em consideração o que veio antes dele, como, por exemplo, os romances de José de Alencar

Ângela Alonso, sobretudo porque eles conciliaram a crítica social aguda com a defesa da monarquia. Por falta de espaço, este artigo trata apenas do liberalismo em Joaquim Nabuco para que, em uma próxima oportunidade, possa ser desenvolvido algo sobre o liberalismo abolicionista em Rui.

12. Como sugere Ricupero (2007), o próprio ensaio sobre *As ideias fora do lugar*, “mais do que expressar um fato – a inadequação de certas referências intelectuais a um dado contexto social –, indica um processo de *formação* que se completaria na *forma*” (Ricupero, 2007, p.64). Uma *forma* que, por sua vez, não é total, pois está aberta e preme de novas significações. Vale dizer, a *formação* e a *forma* guardam forte relação com a perspectiva do ensaio, colocada por Luckács (2013) e Adorno (2003), conforme será tratado a seguir.

13. Fernando Henrique Cardoso foi um dos primeiros (e, talvez, únicos) a mobilizar as ideias do filósofo húngaro Gyorgy Lukács (1885-1971) para analisar o ideário político de Joaquim Nabuco. Cardoso (1977) parte da premissa lukacsiana da impossibilidade de se captar a *consciência do real* apenas reproduzindo as relações concretas do mundo material e argumenta que a *totalidade* do processo da abolição se torna inteligível a partir da articulação entre o *movimento da realidade* (fatores socioeconômicos efetivos da produção) e o *movimento da razão* (ideologia). É a partir dessa relação que o liberalismo abolicionista em Nabuco é traduzido como *forma* possível de *consciência totalizante* do processo de abolição no Brasil, sobretudo porque o pernambucano foi quem melhor percebeu que a escravidão não afetava apenas a vida do escravo, mas degradava toda a sociedade (*contradições da razão*). De algum modo, o objetivo deste artigo é desenvolver a proposta ensejada por FHC sob um prisma diferente.

(1829-1877) e de Joaquim Manuel Macedo (1836-1852); a existência do liberalismo abolicionista em Nabuco pressupõe considerar a existência anterior de José Bonifácio (1763-1838) e, acima de tudo, de Tavares Bastos (1839-1875)¹⁴. De modo que as reivindicações feitas pelo pernambucano nos anos 1880, pensadas enquanto *forma*, expressaram uma série de ideias, lutas e projetos que já existiam antes, mas que ganharam outra envergadura no momento decisivo de crise e fim da escravidão e do Império no Brasil (1879-1889). Isso aconteceu, principalmente, pela intensidade das mudanças ocorridas na política e na sociedade brasileira, bem como pelo surgimento das novas nacionalidades que eclodem no mundo durante o último quarto do século XIX.

A seção a seguir objetiva demonstrar em que medida as obras, discursos e escritos abolicionistas de Nabuco podem ser lidos na perspectiva da *forma ensaio* – tal como colocado por Lukács (2013) e Adorno (2003) –, nos quais a escravidão se mostra como *unidade crítica*. Para isso, será tratado alguns aspectos sociais e políticos do contexto, que se pode chamar de momento decisivo de crise e fim da escravidão e do Império no Brasil, abrindo ensejo para análise que se fará nas outras partes deste artigo.

1.2. O liberalismo abolicionista como forma e a escravidão enquanto unidade crítica

Retomar a perspectiva *forma ensaio* para analisar o liberalismo abolicionista em Nabuco se justifica por três motivos principais¹⁵: a) o lugar privilegiado da incerteza política, de não saber como seria o futuro num país com passado escravista e, por sua vez, racialmente diverso como o nosso; b) a urgência de intervenção política em uma conjuntura marcada pelo ineditismo de uma luta popular e suprapartidária pelo fim da escravidão; e, por fim, pela c) a dificuldade em delimitar os limites e alcances da ação política, de modo que a pauta *da abolição imediata e sem indenização* como ponto de partida para todos os *progressos*, assumiu, muitas vezes, uma dimensão temporal mais ampla, cujo horizonte de expectativas está marcado pelo diagnóstico de uma *nação incompleta* – e sua reconstrução, como lembra Nabuco, seria tarefa de várias gerações¹⁶. Este conjunto de questões

14. Mesmo com a morte prematura, em 1875, Tavares Bastos não deixou de legar sua influência à toda corrente liberal-abolicionista que viria depois dele, em particular Joaquim Nabuco e Rui Barbosa (Brandão, 2007, p.51).

15. Para um balanço sobre a questão da *forma ensaio* no Brasil, ver: Chaloub, J. 2022. A forma ensaio e o pensamento político-social brasileiro. *Revista Wirapuru*, v. 5, pp.1-10.

16. De forma diversa, grande parte das muitas análises sobre as ideias de Joaquim Nabuco destacam o diagnóstico do

caracterizam o conteúdo do liberalismo abolicionista dos anos 1880, renovando a circulação nacional da doutrina a partir da absorção de novas ideias sobre evolução social em voga na Inglaterra¹⁷ e do repertório moral do movimento abolicionista internacional. Contudo, ao contrário do viés religioso que configurou a luta antiescravista nos Estados Unidos (EUA), por aqui, foi adotada uma linguagem “secular, na qual a figura central é o *progresso* e suas correspondentes leis humanas” (Azevedo, 2003, p.44).

A tarefa de pensar como Nabuco mobilizou a *retórica progressista* para atacar a escravidão guarda relação com a noção de crítica ensejada por Gyorgy Lukács, no sentido de não tomar o diagnóstico sobre os efeitos da instituição servil entre nós como uma sentença final ou *totalidade completa*. Ao contrário, se a crítica à escravidão toma a *forma* de um juízo, o que decide seu valor não é a sentença, mas o processo em si de julgar (Lukács, 2013, p.38-39) – o que torna viva a vivência real daquele momento de crise pelo qual passava o Brasil. A instituição servil não assume o caráter de *nexo causal e definitivo* de todos os problemas da nação, tampouco se torna o *fator explicativo central* da realidade, porque o liberal não afirmou a tese entre identidade e coisa, que rejeitou como conteúdo. Para o pernambucano, a escravidão é a *unidade crítica*, isto é, um traço parcial da conjuntura por meio do qual ele consegue, minimamente, aplinar a *totalidade* da realidade fragmentada (Adorno, 2003, p.35-36). Se o *todo* ou a *totalidade* é revelada quando se realiza em cada fragmento específico da realidade, o objetivo do trabalho é mostrar como e quais fragmentos – ao serem unidos criticamente pela escravidão – expressam uma *totalidade do que não é total*, ou seja, a *nação-Brasil incompleta*.

Nabuco compreendeu que a escravidão não só existia no âmbito da história universal, como estava presente em todos os *fragmentos* ou *retalhos* da *nação-Brasil* em formação: como nas leis, na divisão de classes, de raças, na geografia, no território e nos costumes públicos e privados. Por

pernambucano de que a escravidão nos legou uma nação incompleta – como, por exemplo, Marson (2008), Nogueira (2010), Rocha (2009), Salles (2002) e Prado (2005). Este artigo se vale dessas contribuições para lançar uma análise diversa.

17. Nos referimos aqui ao novo tipo de liberalismo, surgido no bojo da expansão capitalista inglesa do século XIX, que vai tomado certa consciência das contradições do próprio sistema que ele legitimava. Em um contexto em que se via o crescer do socialismo, os negócios pareciam se rebelar contra as doutrinas liberais em voga, na medida em que o resultado prático do capitalismo – a despeito de ter possibilitado maiores condições de liberdade que no Antigo Regime – acabou por produzir o trabalho infantil, a insalubridade no trabalho e a miséria do povo. Harold Laski define esta corrente, que se inicia com Stuart Mill, de “humanitarismo óbvio”, de modo que alguns liberais passaram a exigir a intervenção do Estado em setores estratégicos em prol de condições mais humanitárias de cidadania, colocando-se contra o domínio total do aparato estatal pela burguesia (Laski, 1936, p.165-168). De algum modo, Nabuco foi sensível a essas novas ideias sociais do liberalismo que, ao longo dos anos 1880, conformaram a vertente dos liberais fabianistas – representada por nomes como T.H. Green e John Morley e que está nas origens políticas e intelectuais da social-democracia do século XX.

isso, ao se inspirar no liberalismo em John Stuart Mill (1806-1873), ele reivindicou que a abolição deveria assegurar o trabalho livre e digno para todos, bem como a união das *raças* em liberdade, de modo que os cidadãos (tanto ex-senhores quanto ex-escravos) fossem gradualmente preparados para tomar a parte do que lhes era de direito no governo representativo¹⁸. Afinal, se a escravidão nos fazia ocupar a escala moral mais baixa no conjunto das nações do planeta, pior ainda era o legado dela à nossa representação nacional, formando uma classe – a dos escravistas – que enviesava toda a atmosfera ideológica e política do Império. Sobretudo, porque essa classe engendrou na sociedade a afeição à contemplação da injustiça humana, inclinando-nos a atenuar o sofrimento social, explicando-o e classificando-o por partes; levando-nos a entendê-lo não segundo um padrão rígido, mas sim ao sabor das circunstâncias e dos lugares.

Para o abolicionista – e esse é um dos aspectos principais – o meio social escravista obliterava a formação de uma civilização nacional, principalmente porque criava a fantasia de que o grande proprietário de terras e escravos era moralmente superior ao escravo. Logo, como lembra o pernambucano, “a educação e o exemplo que recebemos de nossos antepassados, assim como hábito que temos de mandar sob a escravidão, nos tornaram difícil a direção de trabalhadores livres e no gozo dos mesmos direitos que nós” (Nabuco, 1949, p.21). É neste sentido que a escravidão, ao servir como *unidade crítica*, é capaz de vislumbrar no fragmento exposto na mentalidade das nossas elites um dos obstáculos mais difíceis para a reconstrução nacional. Contudo, ao projetar o futuro na abolição, Nabuco não tomou o lugar de origem – isto é, a ex-colônia portuguesa, agroexportadora, escravista, racialmente diversa e forjada sob um Estado clientelista e patriarcal – como selo definitivo de inferioridade civilizatória. Ao contrário, ele revelou ter certa consciência de que a experiência vivida pela conjuntura doméstica colocava dilemas políticos, étnicos e sociais à universalidade de alguns princípios emancipatórios do liberalismo, podendo revelar verdades sobre a própria condição capitalista dos países centrais.

18. Esta proposta tem clara inspiração nas ideias de John Stuart Mill (1806-1873) sobre a representação política, sobretudo quando o liberal inglês ressaltou a importância de se analisar a história das nações e os diferentes estágios de civilização em que elas se encontram para avaliar a aptidão de um povo para formar o governo representativo. Na visão de Mill (1983), era preciso levar em conta tais diferenças para que o povo inteiro ou certa porção dele, por meio de deputados periodicamente eleitos, pudesse exercer o *poder controlador extremo*, que em qualquer constituição tem que existir em alguma parte: “O povo tem de possuir esse poder extremo em toda sua inteireza. Tem de ser senhor, sempre que assim lhe aprouver, de todas as ações do governo” (Mill, 1983, p.60).

O liberalismo abolicionista, pensado enquanto *forma*, não surgiu do dia para noite, mas sim de fragmentos de escritos, ideias, lutas e propostas que vieram antes de Nabuco. Desse modo, é possível entrever no pensamento do pernambucano tanto a influência dos liberais brasileiros e estrangeiros (em particular, os ingleses) quanto da retórica moral do movimento abolicionista internacional. Para compreender como o ideário político nabucoano é colocado em movimento, cabe destacar algumas particularidades políticas e sociais que configuraram o momento de crise e fim da escravidão do Império no Brasil (1879-1889) para, assim, avaliar em que medida ele atuou enquanto *radical temporário* – o que será feito nas próximas seções.

Primeiramente, é preciso ter em vista os impactos que a guerra civil pelo fim da escravidão nos EUA, entre 1861 e 1865, tiveram por aqui, somada à Carta da Junta Francesa enviada ao Imperador que reivindicava a emancipação dos escravos no Brasil. No plano interno, o Partido Liberal sofria rachaduras, sobretudo a partir da saída do governo em 1868 – o que, entre outras coisas, fez nascer a oposição entre “moderados”, que permaneceram ao lado da monarquia e, de outro, aglutinou “históricos” e “radicais” em torno da formação do Partido Republicano, em 1870. Entre 1868 e 1871, surgiu também o primeiro ciclo de mobilizações antiescravistas do Brasil, que foi carreado por membros dissidentes da elite imperial e seus apadrinhados. Foram criadas 26 associações, encetando ações institucionais, lobbies, ações judiciais de liberdade em prol dos escravos, além de publicações e manifestações diversas. Foi um *abolicionismo de elite*, cujo resultado mais concreto é a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871 (Alonso, 2015, p.90-91)¹⁹. Talvez com dois milhões de escravos ainda existentes à época, contudo, a escravidão conseguiu manter seu lugar dominante na vida econômica e social do Império até a sua crise final nos anos 1880 (Conrad, 1975, p.30-36)²⁰.

A circulação da retórica biológica-racial no Brasil refletiu, além disso, o surgimento das novas nacionalidades na Europa. Na verdade, desde os anos 1870, o tema da *formação da nação* já estava presente no jornal inglês *The Economist* – editado por Walter Bagehot (1826-1877) e John

19. Entre outras medidas, a Lei do Ventre Livre (Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871) determinava que os filhos de mulher escrava que nascessem no Império, desde a data da lei, seriam considerados de condição livre. Determinava também que os ditos filhos menores (os ingênuos) ficariam sob autoridade do poder dos senhores de suas mães, os quais teriam a obrigação de criá-los e tratá-los até completarem 18 anos. Chegando à idade estipulada, o senhor da mãe teria opção de receber indenização do Estado ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.

20. Enquanto o debate sobre as Leis dos Nascituros ocorria por aqui, medida semelhante foi promulgada em Cuba, em 1870, com a Lei Moret. Isso revela, o abalo que a guerra civil estadunidense causou às economias escravistas nas Américas, visto que, até essa guerra, as três grandes regiões escravistas americanas regiam de modo integrado e cooperado contra o abolicionismo internacionalista, formando o que se pode chamar de “internacional escravista” (Marquese, 2011, p.110-112).

Stuart Mill (1806-1873) –, quando se tentava entender os sentimentos e atitudes de homens e mulheres em relação à sua nacionalidade. Porém, a partir da experiência de unificação da Alemanha e da Itália, a questão ganhou novos contornos²¹. Formou-se um novo tipo de nacionalismo baseado em elementos, como a formação étnica, linguística e territorial das diferentes culturas e/ou raças, como igualmente emergiu a importância da construção da memória pública para o sentimento primordial de pertinência nacional. Na França de Ernest Renan (1823-1892), por exemplo, notou-se uma mutação no uso de termos como *patrie* e *patriotismo*; na Inglaterra, entre 1871 e 1881, houve também a redefinição do nacionalismo, que passou a se confundir com a própria reorganização política do Reino Unido – quando os irlandeses puderam se fazer representar no parlamento britânico, especialmente através das campanhas do político liberal Gladstone (1809-1898).

Os ecos destas novas nacionalidades foram sentidos no Brasil e quase coincidiram com o momento em que o movimento social pelo fim da escravidão assumiu uma dimensão popular e suprapartidária – contando, inclusive, com a participação dos escravos. Nos anos de 1880, tais mudanças colocaram novos dilemas (em especial, a dimensão étnico-racial) às questões que já faziam entrever sua presença nos anos 1860 e 1870, tais quais: a descentralização política e administrativa, a separação entre a Igreja e o Estado, as reformas judiciárias e a abolição gradual da escravidão. Logo, o que caracteriza o *radicalismo temporário* de Nabuco residiu na articulação entre a reivindicação da *abolição completa e sem indenização* com a *proposta federativa* como via de solução pacífica e/ou harmônica para aquela conjuntura crítica. Ainda mais porque o pernambucano não caiu por completo no discurso evolucionista e biologizante, presente na retórica dos republicanos brasileiros da época, para pensar a formação do povo e da nação, avaliar as “raças humanas”, encarar o poder das oligarquias e, sobretudo, enfrentar os entraves colocados ao mundo do trabalho pela crise aguda da instituição servil (Cândido, 1988, p.7).

Esse *radicalismo* não apareceu de modo imediato; o que pode ser verificado nas esperanças nutridas por Nabuco em convencer a Lavoura dos males que causava ao país. Isso está depositado no próprio *O Abolicionismo*, cujo um dos propósitos essenciais era o de iluminar e esclarecer o espírito

21. A resistência dos grupos tradicionais de cada realidade nacional à presença de novas classes e estratos não tradicionais, bem como a migração sem precedentes na história mundial, fizeram surgir novos slogans nacionais. De 1880 em diante, o debate sobre a questão nacional se tornou sério e intenso na Europa, especialmente para os socialistas (como Otto Bauer, Lênin, Kautsky, Rosa de Luxemburgo e Stalin) porque o apelo político dos slogans nacionais para a massa de votantes potenciais e reais, ou para os que apoiavam os movimentos políticos de massas, era objeto de uma preocupação prática e real (Hobsbawm, 1990, p.54-55).

do senhor que estava na sombra (Nabuco, 2000, p.161). Foi somente depois da apreciação do projeto Dantas na Câmara e no Senado e, por sua vez, pelas alterações feitas pelo projeto Saraiva – que culminou na promulgação da Lei dos Sexagenários, em 1885 – que o *abolicionismo radical* de Nabuco ganhou corpo e que a luta pela *abolição completa e sem indenização* se tornou sua principal bandeira.

1.2.1. O momento decisivo da crise (1879-1889)

A estreia de Joaquim Nabuco na política ocorreu mais de 10 anos depois da dominação conservadora, que teve início no fim da década de 1860. Se, sob os efeitos jurídicos da Lei do Ventre Livre, os abolicionistas já estavam agindo nos tribunais – na maioria das vezes, advogando em favor dos escravos – a chegada dos liberais ao poder, em 1879, abriu novas oportunidades políticas ao movimento. Todavia, naquela ocasião, o debate parlamentar estava concentrado na implementação da eleição direta para deputados e senadores, sancionada pela Lei Saraiva de 1881. O que poderia parecer uma reforma moderna, porém, acabou excluindo grande parte da população das eleições. Nabuco se posicionou fortemente contra isso, argumentando que a Lei afastava o sistema político imperial do princípio norteador das democracias modernas: o sufrágio universal (Nabuco, 1949, p.46). Outra consequência imediata desse quadro foi a derrota dos abolicionistas na eleição de 1881. Em junho do ano anterior, vale lembrar, Nabuco tinha fundado a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE), da qual participaram ativistas como Joaquim Serra, Gusmão Lobo e André Rebouças. Depois de ser derrotado nas eleições, o pernambucano foi para Londres, onde escreveu *O Abolicionismo*.

No início dos anos 1880, o movimento abolicionista rompeu um pouco com a sua feição elitista e ganhou maior popularidade. A efervescência social pelo fim da escravidão adentrou as ruas da Corte e das Províncias menos dependentes do trabalho escravo, trazendo uma variedade de novos atores para o então restrito espaço público do país. Formou-se toda uma rede de ativismo político de variada penetração social, incluindo empregados públicos, advogados, homens de negócios, pessoal da Marinha e do Exército, engenheiros, cientistas, farmacêuticos, tipógrafos, jornalistas, escritores, professores de escola pública, solicitadores, mulheres e crianças – e, sobretudo, os próprios escravos.

Em 1883, a fundação da Confederação Abolicionista marcou o início de um ciclo de confronto aberto, caracterizado pela criação de associações civis, *clubs*, cafés, residências e locais de trabalho para os ativistas. Ao mesmo tempo, a imprensa começou a realizar encontros e conferências em teatros. Campanhas para a libertação dos territórios também começaram a ser organizadas

(Alonso, 2015, p. 90-91) e, um ano depois, foi conquistada a libertação da escravidão nas Províncias do Ceará e do Amazonas. Durante 1884, os ativistas ainda estabeleceram alianças internacionais e diversificaram suas táticas de propaganda no Brasil.

Diante de tal agitação social, o Imperador teve dificuldades em escolher um ministro capaz de atender a demanda pessoal e política que o tratamento da questão servil implicava. Com a declinação dos dois primeiros nomes, o liberal e abolicionista Manoel de Sousa Dantas (1837-1894) ficou incumbido de articular uma solução pacífica via Parlamento. Tanto liberais dissidentes quanto conservadores, e mesmo republicanos – os últimos estreantes da sigla no Parlamento²² –, se posicionaram contrários ao projeto de emancipação servil elaborado por Rui Barbosa. Em larga medida, os políticos mais resistentes foram aqueles eleitos pelas Províncias do Café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) ou os representantes do Nordeste, para os quais os interesses das oligarquias em decadência tendiam a prevalecer, como, por exemplo, de Bahia e Pernambuco. O quadro de conturbação aumentou quando o Imperador, valendo-se da prerrogativa constitucional do Poder Moderador, decidiu dissolver a Câmara em favor de Dantas, abrindo ensejo para crise final do Império. Outros fatores se somaram a isso, como a precária condição de saúde de D. Pedro II. Contudo, foi a suposta simpatia da Coroa pelos abolicionistas que significou a gota d'água para a classe da Lavoura.

O ato do Imperador fez o escravismo recalcitrante e em decadência se organizar melhor para assegurar seus interesses, formando associações comerciais ou *clubs* para garantir, por exemplo, que o Estado ampliasse as despesas com a imigração europeia – visando sanar a questão do trabalho na região mais desenvolvida do café²³. Sob essas condições, a Lei dos Sexagenários, promulgada durante o gabinete Saraiva-Cotegipe (1885-1888), contorceu o projeto original de Dantas para favorecer financeiramente os proprietários de pessoas escravizadas²⁴. Medida que, vale lembrar, foi criticada por alguns jornais da época. Nas páginas da *Revista Ilustrada*, em que eram publicadas

22. Desde a Convenção de Itu, de 1873, o recém-criado Partido Republicano se articulou com as bases rurais e escravistas, optando por posicionar-se de forma ambígua em relação à escravidão. Isso se deu a fim de evitar quaisquer taxações sobre a produção do café, a qual continuava a dar grandes lucros, sobretudo nas regiões paulistas mais desenvolvidas (Fernandes, 2006, p.188-89).

23. A grande corrente migratória iniciou-se nos anos 1870, tornando possível a expansão cafeeira do Oeste paulista. A ampliação de incentivos para imigração durante o governo Cotegipe ainda aumentou significativamente a entrada de europeus no país. Em São Paulo, o número evoluiu de 13 mil imigrantes para 184 mil, entre as décadas de 1870 e 1880. No último decênio do século XIX, o montante chegou a 609 mil. No total, estima-se que 803 mil imigrantes vieram para o Brasil naquele contexto, sendo 577 mil provenientes da Itália (Furtado, 2003, p.131-134).

24. Na última seção deste artigo, estão expostas as contorções feitas pelo projeto Saraiva, bem como a crítica de Joaquim Nabuco a esse processo.

as caricaturas feitas por Ângelo Agostini (1843-1910), era possível vislumbrar *imagens do progresso*. A então chamada Lei dos Velhos foi representada como se estivesse sob as costas de um burro, enquanto passava o trem do *progresso abolicionista* à sua frente. Isso faz com que não seja espantoso que escravagistas recalcitrantes à época, tal qual Sousa Carvalho, denunciassem o caráter “comunista” do projeto Dantas e condenassem a *Ilustrada*, chamando-a de “revista vermelha” (Mello, 2007).

A partir de 1885, o governo adotou linha dura contra o movimento social pelo fim da escravidão através da adoção de repressão legal e execução de medidas coibitivas extralegais. Formou-se um ambiente político de ameaça que minou a presença dos abolicionistas no espaço público. Em contrapartida, esse movimento se reorganizou para o confronto ao encetar ações de desobediência civil e lançar mão de estratégias mais radicais, como a incitação de fuga dos escravos e atuações na clandestinidade. Durante o gabinete conservador Cotegipe vigorou a “política do cacete”, em que foram colocadas em práticas medidas, como: a) a manipulação eleitoral, para evitar que os abolicionistas vencessem as eleições; b) o ludíbrio das leis antiescravistas votadas anteriormente; e, ainda, c) a repressão dos abolicionistas no espaço público. Inspirada no *Fugitive Act* promulgado nos Estados Unidos, nos anos 1850, tal estratégia consistia em punir os incentivadores de fugas e acoitadores de escravos. O ministro não hesitou em usar da cavalaria e da infantaria imperial para proibir quaisquer agitações em prol da causa. Além disso, os Clubes da Lavoura – ao absorverem o repertório de ação escravagista internacional – estavam moralmente autorizados a contra-arrestar os abolicionistas e a possuir milícias para caça de escravos fugidos (Alonso, 2015).

O que se pode chamar de *momento decisivo da crise escravista* alcançou o apogeu com a apreciação do projeto emancipacionista de Dantas, perdurando até o momento da abolição, em 13 de maio de 1888. Considerando as categorias de Albert Hirschman (1991), é possível dizer que a reação escravagista evoluiu da *retórica da futilidade* – outrora expressa no debate sobre a Lei dos Nascituros –, que afirmava que os primeiros manifestantes antiescravistas não passavam de *operadores de ruínas* que jamais conseguiriam mudar as estruturas da sociedade brasileira. Nos anos 1880, uma *retórica da ameaça* marcou o receio dos escravistas de uma ameaça real e iminente às suas propriedades, levando-os a se reorganizar para radicalizar a resistência. Tendo em vista esta conjuntura contexto crítico pode-se ter dimensão do *radicalismo temporário* de Joaquim Nabuco, na medida em que ele: a) atacou a Lavoura, ao escancarar o espírito escravagista da Lei dos Sexagenários; b) apoiou os setores

do Exército que não acataram a ordem oficial de “caçar” os escravos fugidos e c) reconheceu a fuga dos escravos como caminho legítimo para a liberdade, estimulando as pessoas a acolhê-los em suas casas. Em Nabuco:

Apelo ao Exército brasileiro para que cruzem os braços, para que se neguem absolutamente a essas lúgubres e trágicas caçadas de entes dos escravos que têm padecido em torturas, que têm sofrido vexames enormes, que, pela suspeita de serem escravos, mandam arrancar do lugar em que crivam uma vida honesta e seguiam uma profissão digna [...]. Nós, infelizmente, também vivemos num país em que o escravo, para demandar sua liberdade, **tem primeiro que fugir da casa do senhor**: em um país onde não há justiça que penetre nos cárceres privados, como são as fazendas do interior; onde não há recursos para o escravo (Nabuco, 1949, p.308-309, grifo nosso).

No plano das ideias, é interessante notar como Nabuco mobilizou argumentos para reivindicar o direito de fuga dos escravos. Para ele, o meio social das cidades e das fazendas do interior do país legitimava esse direito, visto que ali não havia quaisquer outros recursos para os escravos, a não ser fugir. O abolicionista partiu da crítica à política e à sociedade escravista para a reivindicação do trabalho digno e da união das raças em liberdade, como condição *sine qua non* da verdadeira abolição. Em sua visão, a abolição teria o caráter de reforma política primordial, pois, no Brasil, diferente do que ocorreu nas colônias europeias, a raça negra é parte constitutiva do povo e, portanto, a emancipação não bastava para eliminar os efeitos da escravidão entre nós (Nabuco, 2000, p.14).

A extinção pura e simples da escravidão, durante o gabinete conservador de João Alfredo (1888-1889), fez esmorecer o movimento abolicionista, dispensando o conteúdo político-social das reformas pleiteadas por Joaquim Nabuco e outros abolicionistas em favor do debate sobre a forma de governo. Porém, o furor republicano tomou fôlego ao sabor das circunstâncias e fraturas abertas pelo processo político – somado ao agravamento das condições de saúde do Imperador e a possibilidade iminente de um Terceiro Reinado, comandado pela princesa Isabel. Por outro lado, as tensões entre a Coroa e os setores mais populares do Exército também se intensificaram, principalmente depois da morte de Duque de Caxias (1803-1880), contribuindo para a agitação republicana nos quartéis. Esse contexto ainda ficou marcado pelos Republicanos de 14 de maio, representados, em larga medida, por escravagistas insatisfeitos com a Lei Áurea (1888) e interessados em lucrar com a mudança de regime, em particular pela reivindicação de indenizações pela perda de suas “propriedades”.

Foram outros os *futuros* depois da abolição. Nabuco ficou ao lado da monarquia, ao afirmar que o ato da princesa Isabel pela liberdade dos escravos poderia permitir que a Coroa se popularizasse e se colocasse enquanto ator indispensável à revitalização dos elementos da tradição imperial. O pernambucano apoiou as medidas descentralizadoras propostas pelo gabinete liberal de Ouro Preto (1889), considerando que elas seriam um caminho gradual para a federação. Com a Proclamação da República, Nabuco permaneceu monarquista por acreditar que em uma república não havia lugar para os analfabetos, pobres e muito menos para o povo. As próximas páginas explicitarão como o abolicionista mobilizou a retórica do *progresso* para atacar a escravidão e destacarão seu projeto de monarquia federativa e popular.

2. A esperança abolicionista em Joaquim Nabuco

Esta seção trata fundamentalmente do argumento elaborado por Joaquim Nabuco em sua obra política mais famosa, *O Abolicionismo*, de 1883, e expõe os discursos e escritos do pernambucano entre o período de 1879 a 1884. Seu objetivo é mostrar como o abolicionista mobilizou a retórica do *progresso* para atacar a escravidão, pensada por ele enquanto *unidade crítica* e, assim, diagnosticar em que medida essa instituição esteve presente em vários *fragmentos* da realidade nacional: na legislação, no governo, no território, no cruzamento das raças, na divisão de classes e nos costumes públicos e privados. Nabuco reuniu tudo aquilo que estava ao seu alcance para escrever o *ensaio* sobre a escravidão, de modo que o seu liberalismo abolicionista se revela como *forma* quando ele renovou a circulação nacional do liberalismo, ao trazer à tona projetos que já existiam para pôr fim à escravidão no Brasil. Mais do que isso, ele alargou-os a partir da absorção da retórica moral do abolicionismo internacional, reivindicando um senso de urgência. Para cumprir esta tarefa, esta sessão está dividida em dois subitens: a) a escravidão como *crítica* e b) os *fragmentos* da escravidão.

2.1 A escravidão como *crítica*

Publicado em 1883, *O Abolicionismo* tem 17 capítulos, todos precedidos de epígrafes de abolicionistas ou liberais brasileiros e internacionais. A obra conta também com inúmeras referências à historiadores e literatos (por exemplo, Mommsen, Shelley e Shakespeare), além de adotar uma linguagem carregada de referências jurídicas. Nabuco escreveu a sua *história*, começando com aquilo que desejava falar, contando o que lhe ocorria e terminando onde ele achava que não havia mais nada a dizer. Tudo começou, portanto, com a escravidão. Na obra, essa instituição assumiu o caráter de

escravismo, isto é, de “um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização, inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores” (Nabuco, 2000, p.3). Nas primeiras páginas, a escravidão é apresentada enquanto *unidade crítica*:

Esta [a escravidão] **não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência, capital, e clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior;** a dependência em que **o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado,** enfim, se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática em cujas senzalas centenas de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão sujeitos [...] (Nabuco, 2000, p.4, grifo nosso).

A escravidão como *unidade crítica* exigiu que Nabuco unificasse no pensamento o que se encontrava unido nos objetos de sua livre escolha. Ela tomou essa dimensão elástica, logo de início, para viabilizar o exercício do pensar exposto nas páginas subsequentes; e é uma *unidade crítica*, dado que atua como critério ou princípio definidor de análise da realidade fragmentada. Por isso, para Nabuco, “a *nação* só será possível enquanto tiver consciência que lhe é indispensável adaptar à liberdade de cada um dos *aparelhos do seu organismo* que a escravidão se apropriou” (Nabuco, 2000, p. 3). O *pensamento profundo* do abolicionista desvela-se no exercício de seu aprofundamento na escravidão e não deve ser confundido com a própria profundidade da instituição. Isso é importante, pois mostra que a escravidão não é um ente abstrato, mas uma realidade que está nas coisas. Ela só é tão profunda quando se realiza nos *aparelhos* do organismo social. Essa é a lógica discursiva presente no pensamento de Joaquim Nabuco.

Para compreender como a escravidão afetou o *progresso* “do nosso caráter, do nosso temperamento, da nossa organização toda, física, intelectual e moral” (Nabuco, 2000, p.4), a análise do *O Abolicionismo* foi dividida em duas partes: a) *Promessas de liberdade* (do Capítulo I ao XI), em que Nabuco invocou a história para apontar a ilegalidade da escravidão e justificar a existência de um partido abolicionista comprometido com o *progresso social moderno* e o *direito inato de cada homem a liberdade* e b) *A escravidão e as coisas* (do Capítulo XII ao XVII), na qual o autor apresentou as teses gerais do abolicionismo, bem como discorreu sobre as influências da escravidão na formação do território, da população do interior e da nacionalidade. A partir disso é possível verificar em que medida o liberalismo abolicionista se apresenta como *forma*, visto que Nabuco reuniu uma série de medidas, leis, propostas e projetos anteriores a ele para atacar a escravidão e, assim, legitimar seu projeto de reconstrução da nação.

2.1.1. *Promessas de Liberdade*

a) Independência

O Capítulo I do livro é estampado com a epígrafe de Evaristo Ferreira da Veiga (1799-1837), político brasileiro do período da Independência que alertava sobre a necessidade de se ter “instituições que favoreçam, ou, quando menos, não contrariem, a liberdade e o desenvolvimento da nação” (Nabuco, 2000, p.1). Logo, Nabuco começou seu ensaio argumentando que a geração trabalhada pelas ideias liberais do começo do século revelou certo desassossego em ter de realizar a emancipação nacional deixando grande parte da população no cativeiro. No Capítulo VI, *Ilusões até a Independência*, Joaquim Nabuco fez um resgate de *Promessas de Liberdade*, do período anterior à independência do Brasil. Não por acaso, a epígrafe é de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), que alertava para a necessidade de pôr fim à escravidão ao afirmar que: “sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional e segurará e defenderá sua liberal Constituição” (Nabuco, 2000, p.31).

Com isso, Nabuco traçou dois períodos: no pré-independência, ele chamou atenção para o fato de que o jurista português Melo Freire (1738-1798) se posicionava contra o direito de *dominica potestas* (que regulava o domínio sobre o escravo em Roma Antiga e foi adaptado para Portugal), no Alvará de 6 de junho de 1755, que estatuiu sobre a liberdade dos indígenas, mas que excluiu a raça negra das primeiras promessas de libertação. Nabuco citou também o Alvará de 19 de setembro de 1761 e o de 16 de janeiro de 1773, que declararam livres os escravos introduzidos em Portugal depois de certa época. Se isso tivesse sido estendido para o Brasil, para o pernambucano, a escravidão já teria acabado. No segundo período, o da Independência, Nabuco destacou o evento da emancipação política nacional como um momento importante que se abriu ao fim à escravidão, porém que igualmente se frustrou. Para ele, a independência foi uma vergonha, “pois ali o movimento nacional viu que a escravidão dividia o país em duas castas, uma das quais, apesar de partilhar a alegria e o entusiasmo da outra, não teria a mínima parte nos despojos da vitória” (Nabuco, 2000, p. 34-35).

A Independência foi a primeira *Promessa de Liberdade*, visto que, antes dela, os escravos se encontravam aliados aos brasileiros em uma esperança implícita de liberdade, como na Revolução de 1817, em Pernambuco. Nabuco recuperou a história desse evento para dizer que seu desfecho foi o resultado real daquilo que seria o “cadafalso” da escravidão entre nós: “os revolucionários de

Pernambuco compreenderam e sentiram a incoerência de um movimento nacional republicano que se estreava ao reconhecer a propriedade do homem pelo homem” (Nabuco, 2000, p. 34). Mesmo com essa movimentação política, a Constituição do Império fez valer os interesses dos proprietários e não mencionou a palavra “escravidão” no texto constitucional. Em Nabuco,

Por isso organizadores da Constituição não quiseram deturpar a sua obra descobrindo-lhe os alicerces. José Bonifácio, porém, o chefe d’esses Andradas – Antônio Carlos tinha estado muito perto do cadafalso [leia-se escravidão] no movimento de Pernambuco -, em quem os homens de cor, os libertos, os escravos mesmos, os humildes todos da população que sonhava a Independência tinham posto sua confiança, redigira para ser votado pela Constituinte **um projeto de lei para os escravos** (Nabuco, 2000, p.35, grifo nosso).

O projeto de lei proposto por José Bonifácio não era suficiente para o movimento abolicionista dos anos 1880, mas representaria um avanço importante. Se alguns artigos tivessem sido aplicados, eles teriam alguma validade para, gradativamente, pôr fim à escravidão. Entre as principais propostas, cabe destacar, estava a da criação de um Conselho Superior dos Escravos, que existiria na capital de cada Província para, entre outras coisas: a) determinar as horas de trabalho, o sustento e o vestuário dos escravos; b) oferecer uma sesmaria de terras a eles, oferecendo socorros necessários para o cultivo da terra; c) não permitir que os escravos com idade inferior a 12 anos fossem empregados em trabalhos demasiados insalubres; d) fazer resguardar tanto os direitos dos escravos quanto os dos senhores e ainda e) vigiar a execução das leis. Outros artigos tratavam de penas, instrução moral dos escravos, contudo não foram citados no livro. Em resumo, tal projeto seria *um progresso moral e social* indiscutível para o adiantamento civilizatório da nação brasileira em formação, sobretudo ao criar instituições responsáveis por cobrar os deveres do senhor para com a sua “propriedade humana”.

Porém, ainda que a Independência tenha representado uma promessa formal de liberdade aos escravizados, Nabuco fez questão de trazer à tona os artigos propostos e que, ao longo do tempo, não foram cumpridos. Este procedimento revela como o pernambucano operou sua *unidade crítica* – a escravidão. Problema duplo: o fato serviu tanto para fazer a *crítica geral*, na medida em que tais artigos não eram mais suficientes ao abolicionismo dos anos 1880, cujo ponto de partida seria a emancipação total e completa da escravidão; quanto na *crítica específica*, de que a escravidão aparecia nos fragmentos, no caso, nas impossibilidades colocadas à execução do projeto em tela. É a mesma lógica discursiva que Nabuco utilizou para condenar o crime universal do tráfico de africanos e, ao mesmo, tempo, explicitar as origens da “obra da escravidão” entre nós.

b) O Tráfico de Africanos

Entre a Independência e a Lei do Ventre Livre, em 1871, ocorreram outras promessas de liberdade. Tem destaque o artigo 1º da Lei de 7 de novembro de 1831, que tornava livres todos os escravos que entrassem no território ou nos portos brasileiros a partir daquela data. Contudo, isso também ficou na promessa, sendo que a “referenda Diogo Antônio Feijó nunca foi honrada pelos ministros da Regência nem pelos do Segundo Reinado” (Nabuco, 2000, p.41). Entre 1831 e 1852, o tráfico ilegal de cativos, identificado com a escravidão, introduziu, aproximadamente, um milhão de africanos no país (Nabuco, 2000, p.79). Não por acaso, o Capítulo IX, *O tráfico de africanos*, tem a epígrafe de Castro Alves (1847-1871), um dos personagens que mais denunciou essa crueldade em poemas, como no clássico *Navio Negreiro* ou *Tragédia no Mar* (1870). Para Nabuco, o fragmento original e mais perverso da escravidão foi o tráfico internacional de africanos, de modo que, até a Lei Eusébio de Queiroz (1850), a história dessa instituição entre nós se confunde com esse crime, que foi narrado por várias testemunhas, como o dr. Livingstone (1813-1873), missionário e explorador britânico, um dos primeiros a explorar o interior da África. Em Nabuco:

[...] Uma vez desembarcados [no Brasil], os esqueletos vivos eram conduzidos para o eito das fazendas, para o meio dos cafezais. **O tráfico tinha completado sua obra, começava a da escravidão** (Nabuco, 2000, p.63-64, grifo nosso).

Esta passagem é interessante porque mostra como Nabuco, ao tomar um fato da história universal – o tráfico internacional de africanos – tenta compreender as origens que configuram as particularidades da escravidão no Brasil, isto é, de que maneira essa instituição realizou sua obra em cada fragmento do nosso organismo social e político.

Um desses encontros com a questão nacional foi a luta diplomática entre o Estado brasileiro e o governo da Inglaterra a partir da promulgação do *Bill Aberdeen* (1845) neste país, medida que proibiu o tráfico transatlântico de cativos, doravante considerado pirataria. Em que pese o erro da diplomacia britânica de não proceder contra os EUA da mesma forma bélica com que procedeu contra os navios brasileiros, denunciada em *O Abolicionismo*, era vergonhoso ler as censuras que nos faziam: “homens como sir Robert Peel, Lorde Palmestron e Lorde Broughman, e ver os ministros ingleses reclamando a liberdade dos africanos que a nossa própria lei declarou livre sem resultado algum” (Nabuco, 2000, p.67).

Nabuco destacou que foi apenas em 1840 “que o progresso dos costumes públicos” permitiu que surgissem três oposições à escravidão, quais sejam: a contra o tráfico, em 1850, com a Lei

Eusébio de Queiroz – importante justamente porque reorientou o capital empregado no tráfico para a edificação do Rio de Janeiro e da Bahia; a da liberdade dos nascituros, conquistada pela Lei do Ventre Livre; e, por fim, a que estava sendo construída naquele momento, a qual objetivava tornar a escravidão ilegítima. Em suma, para compreender a força que a escravidão ganhou entre nós, era necessário considerar o fato de que suas origens residiam em um crime hediondo e que, até os anos 1840, muitas *promessas de liberdade* foram frustradas e/ou retardadas em favor desse comércio:

Algumas datas bastam para a prova. Pela Convenção de 1826, o comércio de africanos devia, no fim de três anos, ser comparado à pirataria, e a lei que os equiparou tem a data de 4 de setembro de 1850. A liberdade imediata dos africanos legalmente capturados foi garantida pela mesma convenção, quando ratificou a de 1817 entre Portugal e a Grã-Bretanha, e o decreto que emancipou os africanos livres [no Brasil] foi de 24 de setembro de 1864. Por último, a lei de 7 de novembro de 1831 está até hoje sem execução, e os mesmos que ela declarou livre acham-se ainda em cativeiro. Nessa questão do tráfico, bebemos as fezes todas do cálice (Nabuco, 2000, p.66-67).

Outro grande problema desse comércio nefasto consistia numa cegueira denunciada à época pelo próprio ministro Euzébio, de modo que “a nossa propriedade territorial ia passando da mão dos agricultores para os especuladores traficantes”, despertando nos lavradores a ideia de que o rápido e artificial crescimento econômico não passava de sua própria ruína. A partir dessa “virada forçada” de interesses, o tráfico gradativamente cessou sua fonte, apesar de deixar a escravidão interna livre para completar sua obra. Ainda durante este período, em 1854, foi lançado o projeto Wanderlei, o qual proibia o tráfico interno de escravos e que previa a fixação do preço máximo para alforria, a revogação da pena bárbara do açoite e a proibição de dividir a família escrava (Nabuco, 2000, p.53). Esse foi mais um projeto que ficou na promessa. Alertou o pernambucano: se sua geração odeia o tráfico, ela deveria acabar com a escravidão, “que não é, senão [o mesmo] tráfico tornado permanente e legitimado” (Nabuco, 2000, p.70). Logo, a *crítica geral* é a de que, até 1850, a escravidão se confundiu com o tráfico internacional de africanos (história universal) e a *crítica específica* – detalhada nas próximas páginas – é que no Brasil esse comércio edificou a obra da escravidão entre nós (história particular).

c) A Lei do Ventre Livre e a ilegalidade da escravidão

Ao invocar a voz do liberal histórico Cristiano Ottoni (1811-1896), que denunciou as esperanças vãs de liberdade que choveram aos cativos nos anos 1860, Nabuco chamou atenção para o que considerava ser o três compromissos ou promessas de liberdade aos escravos no período:

a) Guerra do Paraguai (1864-1870) que, pelo decreto de 6 de novembro de 1866, declarava a liberdade dos escravos da nação, isto é, aqueles que haviam lutado em dita guerra; b) Fala do Trono de 1867, que diz respeito à primeira fala oficial da Coroa sobre a necessidade da emancipação do elemento servil, mostrando, assim, certa sensibilidade de D. Pedro II e c) a correspondência da Junta da Emancipação Francesa, ou seja, a carta enviada pelos abolicionistas e políticos franceses ao Imperador, em que reivindicavam a emancipação dos escravos no Brasil. Esses três elementos se articularam com um contexto político marcado, no plano externo, pelos impactos da guerra civil engendrada pelo fim da escravidão nos Estados Unidos; e, internamente, certa agitação de alguns liberais e outros personagens de fora da elite imperial – como Luiz Gama (1830-1882) – em prol da causa emancipacionista, culminando na promulgação da Lei do Ventre Livre. Para Nabuco, tal legislação representou um bloqueio moral da escravidão, mas não restringiu os direitos adquiridos dos proprietários. Com o tempo, ela se tornou o seu maior baluarte (Nabuco, 2000, p.47)²⁵.

A Lei do Ventre Livre declarava: “ninguém mais nasce escravo”. Para Nabuco, a *crítica geral* estava no fato de que tal medida não aboliu civil e completamente a escravidão, enquanto a *crítica específica* se concentrou nos seguintes fragmentos: a) a lei entregou os ingênuos ao cativo até os 21 anos de idade; b) ela não decretou os bisnetos de escravas livres e desembargados; c) exigiu que os escravos apresentassem nota distintiva de libertos, sujeita à inspeção do governo, e impôs a obrigação de exibir contrato de serviços sob pena de trabalhar nos estabelecimentos públicos; d) manteve o direito absurdo do senhor da escrava à indenização de uma apólice pela criança de oito anos que não deixou morrer e, por fim, e) não impediu a separação do menor da mãe, em caso de alienação dela. Neste movimento, a passagem da *crítica particular* (a forma específica pela qual a escravidão está realizada na Lei do Ventre Livre) para a *geral* (a ilegalidade da escravidão) se revelou na medida em que Nabuco apontou que a existência da lei não bastou para garantir a liberdade dos cativos, pois nem os seus artigos eram executados. O primeiro passo, portanto, seria abolir a escravidão da legislação.

No Capítulo XI, *Fundamentos do Abolicionismo*, o pernambucano destacou a ilegalidade da escravidão perante o Direito Moderno, ao assegurar que ela violava a noção de *homem* do Direito

25. Como lembra Nabuco – ao citar a biografia feita pelo conde de Falloux (1811-1886) – o próprio Augustin Cochin (1823-1872), um dos signatários da Carta enviada pela Junta da Emancipação Francesa ao Imperador, não aprovou por completo a Lei do Ventre Livre no Brasil. Ele argumentava “que a achava muito complicada; ela não satisfazia inteiramente as vastas aspirações; mas apesar dos defeitos, marcava um progresso bastante real para merecer ser assinada” (Nabuco, 2000, p.86).

Internacional. O seu argumento era o de que alguns princípios fundamentais não podem ser violados, porque eles são interdependentes: “Tais princípios formam uma espécie de direito natural, resultado das conquistas do homem em sua longa evolução” (Nabuco, 2000, p. 79). A citação inicial desse capítulo é do constitucionalista suíço e discípulo de Savigny (1779-1861) Johann Kaspar Bluntschli (1808-1881), que aponta a contradição entre a manutenção da escravidão e os direitos inatos à natureza humana e aos princípios reconhecidos por toda humanidade.

Nabuco, ao mobilizar a teoria da liberdade pessoal de Bluntschli (2000)²⁶, destacou quatro pontos principais: a) não há propriedade do homem pelo homem, pois todo homem é uma *pessoa*, isto é, um ser capaz de possuir e adquirir direitos; b) o Direito Internacional não reconhece a nenhum Estado ou particular o direito de ter escravos; c) os escravos estrangeiros tornam-se livres em pleno direito ao pisarem no solo de um Estado livre, o qual é obrigado a respeitar a sua liberdade e d) o comércio de escravos e os mercados de escravos não são tolerados em parte alguma.

Nabuco mobilizou as leis do Direito Internacional para condenar a ilegalidade da escravidão, tomando o cuidado de não desconsiderar os traços particulares da realidade das coisas, isto é, a lei brasileira. É possível verificar essa conexão na análise sobre a capacidade civil da Lei do Ventre Livre, a partir da qual ele revelou o que era a escravidão legalmente entre nós, ou melhor, como ela se realizava na forma da lei – negligenciando alguns pontos essenciais, conforme a teoria da liberdade pessoal de Bluntschli. Entre os fragmentos da escravidão realizados na legislação dos nascituros, estavam: a) não havia lei que regulasse as obrigações e direitos do senhor; b) a lei não regulamentava o trabalho; c) o escravizado não tinha deveres; d) o senhor poderia punir o escravo à sua própria vontade; e) os senhores podiam empregar escravas na prostituição, assim como o pai podia ser senhor do filho; f) os poderes ilimitados dos senhores não eram exercidos diretamente por eles, mas por indivíduos sem educação intelectual ou moral, que só sabiam guiar os homens por meio do chicote e da violência. Eis a virada argumentativa da obra *O Abolicionismo*. Se a escravidão não permitia que o direito à liberdade, inato a cada homem, fosse cumprido e ainda atrofiava o progresso social e moral do país, não bastava a criação de mais uma lei emancipacionista. Ela provavelmente não seria cumprida.

26. Bluntschli elaborou uma teoria orgânica sobre o Estado e a administração pública a partir das experiências ocorridas na Europa em meados do século XIX. A existência de novos Estados, nacionalidades, classes sociais e, sobretudo, as novas teorias sobre as raças exigiram novas garantias para a fruição de direitos. A noção de *pessoa* foi uma das novidades trazidas pelo constitucionalista suíço radicado na Alemanha que, mesmo sob um tom racista, argumentou que todo homem, enquanto pessoa humana, tem direito à liberdade; e, por isso, nenhum Estado tem o direito de manter a escravidão, isto é, a propriedade do homem pelo homem.

Até aqui, Nabuco apresentou todas as provas que conseguiu reunir para evidenciar que a escravidão – enquanto *unidade crítica* – exigia muito mais que a mera formalidade legal para ser realmente abolida e, logo, para isso, considerou ser necessária a criação de um partido cujo objetivo se fundava numa “série de motivos políticos, econômicos, sociais da mais vasta esfera e do maior alcance” (Nabuco, 2000, p.81). Em seu conjunto, esses princípios deveriam selar o compromisso de refundar a nação sobre o trabalho livre e na união das raças em liberdade.

d) O Partido Abolicionista

Ao explorar a escravidão enquanto *unidade crítica*, mostrando que, ao mesmo tempo, ela estava contida na lei brasileira e era condenada pelo direito internacional, Nabuco evidenciou até que ponto a instituição era ilegal na época, principalmente ao expor “suas origens, sua história e a pirataria de que ela deriva seus direitos por uma série de endossos tão válidos como a transação primitiva” (Nabuco, 2000, p.59). Por isso, no Capítulo II, *O Partido abolicionista*, cuja inspiração gravada na epígrafe é do político inglês William Gladstone (1809-1898), Nabuco afirmou a necessidade de existir um movimento político mais amplo, que guardasse consigo o interesse comum de abolir a escravidão e os seus efeitos entre nós. Enquanto partido, ele estaria incumbido de lutar no Parlamento contra o monopólio triplo da escravidão - **terra, capital e trabalho** - e teria como intuito “tornar livre a esse povo, aterrando o imenso abismo que separa as duas castas sociais em que ele se extrema – pondo, assim, “em descoberto os alicerces mentirosos do liberalismo entre nós” (Nabuco, 2000, p.8-9). Portanto, o Partido Abolicionista deveria ser uma corrente suprapartidária, formada tanto por liberais, conservadores e republicanos, no sentido de:

[...] reunir os elementos **progressistas** [de cada partido] numa cooperação desinteressada e transitória, numa aliança política limitada a certo fim; ou que venha mesmo **a decompor, e reconstruir diversamente os partidos existentes**, sem, todavia, formar um partido único e homogêneo (Nabuco, 2000, p.10, grifo nosso).

Para compreender os elementos *progressistas* mobilizados por Nabuco, necessários ao fim à escravidão e seus efeitos, é necessário retomar os argumentos arrolados nos Capítulos III e IV, *O mandato da raça negra* e *O caráter do movimento abolicionista*, respectivamente. No primeiro deles, sob a epígrafe do abolicionista inglês William Wilberforce (1759-1833), Nabuco buscou compreender o papel da raça negra na constituição do povo brasileiro, ao lembrar que a escravidão fez com que “tudo que significa o contato do homem com a natureza” fosse realizado pelo trabalho manual da

raça escravizada. Foi ela que: a) conquistou o solo para a habitação e a cultura; b) construiu a casa do senhor e as senzalas; c) pavimentou estradas e fez edifícios; c) levantou igrejas e escolas; d) fez desenvolver a alfândega, os correios, o telégrafo e os caminhos de ferro e, por fim, e) fez nascer academias e hospitais. Ou seja, todo o crescimento e acumulação de riquezas do Brasil, até então, havia sido uma “doação gratuita da raça que trabalha à raça que faz trabalhar”, [de modo que] a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar de sua” (Nabuco, 2000, p.15). Além disso, o pernambucano entendeu que a escravidão entre nós não foi ancorada exclusivamente na cor preta, como nos Estados Unidos, abrindo maiores possibilidades à integração do negro na sociedade brasileira. Afinal,

Para nós [brasileiros], **a raça negra** é um elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas **relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro** (Nabuco, 2000, p.14, grifo nosso).

Para mostrar o caráter pacífico do Partido Abolicionista, Nabuco trouxe à tona três linhas de ação contra a escravidão da história universal: a) o abolicionismo de Catilina ou de Espártaco, remetendo às lutas contra a escravidão antiga; b) o abolicionismo de John Brown (1800-1859), que pregou a luta armada nos EUA e acabou sendo enforcado em 1859 e c) o abolicionismo parlamentar de Wilberforce, Lamartine e Garrison, que serviu de molde para a ação política de Nabuco. Nesse sentido, a propaganda pela abolição não era, de fato, dirigida aos escravos ou às fazendas, mas sim às pessoas livres e ao Parlamento. Como lembrou o pernambucano, inspirado na frase do romancista e historiador escocês Walter Scott (1771-1832): “não acordeis o escravo que dorme, ele sonha que talvez é livre”. Tal como ocorreu na França, a escravidão poderia desaparecer por uma revolução, mas por lá essa revolução foi uma obra da população livre e não de escravos. Aqui, a escravidão criou um “estado violento de compressão”, no qual “o número de escravos que saem do cativeiro por suicídio deve aproximar-se do número dos que se vingam do destino de sua raça na pessoa que mais o atormenta, o feitor” (Nabuco, 2000, p.18). A luta abolicionista no Brasil, portanto, se dirigia contra uma instituição e, ao contrário de incitar os escravos à rebeldia, deveria criar entre eles e os seus senhores sentimentos de benevolência e solidariedade. Ainda sobre isso:

A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, internos e externos, de todas as outras. É, assim, **no Parlamento** e não em fazendas ou em quilombos do interior, nem nas ruas e praças da cidade, que há de se ganhar ou perder a causa da liberdade (Nabuco, 2000, p.18, grifo nosso).

A proposta de que a emancipação fosse feita no Parlamento pressupunha que os abolicionistas tivessem uma espécie de procuração para falar em nome dos escravos e dos ingênuos. Ao contrário da retórica escravagista, que apostava que o fim da escravidão se daria naturalmente desde a proclamação da Lei do Ventre Livre, em 1871, Nabuco chamou atenção para um fragmento importantíssimo e cruel da instituição: o sofrimento social dos cativos. Afinal, quais eram as portas que até então haviam se aberto para a liberdade? A alforria, que não era um direito, raramente acontecia e a Lei dos Nascituros “abriu-lhe dois caminhos: o do resgate pelo pecúlio forçado e o do sorteio anual. [O] primeiro está em uso nas cidades, não nas fazendas – serve para os escravos urbanos, não para os rurais” (Nabuco, 2000, p.24). Os abolicionistas, seriam, assim, os primeiros defensores desses escravos e da urgência sobre a questão da emancipação, sobretudo ao considerar que “só [os escravos] com efeito sentem uma dor ao lado da qual a de tantos proletários – de não ter nada e ninguém no mundo que se possa chamar de *seu* – e até suave: a dor de ser *outrem*” (Nabuco, 2000, p.27). Em Nabuco:

Se houvesse um inquérito no qual todos os escravos pudessem depor livremente, à parte os indiferentes à desgraça alheia, os cínicos e os traficantes, **todos os brasileiros haviam de horrorizar-se ao ver o fundo de barbárie que existe no nosso país debaixo dessa camada superficial de civilização, onde quer que essa camada esteja sobreposta à propriedade do homem pelo homem** (Nabuco, 2000, p.25, grifo nosso).

Para ele, a causa primeira da abolição deveria ser o reconhecimento do sofrimento social engendrado pela escravidão, o qual se realizava em fragmentos específicos da vida do escravo: a) antes de nascer ele estremecia sob o chicote vibrado nas costas da mãe; b) depois, tinha que tomar as sobras do leite dessa mãe, que precisava alimentar outras crianças; c) era corrompido e desmoralizado pela vida da senzala; d) durante a vida, tinha atrofiado seus brios próprios, ao aprender a não levantar os olhos para o senhor e reclamar a mínima parte de seu trabalho; e) era impedido de ter qualquer sentimento ou manifestar preferência sem receio; f) era condenado a não possuir uma hora só na vida e g) no fim, morria sem receber qualquer agradecimento daqueles para quem trabalhou, deixando ainda no cativeiro, na mesma condição, a mulher, os filhos e os amigos (se os teve). Logo, a verdadeira abolição só estaria completa se os efeitos da liberdade fossem sentidos pelos próprios escravos, e não “perante a jurisdições virtuais, abstrações políticas, forças que ainda estão no seio do possível, simpatias generosas e impotentes” (Nabuco, 2000, p.28).

Em resumo, uma vez condenada a ilegalidade da escravidão e exposto o sofrimento que esta instituição causava entre os cativos, era preciso entender os fundamentos morais, econômicos, sociais e políticos mais amplos que justificavam a existência do Partido Abolicionista. Afinal, a escravidão,

pensada enquanto *unidade crítica*, não era um problema só dos escravos, ela afetou a formação de toda nação ao: a) bloquear o *progresso material* do país, habituando o servilismo, a desonra ao trabalho manual e impedimento da imigração; como também, ao retardar a industrialização, promovendo a bancarrota e incitamento do ódio entre as classes; b) atrasar o *crescimento* por tornar toda riqueza ilegítima, a honradez uma mera convenção e a liberdade em privilégio de classe; impedindo que os indivíduos tomassem seu verdadeiro nível na comunhão social a qual pertenciam; c) obliterar a construção de uma *verdadeira comunidade política nacional*, na qual façam parte os escravos (que estão fora do grêmio social), os senhores (que se veem atacados por representarem um regime condenado), os inimigos da escravidão (pela sua incompatibilidade com esta), a massa inativa da população (que não é cidadã e nem escrava) e todos os brasileiros (condenados pela escravidão a formar uma nação de proletários) (Nabuco, 2000, p.81-82).

Doravante, a passagem da *crítica geral* para a *crítica particular* carrega um sentido diferente. O anúncio de que o movimento abolicionista estava fundado em torno desses princípios mais amplos exigiu que Nabuco apontasse os fragmentos da realidade nos quais a escravidão se realizou para alcançar tal amplitude. Ele precisou mostrar, ainda com mais acuidade, de que maneira a sua unidade crítica – à escravidão – poderia ser encontrada nos traços particulares dos diferentes objetos por ele analisados. É a partir da reunião desses fragmentos que Nabuco chegou à *totalidade que não é total*, qual seja a *nação-Brasil* incompleta e/ou em formação. Nas próximas seções, está destacado como o pernambucano detectou a influência da escravidão em cada aparelho do organismo social brasileiro, em uma tentativa de se demonstrar em que medida ela afetou “nosso caráter, nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral”, considerando que a “empresa de anular essas influências é superior, por certo, aos esforços de uma só geração, mas, enquanto esta obra estiver viva, o abolicionismo terá sempre razão de ser” (Nabuco, 2000, p.4).

2.1.2 A escravidão e as coisas

e) Território e População

Nos Capítulos XII e XIV, *Influência da escravidão sobre a nacionalidade* e *Influência sobre o território e a população do interior*, respectivamente, Nabuco buscou compreender como a escravidão se realizou em dois fragmentos do organismo social, quais sejam: a população e o território. As epígrafes estampadas nessas duas partes se referem ao alerta de José Bonifácio de Andrada, de que a escravidão no Brasil impediria o “aperfeiçoamento”

das raças; e às palavras do juiz Warner da Geórgia, nos EUA, que afirmou que a instituição servil significava não só a destruição do *senhor* como a do *escravo*. Para o pernambucano, o Brasil da época era caracterizado por: a) ter uma população estimada entre 10 e 12 milhões de habitantes; b) a qual, em sua maioria, era composta por descendentes de escravos e c) um grande território pouco explorado e povoado. De antemão, o fragmento de escravidão exposto na constituição da população brasileira foi o cruzamento de raças, expresso na mistura e em combinações variadas entre o elemento português, o africano e o indígena (tendo a escravidão viciado, sobretudo, os dois primeiros). Esse cruzamento não foi espontâneo, pois é consequência do movimento de captura de africanos engendrado pela colonização portuguesa que, sob a forma da escravidão, embaralhou os “caracteres da raça negra com os da branca, [resultando na] mistura da degradação servil de uma com a imperiosidade brutal da outra” (Nabuco, 2000, p.98).

Para o abolicionista, a questão da diferença entre as *raças* era menos biológica e mais histórica. Isso fica claro em seu argumento contra o projeto de introdução dos chineses no Brasil, aventado na Câmara no final dos anos 1870. O problema não era exatamente a inferioridade étnica dos *chins*, mas sua capacidade de adaptação e propagação diante das piores condições de trabalho. É nesse sentido que o pernambucano condenou o cruzamento de raças existente por aqui, com o agravante de que os dois elementos racionais que, em larga medida, constituem o nosso povo – o africano e o português – configuraram uma mistura de deterioração social completa. De um lado, a *raça que só trabalha* foi aviltada pelo caráter servil e resignatário que a escravidão produziu entre nós; de outro, a *raça que só faz trabalhar* não está armada com essa superioridade de resistência e perpetuidade, pois foi educada apenas para saber mandar. Como lembra o abolicionista, ao se inspirar em *História de Roma* do alemão Theodor Mommsen (1817-1903):

A história do mundo é a prova de que as *raças* mais inteligentes, mais brilhantes, postas em contacto com as *raças* inferiores, são muitas vezes vencidas e sucumbem. [...] O que dá triunfo no combate pela vida não são as qualidades intelectuais, o caráter, o coração de uma *raça*. [...]. O aumento da população do nosso planeta está sujeito a causas certas, que é sempre quase possível reconhecer, **e uma raça que puder subsistir e propagar-se facilmente em condições, em um meio, em que outra [raça], lenta, mas necessariamente só puder perecer, terá por fim vantagem no combate pela vida** (Nabuco, 1949, p.63, grifo nosso).

Desse modo, Portugal torna-se uma referência incontornável para pensarmos o lugar do Brasil na história universal, tendo Nabuco mobilizado os escritos do Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570) e do historiador lusitano Oliveira Martins (1845-1894) para recuperar a história colonial dos séculos XVI, XVII

e XVIII. Segundo a leitura do pernambucano, o Império português descarregou todas as fezes sociais – como os criminosos e as mulheres erradas – sobre o novo continente, de modo a produzir três raças que, sobrepostas, passaram a compor nossa *população*: a raça que escreveu essa triste história (os portugueses), a com cujo sangue essa história foi escrita (africanos) e as raças mestiças. Ao fazer eco ao debate racista da época, Nabuco argumentou que a raça africana estava num período mais atrasado de desenvolvimento quando comparada às europeias e, assim, os escravizados influenciaram, com suas instituições bárbaras e superstições grosseiras, as “raças” supostamente mais adiantadas do país. O problema, todavia, seria menos o cruzamento de raças em si e mais a reprodução do cativo que ele representava – trazido à tona enquanto fragmento da realidade através do princípio definidor, qual seja, a escravidão. Em Nabuco:

Ninguém poderia dizer o que seria a história se acontecesse o contrário do que aconteceu [...]. Entre o Brasil, **explorado por meio de africanos livres** por Portugal e o mesmo Brasil, explorado por escravos também por portugueses: **o primeiro a esta hora seria uma nação muito mais robusta do que é o último** (Nabuco, 2000, p.99, grifo nosso).

A exploração portuguesa também nos legou a organização do *território*. As capitânias hereditárias deram origem a um regime de terras que consistiu na divisão de todo solo entre grandes proprietários. Esse regime, na visão de Nabuco, aonde “ele chega, queima as florestas, minera e esgota o solo e quando levanta suas tendas, deixa após si um país devastado em que consegue vegetar uma população de proletários nômades” (Nabuco, 2000, p.105). O argumento é o de que a escravidão se manifestava nesse regime de terras ao dividir o território em grandes unidades penais refratárias ao *progresso* e ao trabalho livre, concentrando a vida provincial nas capitais. No campo, em pequenas cidades e vilas, o solo não adquiria vida, o luxo era passageiro e a população não tinha casas: vivia em choças. Nabuco registrou até mesmo que a seca que ocorrera no Ceará naquele período era produto da escravidão. Isto é, o caráter nada sustentável da cultura de exploração do solo, do seu parcelamento feudal e do monopólio do trabalho engendrado por essa instituição. Por isso, a escravidão se realizava no bloqueio ao *progresso das cidades do interior*, onde não “há água encanada nem iluminação a gás, não tem a renda de um particular medianamente abastado e não se encontra o rudimento [...] dos órgãos funcionais de uma cidade (Nabuco, 2000, p.107).

Para demonstrar melhor essa questão, o abolicionista elaborou um quadro que mostra a distribuição do território brasileiro e o grau de dependência de cada região com a escravidão, bem como os elementos que tornaram cada uma delas mais aptas ou não à introdução do trabalho livre.

QUADRO 01 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL DOS ANOS 1880

Regiões	Condições à introdução do trabalho livre
Rio de Janeiro e Minas Gerais	Províncias que não são nada sem o café e ainda totalmente dependentes do trabalho escravo.
São Paulo	O período florescente desta região vai tornando esta província cada vez menos dependente da escravidão.
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande	A migração europeia infunde sangue novo na veia do povo, que reage contra a escravidão constitucional. Além disso, suas terras e o clima abrem maiores possibilidades ao trabalho livre.
Pará e Amazonas	Grande território ainda a ser explorado, onde prevalece a escravidão nominal e a servidão dos indígenas através da indústria extrativista.
Norte	Com o fim do ciclo do açúcar e do ouro, os grandes proprietários de escravos se encastelaram no funcionalismo público.

Fonte: *O Abolicionismo* (1883).

O quadro acima é importante para mostrar como Nabuco fez sua *crítica específica* ao regime de terras que é, ao mesmo tempo, sua crítica *geral* da escravidão. Ou seja, Se a escravidão é *unidade crítica* apenas quando é possível reunir os fragmentos da realidade, aqui o autor buscou compreendê-la como expressão do regime de terras que organizava o território brasileiro da época, considerando os aspectos sociais, políticos, geográficos e climáticos de cada região – que, para ele, seriam fatores que propiciariam ou não maiores facilidades à introdução do trabalho livre. Foi assim que o pernambucano chegou à conclusão de que a escravidão era um obstáculo ao *desenvolvimento material dos municípios* e da *população* do interior, sobretudo ao impedir a formação do mercado de trabalho local. Nesse regime, os homens livres e pobres não tinham lugar na sociedade e – como afirmava o engenheiro francês Henri-August Miet²⁷ (1840-1880), em seu *Miscelânea Econômica* (1882) – estavam fora do “movimento geral das trocas internacionais”, pois, em parte alguma, encontravam alguma ocupação fixa ou poderiam ter habitação digna. A escravidão se realizava na condição dos trabalhadores livres existentes no Brasil da época, fazendo com que eles vivessem “numa situação intermediária, que não é o escravo, mas também não é o cidadão” (Nabuco, 2000, p.116).

Foi essa população que foi se internando, vivendo como ciganos, aderindo às terras das fazendas ou dos engenhos onde achava agasalho, formando-se em pequenos núcleos nos interstícios agrícolas, edificando as suas quatro paredes de barro onde se lhe dava permissão para fazê-lo, mediante a condições de vassalagem que constituíam os moradores em servos de gleba (Nabuco, 2000, p.116).

27. Engenheiro francês que veio para o Brasil com esperança de solucionar a crise da Lavoura do Norte, nos anos 1860 e 1870.

O ponto central é que a realidade dos efeitos da escravidão sobre a *população* e o *território* se expressou no sistema de terras que, por sua vez, significava o monopólio do grande proprietário. E o que fizeram esses grandes proprietários ao território? Nabuco respondeu: a) exploraram a terra sem atenção à localidade; b) não reconhecerem deveres com o povo fora das fazendas; c) queimaram, plantaram e abandonaram o solo; d) consumiram os lucros na compra de escravos e no luxo na Corte; e) não edificaram escolas, igrejas nem asilos; f) não construíram pontes, nem melhoraram os rios ou canalizaram a água; g) não construíram sequer casas para seus escravos; h) não fomentaram indústrias; i) não deram valor venal à terra, nem granjearam o solo; j) não empregaram máquinas e k) não trouxeram *progresso* algum aos vizinhos. E os efeitos disso sobre a população do interior? Miséria, dependência, ignorância, sujeição ao arbítrio dos potentados, falta de terra e casa para os pobres (Nabuco, 2000, p.114-115).

f) Classes Sociais, Poder político e Moral

A epígrafe que abre o Capítulo XV, *Influências sociais e políticas da escravidão*, é um registro de quando John Elliot Cairnes (1823-1875), último representante dos economistas clássicos, ressaltou que a escravidão não era apenas um instrumento produtivo, mas uma forma de sociedade na qual os senhores de escravos eram os únicos depositários do prestígio social e do poder político – a pedra angular de um edifício do qual eles eram os donos. Nabuco iniciou seu argumento chamando atenção para dois aspectos sobre situação da guerra civil nos Estados Unidos: a) por lá, a escravidão não afetou a constituição social toda, como aqui, pois o “Sul foi salvo pelo braço do norte do suicídio que ia cometer, separando-se da União para tornar-se uma potência escravagista (Nabuco, 2000, p.121) e b) diferente de nós, a escravidão estadunidense adotou o sistema de separação de raças, “mantida por uma antipatia à cor preta que foi fundamentada na maldição de Cam e na teoria da evolução pitecóide, e por princípios severos de educação” (Nabuco, 2000, p.122). Tais características contrastam com o caso brasileiro, no qual um dos fragmentos particulares da escravidão, ainda que fundada igualmente sobre a diferença entre duas raças, foi o caos étnico ocasionado pelo cruzamento de raças. Isso resultou na existência dos mestiços políticos.

A escravidão, entre nós, manteve-se aberta e estendeu seus privilégios a todos indistintamente: brancos ou pretos, ingênuos ou libertos, escravos mesmo, estrangeiros ou nacionais, ricos ou pobres; e, dessa forma, adquiriu, ao mesmo tempo, uma força de absorção dobrada e uma elasticidade incomparavelmente maior do que houvera tido se fosse um monopólio de raça, como nos estados do Sul [estadunidense] (Nabuco, 2000, p.123, grifo nosso).

O Brasil era “uma sociedade baseada na escravidão e constituída na sua maior parte do seu vasto aparelho”. A *crítica geral*, portanto, é a de que a escravidão, ao forjar a existência de mestiços políticos, nos legou uma sociedade onde não “há castas sociais perpétuas, tampouco divisão fixa de classes, todas elas apresentam sintomas de desenvolvimento retardado ou impedido, ou, o que é ainda pior, de crescimento prematuro ou artificial (Nabuco, 2000, p.122-123). A *crítica específica*, por sua vez, diz respeito aos variados indivíduos e/ou classes que, por motivos morais, econômicos, políticos e sociais não conseguiram se desenvolver no Brasil da época. As informações detalhadas no quadro a seguir são importantes para evidenciar como tal instituição se realizou e ganhou forma no desenho real de indivíduos e/ou classes sociais.

QUADRO 02 – EFEITO DA ESCRAVIDÃO À DIVISÃO DE CLASSES

Classe	Efeitos
Classe dos lavradores não proprietários	Em geral, moradores do campo ou do sertão. População sem meios ou recursos, ensinada a considerar o trabalho uma ocupação servil. Classe que não tem onde vender seus produtos, vive longe da região do salário e, por isso, tem que resignar-se a viver e criar os filhos nas condições de dependência em que lhe consegue vegetar.
Classes operárias	A escravidão não permite: a) o regime do salário; b) a dignidade pessoal do trabalhador, na medida em não pressupõe direitos.
Classes burguesas e/ou industriais	A escravidão bloqueia cada uma das faculdades humanas que são necessárias para formar a indústria: a) iniciativa; b) invenção; c) energia individual; d) não permite a associação de capitais (poupança/crédito) e e) não dispõe de mercado de trabalho abundante, já que não há ensino técnico para tornar os operários aptos a trabalharem em fábricas.
Classe comercial	O comércio, faltando a indústria e o trabalho livre, não pode existir senão em consonância com a escravidão, comprando-lhe tudo o que ele oferece e vendendo-lhe tudo o que ela precisa. Esse comércio se restringe a cidades como Santos, Campinas, Petrópolis e algumas cidades do Rio Grande do Sul.
Classe dos empregados públicos	A escravidão impede o aparecimento de muitos homens de talento, mas sem qualidades mercantis (como literatos, professores, jornalistas e cientistas). As profissões mais procuradas, como engenharia, advocacia e a medicina dependem em grande parte do favor da escravidão e, em geral, são voltadas ao funcionalismo público.

Fonte: *O Abolicionismo* (1883).

É preciso melhor explicitar a crítica moral presente em toda obra *O Abolicionismo* que, como se viu, destacou o papel preponderante dessa não fixidez da divisão de classes no Brasil. A *crítica geral* apontou para que a escravidão significou o bloqueio do *progresso moral* do país, enquanto a *crítica*

específica se expressou nas forças sociais que, ao se identificarem com a instituição servil, impediam ainda mais o adiantamento civilizatório do país, quais sejam: a) a Igreja – a escravidão destruiu toda a face ideal da igreja no Brasil e tirou-lhe a possibilidade de desenvolver uma força consciente na vida social nacional, haja vista que os conventos e seminários tinham escravos; b) o patriotismo – o trabalho dos escravagistas consistiu sempre em identificar o Brasil com a escravidão, de modo que quem a atacava era suspeito de conivência com o estrangeiro e/ou visto como inimigo das instituições do próprio país; c) imprensa – para fazer vácuo a todo jornal ou livro, a escravidão repeliu a escola e a instrução pública; ao mesmo tempo, a imprensa ainda se mostrou como a grande esperança na luta abolicionista, pois era por ela que as ideias antiescravistas podiam ser espalhadas e debatidas. Vale dizer, contudo, que no interior não existiam livrarias nem jornais; d) opinião pública – a escravidão não consentiu o influxo de ideias novas contrárias a ela.

Foi com base em todos esses fatos que a escravidão se espalhou com maior robustez pelo Brasil, sobretudo pela confusão que causou entre indivíduos, produzindo uma classe politicamente muito poderosa: a dos grandes proprietários de terras e escravos. O poder desse grupo fez Nabuco concluir que a instituição se realizava criando um Estado dentro do Estado: um poder que tem mais força que os interesses de toda a nação. Ou melhor, ela se mostrava quando o Estado “atua como poder coletivo que representa apenas os interesses de uma minoria de proprietários”, o que se verificava, por exemplo: a) no empréstimo de crédito público a juros baratos e engenhos centrais oferecidos pelo Estado aos proprietários; b) na influência na criação das estradas de ferro à conveniência do poder da minoria, em particular para valorização de terras pertencentes a esses proprietários; c) na exigência de que o Estado fosse patrocinador oficial de exposições de café e, ainda, d) na dispensa do Estado em regulamentar o regime de trabalho do migrante europeu. Eis aqui um dos fragmentos privilegiados pelo pernambucano para a explicitação da obra da escravidão entre nós: a mentalidade nada civilizada da classe poderosa, representada pelos grandes proprietários de terras e escravos.

Nesse sentido, entre as propostas do abolicionista, constava um projeto pedagógico para essa aristocracia territorial, de modo que o Estado instituísse – inspirando-se na lei agrária inglesa levada a cabo por Gladstone na Inglaterra – os deveres à propriedade e, se necessário, atuasse para conter seus excessos. No caso brasileiro, a questão era mais complexa e desumana, haja vista que

o poder excessivo da propriedade – e, por sua vez da escravidão – se realizava na feudalização do território em conluio com a propriedade de cativos. Logo, “se todas as questões que se prendem à organização territorial dos Estados, tornam-se grandes **questões sociais**”, [como ocorreu no caso inglês, sendo que por lá o que se discutia era o direito de propriedade] “e o que aparece no Brasil é a “posse do homem pelo homem” (Nabuco, 1949, p.143, grifo nosso).

A “soma, poderio, influência, capital e clientela dos senhores todos” era uma das realidades mais expressivas da escravidão e o poder imperioso da aristocracia territorial contaminou todos os aparelhos do organismo social. A *crítica geral* de Nabuco foi a de que “o governo é resultado da prática da escravidão entre nós” (Nabuco, 2000, p.137). A *crítica específica* se revelou em dois planos: a) sistema representativo – um enxerto de formas parlamentares num sistema patriarcal, pois os ministros não encontravam apoio na opinião pública; a Câmara sabia da sua nulidade e pedia tolerância; o Senado estava reduzido a um local onde se celebravam reuniões às custas do Estado; e os partidos funcionavam apenas como sociedades cooperativas, girando em torno de interesses particularistas; e b) governo pessoal – o Imperador acabou por se tornar o primeiro-ministro permanente do Brasil, contando com todo aparato formal das instituições representativas e assegurando a liberdade absoluta de imprensa. O governo pessoal foi outro fragmento político no qual a escravidão se realizou com veemência, já que o “imperador não encontra uma só individualidade que limite a sua vontade, uma vontade individual ou coletiva, a que ele deva se sujeitar” (Nabuco, 2000, p.137). Em suma,

A escravidão não consentiu que nos organizássemos e sem povo as instituições não têm raízes, a opinião não tem apoio, a sociedade não tem alicerces. [...] Os poderes políticos deste país nunca exprimiram, nem podem exprimir a vontade nacional, porque esta não existe [...]. Eles exprimem tão somente a **perpetuidade e a traição do único poder independente que há entre nós, a Monarquia** (Nabuco, 1988, p.31, grifo nosso).

Até aqui, foi mostrado como opera a lógica discursiva de Joaquim Nabuco. Foi a partir das coisas ou fragmentos que ele enxergou a escravidão, para depois vê-la nos fragmentos. Por isso, ele insistiu em chamar atenção para pontos específicos das leis, dados da natureza geográfica, climática e territorial do país, o cruzamento das raças, a formação das classes sociais, do governo e,

sobretudo, as promessas de liberdade que se frustraram ao longo da história do Brasil oitocentista. Em linhas gerais, a escravidão como *unidade crítica* funciona como princípio definidor que reúne o *todo* para enxergar esse *todo* em cada fragmento da realidade nacional. Depois de detectar o *todo* nos fragmentos é que Nabuco voltou para esse *todo*, vislumbrando uma *totalidade do que não é total*: a nação malformada e/ou incompleta brasileira. Na próxima seção, será explorado o diagnóstico de Nabuco sobre a *nação incompleta* brasileira, evidenciando como ele vai, gradativamente, “radicalizando” a sua luta pelo fim da escravidão, até assumir a bandeira da *abolição imediata e sem indenização*; bem como, explicitado em que medida o projeto de monarquia federativa e popular levado a cabo por ele se tornou uma *estratégia de progresso* para a proposta geral de reconstrução da nação brasileira.

3. A nação incompleta e a federação monárquica e popular

Nesta seção será demonstrado como Joaquim Nabuco, ao diagnosticar a *nação incompleta* pela escravidão, gradativamente radicalizou seus argumentos a favor da luta pela abolição. Fato esse que é verificável ao longo das campanhas eleitorais realizadas pelo pernambucano no Recife, em 1884 e, uma vez eleito deputado, na adoção da bandeira da *abolição imediata e sem indenização* durante a luta parlamentar contra a desvirtuação do projeto Dantas – que culminou na Lei dos Sexagenários, em 1885. Por fim, será destacada a proposta de monarquia federativa e popular, aventada por Nabuco na Câmara em 1885, com intuito de iluminar sua posição pró-monárquica durante a crise final do Império (1889). Para tanto, a seção está dividida em três subitens: a) O dilema da nação incompleta; b) Entre o povo e o parlamento: o abolicionista “radical” e c) O projeto da monarquia federativa e popular.

3.1 O dilema da nação incompleta

Como se mostrou, foi por conta do diagnóstico de que a escravidão nos legou uma *nação incompleta* que Nabuco assumiu o movimento abolicionista enquanto uma luta mais ampla que, entre outras coisas, visava a reconstrução do Brasil com base no trabalho livre e na união das raças em liberdade. Um dos objetivos centrais desse primeiro momento da trajetória do abolicionista era o de convencer os proprietários dos males causados por eles ao *progresso* material, moral e social do país, isto é, mostrar como esta classe também estava totalmente afetada pela instituição nefanda e atrasada da escravidão. Afinal,

Entre nós a escravidão não exerceu toda sua influência abaixo da linha romana da *libertas*, exerceu-se também dentro e acima da *civitas*, nivelou, exceção feita aos escravos, que vivem sempre nos subterrâneos sociais, mas nivelou-as degradando. Daí a dificuldade de analisar a influência, de descobrir um ponto qualquer, ou na índole do povo, ou na face do país, ou mesmo nas alturas mais distantes das senzalas, sobre que de alguma forma aquela afinidade não atuasse, e que não deva ser incluída na **síntese nacional da escravidão** (Nabuco, 2000, p.124, grifo nosso).

A síntese nacional da escravidão é o *todo* reunido através da *unidade crítica*, expressa numa *totalidade que não é total*. É assim que ela – pensada como “uma instituição com a qual [o país] se familiarizou e confundiu, a ponto de não mais vê-la objetivamente (Nabuco, 2000, p.144) – foi capaz de projetar uma *nação incompleta*: “endurecida, ríspida e insensível ao lado humano das coisas” (Nabuco, 2000, p.163). Desse modo, a reforma global e humanitária do movimento abolicionista era mais do que necessária para o nosso *progresso moral e social*, sobretudo porque o povo vitimado pela escravidão “necessita de desenvolver-se em crescer em meio inteiramente diverso” (Nabuco, 2000, p.171). Para formar, de fato, uma nação, mais do que uma simples sociedade, era preciso emancipar esse povo, fazendo-o: a) senhor do vasto território que ocupa; b) ter trabalho digno e ser respeitado em seus direitos e deveres; c) frequentar a escola através da instrução pública; e, sobretudo, d) compartilhar todos os sentimentos, instintos e paixões que faziam dos habitantes de um país cidadãos pertencentes a uma mesma comunidade política nacional (Nabuco, 2000, p.112-113)

O Capítulo XVI, *Necessidade da abolição: perigo da demora*, tem a epígrafe do naturalista suíço Louis Agassiz (1807-1873) que, em sua passagem pelo Brasil, alertou para o fato de que os dotes morais e intelectuais do país estariam todos corrompidos pela escravidão. Foi nesse sentido que Nabuco entendeu que a instituição servil não se desmoronaria por aqui em um só golpe, sendo necessário muito mais do que a emancipação pura e simples para converter o senhor e o escravo em cidadãos capazes de desenvolver o espírito de tolerância, aderir aos princípios da justiça e do progresso e, acima de tudo, subordinar alguns dos interesses particulares aos interesses da pátria (Nabuco, 2000, p.142). Contudo, ao contrário de esperar que fossem feitas reformas para depois realizar a emancipação – como reivindicava a resistência escravagista ao longo do debate sobre a Lei dos Nascituros –, o abolicionista inverteu a questão: a emancipação total e completa da escravidão era o ponto de partida dos *progressos* nacionais, haja vista que a “escravidão não [deixará] de atuar mesmo quando todos os escravos forem emancipados” (Nabuco, 2000, p.142). Ele mobilizou toda sua argumentação para convencer, de vez, os proprietários sobre a urgência da questão.

O pernambucano insistiu na tarefa de iluminar a alma do senhor ao citar as recomendações de Noah Webster (1758-1843), acerca dos efeitos da escravidão sobre a moral e a indústria, especialmente quando o pensador estadunidense pleiteava, já nos fins do século XVIII, uma transformação material e econômica na lavoura do sul daquele país. Ele cita também o artigo publicado na revista *Times* na Filadélfia em 1882, para lembrar que a instituição, ao contrário do que se pensava, havia arruinado a agricultura dos estados do sul, sendo que “os fabricantes e os banqueiros, com juros altos e lucros enormes e dispondo, incontestavelmente, das colheitas, eram os únicos a colher os benefícios daquele estilo de lavoura” (Nabuco, 2000, p.154). Por fim, Nabuco mencionou Jefferson Davis (1808-1889), presidente da Confederação dos Estados do Sul durante a guerra civil nos Estados Unidos, quando ele mudou completamente de opinião em relação à cultura do algodão e do açúcar, afirmando que a produção poderia ser mais abundante e produtiva através do pagamento do trabalho ao invés do emprego de escravos. O objetivo era convencer a resistência escravagista que “o trabalho livre é mais econômico, mais inteligente e mais útil à terra; [...] mais próprio para gerar indústrias, civilizar o país e elevar o nível de todo povo (Nabuco, 2000, p.156).

Era urgente alertar os agricultores no Brasil sobre o papel do Estado na transição *da nação que se realiza na escravidão para a nação verdadeiramente constituída*, em especial ao reivindicar que esse “Estado ajudasse por meio do seu capital a rápida reconstrução da nossa agricultura: facilitando, assim, a transição do regime escravista para o regime moderno do salário e do contrato livre” (Nabuco, 2000, p.159). Para Nabuco, seria responsabilidade do Estado, entre outras coisas: a) preparar a transição do escravo para a liberdade por meio do derramamento da instrução popular; b) melhorar a sorte dos homens livres e pobres do interior e repartir com eles a terra por meio da reforma agrária; c) promover indústrias; d) suspender de imediato a venda e compra de homens; e) abolir os castigos corporais e as perseguições privadas; f) fazer nascer a família respeitada em todas suas condições, em particular para os ex-escravos; g) continuar e ampliar a promoção da imigração europeia para sanar o problema da escassez de força de trabalho no país e ainda h) promover a cooperação dos grandes proprietários de terra e escravos nessa tarefa. Esse último ponto é especialmente importante, visto que revela a esperança nutrida em relação à conscientização da aristocracia territorial e sua contribuição na empreitada. Para Nabuco, tal apoio era fundamental, dado que essa classe compunha a base produtiva do país.

Ele mobilizou os argumentos do abolicionista francês Vitor Schoelcher (1804-1893) – também signatário da carta enviada pela Junta de Emancipação ao Imperador nos anos 1860 – para afirmar que a aristocracia deveria renunciar à sua “propriedade pensante” (isto é, a propriedade de pessoas) e reconhecer os direitos intrínsecos da natureza humana – que, conforme o pernambucano anunciou, compunha a teoria da liberdade pessoal de Bluntschli. Só assim seria possível reedificar o Brasil “sobre bases sólidas, o ascendente da grande propriedade. Desse modo, [...] dentro de vinte anos de trabalho livre, os proprietários territoriais brasileiros formarão uma classe a todos os respeitos, mais rica, mais útil, mais poderosa e mais elevada na comunhão [nacional] do que hoje” (Nabuco, 2000, p.160). Em resumo,

[...] Uma aristocracia territorial pode servir ao país de diversos modos: melhorando e desenvolvendo o bem-estar da população que acerca e o aspecto do país em que estão enclavados seus estabelecimentos; **tomando a direção do progresso nacional**, cultivando, ou protegendo, as letras e as artes; servindo no exército ou na armada, ou distinguindo-se nas diversas carreiras; **encarnando o que há de bom no caráter nacional, ou as qualidades superiores do país, o que mereça ser conservado como tradição** (Nabuco, 2000, p.131, grifo nosso).

Naquele momento, a despeito da urgência da abolição, Nabuco ainda não levantava a bandeira da *abolição imediata e sem indenização*, propondo que o Estado deveria entrar “num acordo para indenizar a propriedade escrava, legalmente possuída” (Nabuco, 2000, p.157). A aristocracia, por sua vez, auxiliaria no projeto de reformas que poriam fim à escravidão e seus efeitos sobre nós. Assim, o Brasil seria anistiado do seu passado escravista – esquecendo-se até da luta empenhada até aqui (como o próprio Nabuco esqueceria anos mais tarde). A nação reconstruída sobre o trabalho livre e na união das raças em liberdade, invocada pelo projeto abolicionista de futuro, significaria também:

[...] a **reconciliação** de todas as classes, a **moralização** de todos os interesses, a garantia **liberdade nos contratos**, a **ordem** nascendo da **cooperação voluntária** de todos os membros da sociedade brasileira: essa é a base necessária para reformas que alteiam nosso terreno político em que [a escravidão] existiu até hoje (Nabuco, 2000, p.171, grifo nosso).

A luta do abolicionista, porém, foi além desses primeiros momentos de militância. Até esse ponto, ele tentou lançar a medida da indenização negociada entre os proprietários de escravos legítimos e o Estado, mas depois, com o diagnóstico da *nação incompleta*, tal como apresentado acima,

ele radicalizou seus argumentos. O *abolicionismo radical* ganhou envergadura a partir das campanhas eleitorais de 1884, bem como quando ele, ao atuar na Câmara condenando o caráter escravista da Lei dos Sexagenários, adotou a bandeira da *abolição imediata e sem indenização* como ponto de partida de todos os *progressos* nacionais. Em 1885, muito decepcionado com os rumos da luta abolicionista no Parlamento, ele lançou o projeto de monarquia federativa, permanecendo firme a esse lado após a abolição, em 1888. Nos próximos subitens, o *radicalismo temporário* de Joaquim Nabuco será evidenciado e destacadas as *estratégias de progresso* lançadas por ele durante a crise final do Império (1889).

3.1.1. *Entre o povo e o Parlamento: o abolicionista radical*

Em 1884, quando retornou de Londres, Joaquim Nabuco fez uma peregrinação eleitoral por bairros ricos e pobres do Recife e participou de uma série de encontros, conferências populares e comícios – grande parte deles realizados no teatro Santa Isabel. A situação política do Brasil era delicada naquele momento, pois o Imperador havia acabado de dissolver a Câmara em favor do Ministério Dantas, com a esperança de eleger novos deputados comprometidos com o projeto emancipacionista colocado em pauta pelo então ministro – o qual havia sido rejeitado. Em meio a essa conjuntura, Nabuco iniciou sua campanha para deputado, anunciando aos eleitores que dependeria de eles “escolher[em] entre as duas políticas, a do gabinete Dantas ou da Câmara dissolvida; uma política da evolução, outra da imobilidade [...]; uma política do salário e a outra do chicote (Nabuco, 1988, p.6). Tal eleição foi marcada pelo que se pode chamar de *abolicionistas oportunistas*, uma vez que muitos candidatos se posicionaram a favor do fim da escravidão, porém eram contrários a qualquer medida estatal que pudesse abalar o direito de propriedade dos senhores.

Naquela altura, mesmo não sendo de bom tom defender abertamente a escravidão, alguns deputados, como o conservador Andrade Figueira (1834-1910), se declaravam escravocratas diante de uma Câmara que, por achar a palavra muito dura, “adoçava” a própria escravidão. Para o deputado, era melhor deixar a questão entregue à iniciativa particular dos proprietários: o senhor que quisesse alforriar que o fizesse. Perante uma instituição moribunda, mas ainda viva, a força da reação escravagista se concentrou na reafirmação do direito de propriedade – garantido pela Constituição de 1824 e abalado pela Lei dos Nascituros de 1871 – para negociar o pagamento da indenização, cuja responsabilidade deveria ser do Estado. O também deputado e jurista Antônio Joaquim Ribas (1818-1890) condensou e organizou os argumentos do livro *A propriedade (1883)*, publicado por José de

Alencar nos anos 1860, anunciando-o como o trabalho jurídico mais oportuno para o momento de transição pelo qual passava o país, tendo por fim facilitar e dirigir essa transição. Não por acaso, esses conservadores chamavam os *abolicionistas verdadeiros* de comunistas. Sobre isso, questionou Nabuco:

Qual é o princípio do comunismo? É a negação da propriedade individual. O que é a escravidão? É a negação da propriedade mais individual que existe no mundo: a propriedade de si mesmo. [...] Longe, portanto, de serem comunistas, são os abolicionistas que querem salvar da riqueza pública aquilo que ainda pode ser salvo, os que querem manter o crédito do Estado, e evitar uma bancarrota, que será inevitável se não houver uma **reação nos nossos costumes e em nossa política**, se o Estado não abandonar completamente o caminho de aventuras e indiferença que entrou por causa da escravidão (Nabuco, 1988, p.120-124, grifo nosso).

O interessante desse trecho é que Nabuco estava discursando ao povo enquanto candidato e, por isso mesmo, precisava utilizar toda sua oratória e jogo de cintura para resumir a argumentação complexa que ele havia elaborado em *O Abolicionismo*. O pernambucano precisava convencer seu eleitor em potencial que, ao votar nele, “não votais por um indivíduo, não votais somente por um partido [...]; votais pela libertação do nosso território e pelo *engrandecimento do nosso povo*, votai por vós mesmos, e vos elevais neste país de toda altura da liberdade e da dignidade humana” (Nabuco, 1988, p.52). Ele precisou explicar aos ouvintes os motivos que faziam da escravidão sua *unidade crítica*, pensada enquanto “sistema agrícola e territorial, [que] tornou-se um sistema regime social e estendeu seus domínios por toda parte” para, então, exigir reformas que elevassem o nível social de todo o povo. Assim como lembrava o pernambucano, lutar pela igualdade social do povo deveria ser o ponto de partida para qualquer liberal, esteja ele onde estiver (Nabuco, 1988, p.30). Com isso, ele conclamava a união dos liberais de todas as províncias do Império com o intuito de eleger uma Câmara que acatasse o projeto Dantas.

Nabuco abriu seu primeiro comício criticando a teoria das classes dominantes acerca do caráter do povo brasileiro, pois considerava que essa classe não contava com a população nacional para coisa alguma fora da escravidão: “A teoria deles é que o povo brasileiro não trabalha e, portanto, que é preciso importar elementos do trabalho, quanto mais servil, melhor (Nabuco, 1988, p.11). Isso não representou uma posição contrária do pernambucano em relação à imigração, pois, como já mostrado, ele reivindicou a introdução dos europeus na formação do mercado de trabalho nacional, desde que houvesse garantias de subsídios do Estado para que eles pudessem fazer do país uma pátria para os seus filhos. Acima de tudo, todavia, o então candidato não perdia de vista a necessidade de incorporação do elemento local a esse mercado, de modo a oferecer preparo moral e técnico para

que a população livre e pobre do interior brasileiro pudesse ter mais oportunidades de trabalho. Para tanto, três medidas foram elencadas como essenciais: a) a reforma agrária – que, por meio do imposto territorial ou da desapropriação, faria com que a imensa extensão de terras que o escravismo não cultivava e não deixava cultivar, voltasse para o domínio público; b) reformas sociais – que tivessem como centro o trabalho, a liberdade de trabalhar, o amor ao trabalho, instrução técnica e cívica do trabalhador, o voto do operário e a criação de indústrias e, por fim e as c) reformas políticas – que inibiriam o poder da oligarquia criada pela escravidão (Nabuco, 1988, p.152).

O ponto alto dos discursos eleitorais de Nabuco mostrava que a escravidão, ao aviltar o trabalho no Brasil, também embarçou a questão da identificação política dos operários enquanto classe. Ora, a instituição servil – tomada enquanto monopólio do trabalho, do solo e da população livre – fez com que apenas uma classe produzisse no país, sendo todas as outras tributárias desta: “um país de algumas famílias transitoriamente ricas e de dez milhões de proletários” (Nabuco, 1988, p.30). Por essa razão, argumenta Nabuco, “o desenvolvimento das classes operárias foi retardado pela escravidão, de modo a não ser [naquela época] uma fração pequena ou quase insignificante do eleitorado de Recife, como na Bahia e no Rio (Nabuco, 1988, p.139). Nesse sentido, questionou o candidato: como os trabalhadores poderiam se organizar politicamente se não havia trabalho, se não havia confiança no trabalho livre e no poder orgânico da liberdade, se a escravidão, além de restringir o dinheiro nas mãos de poucos e bloquear a formação do mercado nas cidades do interior, não consentiu o desenvolvimento moral e intelectual do nosso povo? Ao detectar que um dos fragmentos da escravidão se expressava no retardamento da existência do mercado, ele considerou que essa instituição impedia que muitos indivíduos experimentassem certo grau de liberdade, que provém do trabalho livre, como o alcance de melhorias materiais que aqueles pertencentes a uma mesma classe conquistam com o próprio suor. Também por isto a escravidão não permitiu que os trabalhadores pudessem se unir e organizar politicamente em prol da dignificação do trabalho – fato que o abolicionista descreveu ter experienciado pessoalmente na Europa, a partir da criação dos sindicatos e da existência das lutas trabalhistas. Somente através da organização política dos trabalhadores,

[...] o operário, o artista brasileiro pode perder de vista sua condição atual para chegar à altiva posição do artista e do operário de outros países, onde **o trabalho tem consciência da sua força. Instituições como essa são o ensaio de educação, um começo de independência, um rudimento de associação e um germen fecundo de liberdade**” (Nabuco, 1988, p.55, grifo nosso).

Nabuco tinha consciência de que a participação do povo no projeto de reconstrução nacional era de suma importância. A abolição carecia de força na opinião pública para, assim, aumentar a pressão no Parlamento. Acima de tudo, o fim da escravidão seria apenas o primeiro passo para que fosse possível reerguer “sobre bases verdadeiramente nacionais o edifício a que se retirara a pedra angular”. Desse modo, o dever maior para com o povo era o de fazer reformas para “instruí-lo, ensinar-lhe o princípio da moral social, inculcar nele o espírito público que nos falta e criar a **tradição nacional e provincial** que está interrompida” (Nabuco, 1988, p.185, grifo nosso); com o intuito de que, no futuro, todos cidadãos brasileiros pudessem ser senhores de si e de seus próprios destinos, como também decidir sobre os destinos da nação. Para o abolicionista, o futuro estava nas mãos da classe trabalhadora ainda em formação e, enquanto ela não fosse um elemento ativo e enérgico, a obra da escravidão estaria em operação, isto é, “enquanto grandes correntes de ideias não mover [os operários e artistas] e [eles] não tiverem consciência de sua força, não teremos chegado ao nível das *nações emancipadas*” (Nabuco, 1988, p.140).

a) A luta no Parlamento

Joaquim Nabuco foi eleito para Câmara no bojo dos embates parlamentares que contorceram o projeto emancipacionista Dantas em favor do projeto Saraiva, culminando na promulgação da Lei dos Sexagenários. Precisamente, o primeiro deles tinha como prioridade aumentar as rendas cobradas pelo Estado sob a forma de impostos – uma taxa adicional de 6% a todos os impostos já cobrados, com exceção dos produtos para exportação – com intuito de criar recursos para o Fundo de Emancipação, visando, assim, promover alforria dos escravos na medida em que os senhores fossem indenizados. Já o projeto Saraiva, que serviu de base para a lei que libertou os escravos com mais de 60 anos, impôs maiores dificuldades à sua emancipação, além de ter gerado todo um debate acerca da precificação do escravo – em especial, no contraste de propostas sobre a fixação ou não da tabela de preços das “peças” humanas. Para Nabuco, esta contorção revelou que sua *unidade crítica* – a escravidão – ganhava força renovada, na medida que a *crítica geral* ao projeto Saraiva era a de que ele era incompatível com a marcha da civilização e do *progresso* que o país havia feito em torno da questão servil, fazendo-o retroceder à Lei do Ventre Livre.

Ao fim e ao cabo, a Lei dos Sexagenários garantiu a legalidade da propriedade humana e redefiniu a legitimidade da escravidão. Na prática, a Lei baixou a taxa do outro projeto para 5%

e manteve a determinação de que toda a renda com impostos deveria ser destinada aos Fundos de Emancipação. Ela também permitiu a emissão, pelo Estado, de títulos de renda a juros de 5% ao ano, alterando a forma de aplicação, que doravante deveria dirigir os acréscimos operados pela especulação financeira para alforriar, preferencialmente, os escravos mais velhos e aqueles pertencentes aos senhores que aceitassem receber metade do valor por cada “peça”. De acordo com a Lei, o acréscimo de orçamento pelas taxas adicionais seria dividido em três partes iguais: a) para alforriar os escravos maior idade; b) para alforriar, por metade do valor, os senhores que alforriassem todos os escravos do seu plantel agrícola ou minerador e c) para subvencionar a colonização por meio do pagamento de transportes de colonos que fossem efetivamente colocados em estabelecimentos agrícolas de qualquer natureza²⁸. À época, Nabuco denunciou como a Lei dos Sexagenários encastelou a escravidão no tesouro público, tornando a representação nacional um verdadeiro mercado de escravos (Nabuco, 1949, p.186).

A *crítica específica* do pernambucano se revelou em alguns pontos negligenciados pelo projeto que deu origem à Lei dos Velhos, quais sejam: a) a não introdução no código negro de elementos novos de moralidade e humanidade que cobrissem o escravo com a justiça do Estado; b) permissão para que os escravos africanos, importados antes ou quase todos depois de 1831 (com 55 anos ou mais de cativo) permanecessem escravos; c) não considerou os irmãos dos ingênuos, cativos de 16 e 17 anos, principalmente das mulheres; d) revogou a parte mais liberal da lei de 1871: o direito do escravo de juntar seu pecúlio; e) a não proibição do ato de compra e venda de escravos e a f) não libertação de toda a classe dos escravos, como previa a proposta do então ministro da agricultura, Antônio Prado (1840-1929) (Nabuco, 1949, p.231-232). Enfim, para Nabuco, a Lei dos Sexagenários representou a força da escravidão expressa no fragmento da *representação nacional* e, em particular no Partido Liberal, sendo “uma humilhação para os brios e a dignidade nacional, e infelizmente para nós, liberais, é ela uma lei que reduz o partido a coveiro de escravos de 65 anos e em capitão do mato dos escravos fugidos” (Nabuco, 1949, 167).

A sessão de 15 de julho de 1884, quando foi aprovado o projeto Saraiva, foi um “dos marcos dessa triste e dolorosa jornada da escravidão que o Brasil ainda não pode terminar [...]” (Nabuco, 1949, p.56-57). Doravante, Nabuco *radicalizou* sua luta *aboliconista* ao perder as esperanças que

28. Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885, artigo 2º, parágrafo 3º, CLIB-APL, 1885, p.13

nutrira em relação ao esclarecimento da Lavoura sobre os males que ela representava ao país. Foi assim que o *abolicionista radical* ampliou a sua própria *unidade crítica*: a escravidão, expressa pelo poder da classe dos fazendeiros, não deve ser pensada somente como monopólio da terra, do trabalho e do capital, mas também como “a posse do Parlamento, [na medida em que] é esta classe que elege os deputados”. Ele desejava que homens novos e com novas ideias ingressassem no Parlamento e que, entre outras coisas, os deputados se unissem para propor medidas como, por exemplo, a realização de encontros de propaganda que convencessem os escravos sobre seus direitos ou na realização de cursos sobre a lei de 28 de setembro (Nabuco, 1949, p.310-312) nas fazendas. Foi a partir desse momento que o pernambucano assumiu a bandeira da *abolição e imediata e sem indenização* como ponto de partida para todos os *progressos* nacionais.

Tome-se a lavoura como classe; considerem-se como classe os escravos; faça-se a lista das reclamações que se fundam na mais inteira justiça, **e se há de reconhecer que os senhores é que ainda têm de pagar uma indiscutível indenização**, segundo a mesma lei que regulou estes interesses (Nabuco, 1949, p.302, grifo nosso).

Como denunciou Nabuco, a partir da Lei dos Sexagenários, a escravidão havia se apossado do movimento abolicionista por meio de uma simulação, conseguindo supervalorizar “o valor dos seus escravos, constituir para si mesmos um fundo de amortização lançando impostos sobre seus adversários e suas vítimas, e, o que é pior, retocar a lei de 28 de setembro na parte que a constrangia” (Nabuco, 2010, p.188). Muito diferente do tinha sido o movimento alguns anos antes, quando o parlamentar sofria “não direi um perigo de vida, mas era uma posição de arcar contra amigos, os mais íntimos, contra o partido que se pertencia, *contra a classe em que se nasceu*, enfim, contra todos os interesses da sociedade” (Nabuco, 1949, p.297-298). Para ele, a luta pelo fim da escravidão se tornou embaraçada pela própria força da instituição (representada pela Lei dos Velhos), visto que o abolicionismo havia se tornado uma escada para o poder e se “achou cercado de uma legião inerte de clientes” espalhados por todos os partidos existentes.

É possível verificar o *radicalismo* de Nabuco em sua condenação ainda mais feroz, não só à Lavoura, a todos os *fragmentos* expostos outrora através da sua *unidade crítica*, principalmente o sistema político-eleitoral do Império. O diagnóstico dele: “em vez de chamar de representativo, esse sistema deve se chamar representável: são os deputados que se fazem representar no país pelos eleitores, e não o país se faz representar pela Câmara” (Nabuco, 1949, p.181). No âmbito

do Partido Conservador, o pernambucano reivindicou a necessidade de que esta agremiação política se popularizasse, modernizasse e nacionalizasse, de modo que não havia razão para a consubstanciação com a escravidão (como foi feito). Entre os liberais, havia três grupos principais: a) os governistas compunham a maioria do Partido; b) os dedicados aos amigos ou dependentes de interesses particularistas e c) os entusiastas de ideias e/ou princípios, que queriam ver o Partido Liberal como instrumento eficaz do liberalismo, ao invés de ser uma das ordens privilegiadas da monarquia. Era com esse último grupo que ele se identificava.

O Partido Liberal está compreendendo a sua **missão humanitária** em todo o mundo [...]. O que se passa no Brasil é o que se está passando na Inglaterra. Um espírito virgem de **humanidade e de justiça**, um sentimento novo de **igualdade**, estão trabalhando, pela primeira vez, a organização mais importante a que se filiaram os elementos liberais do país. Esse é o Partido chamado ainda liberal. Dele o Partido Republicano é distintamente uma vergôntea (Nabuco, 1949, p.191-192, grifo nosso).

Nabuco se colocou como representante das ideias humanitárias que estavam florescendo entre os liberais de todos os lugares – em particular na Inglaterra, com John Morley (1838-1923) e o próprio Stuart Mill (1806-1873) – para denunciar a Coroa, o Parlamento e o próprio Partido Liberal, com o objetivo de “atacar as alturas – isto é, os estadistas mais ilustres do país – com a reserva nacional, o povo, que ainda nem aparece no horizonte político” (Nabuco, 1949, p.168). Ora, salvo os diferentes níveis de adiantamento social de cada povo, os liberais tinham aspirações comuns como o sentimento de nacionalidade, de liberdade ou de direito (Nabuco, 1949, p.49). E, no caso brasileiro, a situação era especial em razão do momento transitório pelo qual passávamos, “pois as raízes da Escravidão estavam finalmente expostas à luz do sol e da poeira dessa instituição há de surgir os clarões de uma **nacionalidade nova**” (Nabuco, 1949, p.81, grifo nosso). Contudo, com a marcha do progresso abolicionista interrompida no Parlamento e a situação de guerra civil que se instaurou no país a partir de então, não era mais possível fechar os olhos para força da escravidão, cuja expressão ganhava forma na potencialização dos efeitos cruéis e desumanos que essa instituição engendrou entre nós.

E como convencer o mundo de que os nossos escravos são felizes? [...] Enquanto tivermos a escravidão haveremos de ter a reputação no mundo de serem as nossas fazendas o inferno dos que estiverem nelas sepultados em vida. Por mais humanitários que fossem os senhores, a acusação havia de ser-nos feita, sem que nós pudéssemos livrar dela, porque as únicas testemunhas que podiam justificar-nos são os próprios escravos, e essas, ninguém se atreveria a apresentá-las.” (Nabuco, 1949, p.72, grifo nosso).

Diante do *eclipse do abolicionismo*, Nabuco manteve firme sua militância política até o fim da escravidão, em 1888. Inclusive, ele apoiou o Ministério conservador João Alfredo (1835-1919), para que fosse levado a cabo a abolição formal, afirmando que aquele ato se dava em razão da dissidência dos liberais, em 1884, isto é, do *liberalismo híbrido* que pairou no ambiente político desde a discussão do projeto Dantas. Contudo, o pernambucano fracassou no projeto de monarquia federativa e popular, lançado na Câmara em 1885. No próximo item estão destacados alguns pontos desse projeto, com intuito de pontuar em que medida Nabuco entendeu a Coroa enquanto instituição política e simbólica fundamental ao *progresso moral e humanitário* da nação e, com isso, explicitar sua opção pela monarquia durante a crise final do Império, em 1889.

b) O projeto da monarquia federativa e popular

Em 1885, Nabuco retomou certa tradição nacional federalista do nosso liberalismo – em particular, as ideias de Tavares Bastos (1839-1875) e de toda geração que fez o 7 de abril de 1831, como Evaristo da Veiga (1799-1837) e José Bonifácio (1763-1838) – para lançar mão do projeto de monarquia federativa e popular. Em um país com vasto território e no qual a população estava distribuída de forma desigual por todas as regiões do Império, ele considerou que o direito à federação deveria ser invocado por quatro razões principais: a) as enormes distâncias que separavam as províncias; b) a diversidade dos interesses provinciais; c) porque o governo da Província não podia ser uma delegação do centro e d) pela absorção financeira das províncias pelo Estado centralizador. Vale mencionar, segundo Nabuco, que a Lei da Eleição Direta (1881) havia possibilitado a criação e/ou renovação de verdadeiras oligarquias provinciais, de modo que a sua proposta envolvia convencer o Partido Republicano a compor a união democrática federal, reservando, assim, a questão da forma de governo para o futuro, na medida em que as Províncias produzissem elementos de *liberdade* e não de oligarquia.

Penso que, **em vez de preceder a república à federação, a federação deve preceder à república**; que no momento em que se ensaiar o sistema republicano em 20 estados diferentes, **deve existir um poder central forte o bastante para corrigir os excessos ou os desvios da organização federal e do espírito separatista**, que pudessem abalar a unidade nacional (Nabuco, 1949, p.269, grifo nosso).

Neste projeto, pode-se notar uma absorção original por Nabuco da relação entre interesse bem compreendido e a liberdade individual e social colocada por Alexis de Tocqueville (1805-1859). Em especial, quando o liberal francês ressaltou a importância normativa do liberalismo em tomar a sociedade

moderna como produto da fusão entre a liberdade e a igualdade, permitindo, assim, a simbiose do agir privado com o agir político; e – este é o aspecto principal – distinguindo-se do sentido tradicional assumido pela “liberdade dos antigos”, pensada apenas como participação nos negócios públicos. Em uma sociedade capitalista e dinâmica, como os Estados Unidos, o próprio comércio poderia ser uma ameaça à democracia, principalmente se o comerciante confundisse o seu interesse comercial (interesse privado) com o público. Era preciso que os cidadãos tivessem “o amor esclarecido por si mesmos, [que] os leva sem cessar a ajudar uns aos outros e os dispõe a sacrificar com muito gosto, pelo bem do Estado, uma parte do seu tempo e de suas riquezas” (Tocqueville, 2000, p.148-149).

O importante é que Nabuco, ao se inspirar em Tocqueville, também conferiu um sentido moral à participação política tanto das províncias em âmbito nacional quanto dos cidadãos nos negócios públicos locais e regionais. Por isso, o pernambucano reivindicou a importância de um *ensaio federalista* que precedesse à república, no sentido de estabelecer os vínculos da vida pública nas diversas províncias do Império e, acima de tudo, fazer com que a igualdade de condições entre elas fosse criada a partir da independência delas: combinando, assim, com a renovação dos vínculos nacionais já existentes. Logo, a federação monárquica deveria significar

[...] o espírito de interesse das **Províncias pobres**, que têm de fazer imensos sacrifícios para sustentarem sua organização, como das **Províncias ricas**, que se gabam de estar sustentando todas as outras. É o interesse das províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, onde **predomina a população branca**, como das províncias do Amazonas, onde **predomina a população cabocla**, como das províncias onde **prevalece a população mestiça**. É o interesse da região atlântica, da região amazônica, da região platina e do vasto interior do país (Nabuco, 1949, p.282, grifo nosso).

O projeto era, *estrategicamente*, um ensaio federalista – diferente do proposto por Tavares Bastos anos antes – para poder conter alguns perigos que poderiam nascer a partir da declaração pura e simples dos governos eletivos provinciais. Para Nabuco, a experiência mostrava que uma possível nova constituinte poderia acarretar diversos problemas que seriam evitados se houvesse a renovação da forma monárquica de governo. Era necessário: a) evitar o perigo do desmembramento da unidade nacional através de um governo central forte; b) constituir democracias provinciais robustas a ponto de abafar o poder das oligarquias locais e regionais; c) garantir subsídios do governo nacional às províncias que estivessem em estágio de desenvolvimento mais atrasado; d) evitar a hegemonia dos interesses particulares das províncias mais ricas para manter o equilíbrio da unidade da comunhão brasileira; e) limitar o poder taxativo dos municípios e das Províncias para evitar a bancarrota municipal e/ou

provincial e f) criar uma magistratura nacional forte e capaz de manter a soberania da lei de modo tão satisfatório e patriótico para todas as partes da comunhão – como fez Bismarck (1815-1898) na Alemanha ou como era a magistratura federal nos Estados Unidos (Nabuco, 1949, p.279-280).

Ainda é importante salientar os dados econômicos e etnológicos de cada região do Império, destacados por Nabuco. Para fortalecer o *sentimento de patrie* sem perder de vista as particularidades dos vínculos locais e regionais tão essenciais à federação, o pernambucano se inspirou nas ideias do francês Ernest Renan (1823-1892). Ele tinha o intuito de incentivar a formação de um nacionalismo cívico cuja identidade do *povo-nação* estivesse ancorada no conjunto de sentimentos que configuram o pertencimento, a história e a memória coletiva em relação à comunidade política e, para tanto, pressupôs a existência de uma consciência moral que estivesse acima das diferenças étnicas, linguísticas e/ou culturais que compunham o Brasil da época²⁹. Como destacado a seguir, Nabuco entendeu que a Coroa seria um agente político e simbólico imprescindível para fazer com que “unidade moral do nosso povo corresponda ao alto apreço do valor da nossa nacionalidade, [principalmente para] que nesse incomparável domínio de terra não cresça uma abstração chamada Estado à custa do território de uma nação” (Nabuco, 1949, p.281).

3.1.2. *A Monarquia Popular*

A monarquia teria um papel importante no projeto federativo nabucoano, pois, ao mesmo tempo que atuaria na renovação da tradição imperial, evitaria o caudilhismo característico das repúblicas latino-americanas modernas. Era urgente a adoção de medidas para a descentralização, incitando reformas políticas, administrativas e financeiras como, por exemplo: a) a organização da independência financeira da Província dentro do Estado e do município dentro da Província; b) o desenvolvimento do sentimento de patriotismo e espírito público nas Províncias, a começar pela substituição do sistema de escolha do presidente em cada uma dessas províncias pelo Imperador; e, sobretudo, ao tornar a administração provincial e municipal eletiva e responsável para com os governados; d) a extinção do beduinismo político, isto é, da política administrativa na qual o país figurava como um deserto onde cada pessoa poderia chegar e levantar sua tenda; e c) a organização do sistema de taxaço do Estado sobre as Províncias, reduzindo os impostos e deixando os recursos nacionais nas Províncias em que eles eram produzidos (Nabuco, 1949, p.276-277).

29. Para Ernest Renan, os elementos que conformam uma comunidade política nacional não estão na raça, na língua, no curso dos rios ou na direção da cadeia de montanhas de determinada realidade. Somente “uma grande agregação de homens, saudável de espírito e afável de coração, é capaz de criar uma consciência moral chamada nação” (Renan, 1987, p.65).

Ao lançar este projeto, Nabuco inovou ao tomar a monarquia como agente comprometido tanto em garantir o desenvolvimento gradual da autonomia local e provincial quanto como agente simbólico da identidade nacional. O pernambucano projetou na Coroa a responsabilidade de estimular a criação daquilo que Alexis de Tocqueville chamou de *corpos secundários de poder*, cuja vitalidade representava a própria novidade da democracia dos Estados Unidos à época. E, para criar tais poderes, ele invocou também o papel dela em renovar e ampliar os elementos engendrados pela tradição imperial no âmbito do povo em formação – como os sentimentos de pertencimento, a história compartilhada e a memória comum. Para se tornar uma monarquia federativa e popular, a Coroa precisava estimular reformas que criassem o povo político no país, tornando-se, assim, ela própria, o símbolo de uma identidade nacional exótica, cuja singularidade estaria mais em ser a única monarquia das Américas e menos na diversidade étnico-racial – engendrada pela escravidão – que forjou esse povo. Portanto, “se a monarquia se colocasse por aqui, como era na Inglaterra, o *governo pessoal* teria de se colocar à testa do abolicionismo e se poria à frente da reforma federativa” (Nabuco, 1949, p.282).

Como mostrado nas páginas anteriores, o *governo pessoal* era um fragmento expressivo da escravidão no Brasil. Contudo, Nabuco tentou “conciliar suas ideias de restrição a esse governo com apelo que repetidamente ele já havia feito ao Imperador tanto para abolir a escravidão nas Américas” quanto para realizar a reforma federativa (Nabuco, 1949, p.99). A acusação que o pernambucano fez ao Imperador “é não ser ele um *déspota civilizador*, é de não ter resolução ou vontade para romper as ficções de um parlamentarismo fraudulento [...] para procurar o povo nas suas senzalas ou nos seus mocambos e visitar a nação no seu leito de parálitica” (Nabuco, 2010, p.174). Este ponto é importante, visto que, ao mesmo tempo em que Nabuco buscou legitimar o papel da Coroa e da própria Constituição de 1824, ele não deixou de enxergar a ligação da monarquia com a escravidão; tampouco de escancarar, por vezes, o caráter autoritário desse governo. O grande desafio, portanto, seria transformar esse autoritarismo travestido de monarquia constitucional em uma federação monárquica e popular, sendo que ela não poderia se sustentar com baionetas ou favoritismos e somente poderia existir por meio de reformas.

Pois bem, todo meu esforço em política, há bastantes anos, tem consistido em que **essa ditadura de fato se inspire nas necessidades do povo** até hoje privado de teto, de educação e de garantias e que ela compreenda **que a verdadeira nação brasileira é coisa muito diversa das classes que se fazem representar e que tomam interesse na vida política do país**. É para as necessidades morais e materiais da vastíssima camada inferior que formam o nosso povo, e das quais a abolição é a primeira, sem dúvida alguma, que eu tenho trabalhado para voltar as vistas da ditadura existente (Nabuco, 2010, p.255, grifo nosso).

3.1.3. *A Coroa como instituição cerimonial*

A continuidade da monarquia implicava em reformas políticas que previssem tanto a descentralização política e administrativa do Império – leia-se o ensaio federativo – quanto a preservação da Coroa enquanto poder moral e independente indispensável para manutenção da unidade nacional. Com a proclamação da Lei do Áurea pela princesa Isabel, Nabuco apoiou o Ministério Liberal Ouro Preto (1889) em favor de medidas gradativas de descentralização política e administrativa. O pernambucano, inspirado pelas ideias do constitucionalista Walter Bagehot (1826-1877), preconizou a superioridade do governo de gabinete da monarquia inglesa em comparação ao sistema presidencialista estadunidense – fato que fazia parte do seu repertório mental desde a juventude, sobretudo depois que esteve nos Estados Unidos nos anos 1870. A novidade era a conjuntura de crise final do Império, em que a discussão sobre a forma de governo estava no centro das atenções e na qual pipocou uma série de “republicanismos”: seja entre os positivistas do Exército e da Escola Politécnica ou para os liberais republicanos evolucionistas e mesmo nos republicanos de 14 de maio – os últimos representados pelos membros da Lavoura insatisfeitos com o fim da escravidão e que exigiam a indenização pela perda de suas “propriedades”.

Para Nabuco, a Constituição de 1824 era “um grande maquinismo liberal e um mecanismo servido de todos os órgãos de locomoção e progresso: um organismo vivo que se adapta às funções diversas que cada época tem necessariamente de produzir” (Nabuco, 1949, p.38-39). Logo, diante das circunstâncias, a Coroa poderia se valer da popularidade alcançada com o ato de libertação dos escravos realizado pela princesa Isabel para se transformar no agente diretor dos costumes. Ou seja, a Coroa atuaria na transformação progressiva daquilo que Herbert Spencer (1820-1903) chamou de “um governo que estava fora do Estado ou da Igreja”, expresso nos micropoderes espalhados pela sociedade através de instituições, como os colégios, os arautos, a polícia e as instituições cerimoniais (Spencer, 1939, p.187-188). Desse modo, o Imperador poderia aproveitar-se do poder dinástico, enquanto instituição cerimonial, para alargar o *sentimento de patrie* entre nós, sobretudo ao estimular o aprendizado a respeito do valor social dos indivíduos, tornando os súditos-cidadãos sensíveis à autoestima individual e à relevância moral dos valores democráticos. Isso serviria, principalmente, para educar as elites sobre a importância de reconhecer em cada indivíduo sua qualidade como ser humano e o seu mérito pessoal, independente da classe em que nasceu e/ou da “raça” a que pertence.

Tudo isso seria possível desde que a Coroa estimulasse também o conjunto de reformas políticas e sociais necessárias para refundar a nação brasileira. Para Nabuco, o poder dinástico deveria agir como grande artífice das reformas que se entreviam no coração do povo, colocando a política à serviço da construção do povo político no país – como fez Bismarck na Alemanha, Cavour na Itália e Gladstone na Inglaterra. Ora, o governo pessoal, criação histórica dos poderes provinciais reunidos, “poderia utilizar-se dos seu poder em benefício do povo: um povo sem representação, sem voz e sem esperança” (Nabuco, 1949, p.328). Porém, o pernambucano tinha consciência da dificuldade em defender a monarquia numa conjuntura de tantas críticas e, sobretudo, pela evolução truncada que o Segundo Reinado engendrou no país à época. A despeito disso, ele manteve firme o lado monárquico, com a certeza de que estava com o povo e pelo povo, já que “não há, na república, lugar para os analfabetos, para os pequenos e para os pobres”. Acima de tudo, porque *não tínhamos povo político*, e as oligarquias latino-americanas se mostravam um terrível impedimento ao surgimento e ao *progresso social e político* das camadas populares (Nabuco, 1949, p.372-373).

Eu estou certo de que a nação brasileira há de pensar duas vezes antes de abandonar a forma de governo para outra como a república, que seria forçada a recorrer a esses processos supressivos e compressores de que a monarquia lançou mão nos primeiros dias de sua organização, na primeira fase de sua existência (Nabuco, 1949, p.334).

Considerações finais

O artigo buscou mostrar em que medida Joaquim Nabuco mobilizou a noção de *progresso* para fazer sua crítica à escravidão durante os anos 1880. Na primeira parte, se tentou contextualizar o liberalismo abolicionista no âmbito das particularidades ideológicas, políticas e sociais que configuram o momento decisivo de crise e fim da escravidão e do Império no Brasil (1879-1889), no sentido de abrir ensejo à compreensão da obra, dos discursos, escritos e opúsculos do pernambucano à luz da *forma ensaio* – assim como colocada por Lukács (2013) e Adorno (2003). Na segunda parte, se fez uma análise privilegiada de *O Abolicionismo* para demonstrar como a escravidão assume o caráter de *unidade crítica* na lógica discursiva de Nabuco, de modo que ela não pode ser entendida a partir da mera presença empírica de senhores e escravos, mas sim como instituição que está presente tanto na história universal e, em particular, nos vários fragmentos da história

nacional: como nas leis, na organização do território, na divisão das classes e das raças e nos costumes públicos e privados. Tentou-se evidenciar também como o liberalismo abolicionista, tomado enquanto *forma*, se expressa como manifestação de uma série de ideias, lutas e projetos que já existiam antes, mas que ganha outra envergadura naquela conjuntura crítica dos anos 1880. Principalmente, pela assimilação por Nabuco do repertório moral do movimento abolicionista internacional e pela nova corrente de ideias liberais que estavam começando a surgir na Inglaterra naquele momento, qual seja o liberalismo fabianista. Ideias estas que eram mais sensíveis à questão social e, por sua vez, reivindicavam a intervenção do Estado em alguns setores estratégicos.

A partir da dialética entre a *crítica geral* e a *crítica particular* da escravidão, tal como presente em *O Abolicionismo*, se tentou destacar como a crítica de Nabuco vai gradativamente se radicalizando ao longo da luta abolicionista até ele assumir a bandeira da *abolição total e sem indenização* como ponto de partida de todos os *progressos* nacionais. Na última parte se tentou explorar o diagnóstico nabucoano de que a escravidão nos legou uma nação incompleta, isto é, de como a instituição servil, tomada enquanto *princípio definidor* que aglutina os diversos fragmentos da realidade, é capaz de projetar uma nação malformada ou uma *totalidade que não é total*. É a partir desse diagnóstico que Nabuco lança uma série de reformas políticas e sociais necessárias para refundar o Brasil sobre o trabalho livre e na união das raças em liberdade, mantendo-se firme ao lado da Coroa durante a crise final do Império (1889) para propor o projeto de uma monarquia federativa e popular. Como se viu, para ele, a monarquia poderia se valer do fato de ser a planta exótica entre as repúblicas latino-americanas para conferir a originalidade da nação em formação e garantir a igualdade entre seus cidadãos, sobretudo ao colocar a Coroa como poder moral e simbólico que estaria acima da diversidade étnica e racial que caracteriza a população brasileira. Sem querer acobertar o componente racista das ideias de Nabuco, se pretendeu mostrar como o liberalismo do abolicionista cumpre um papel crítico em relação à circulação nacional dessa doutrina e, assim, acaba por *eternizar o momento transitório* que marca a *evolução truncada* da sociedade escravista para a sociedade de classes no Brasil.

Fontes Primárias

NABUCO, J. 2000. *O Abolicionismo*. São Paulo: Ed. Nova Fronteira.

_____.1949. *Campanhas de Imprensa: artigos publicados a pedido do Jornal do Comércio*. São Paulo: Ed.

Progresso Editorial.

_____. 1949. Discursos Parlamentares [1879-1889]. In: *Obras completas de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Ed. Progresso Editorial.

_____. 1966. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Edições de Outro.

MELLO, E. C. (Org.). 2010. *Joaquim Nabuco: essencial*. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras.

Referências Bibliográficas

ADORNO, S. 1988. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ADORNO, T. 2003. O ensaio como forma. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Ed. Duas Cidades.

ALENCASTRO, L. F. 2000. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico-Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.

ALONSO, Â. 2015. *Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. 2014. O abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos CEBRAP*, n.100, pp. 115-127.

_____. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, C. 2003. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil: uma história comparada*. São Paulo: Ed. Annablume.

BOSI, A. 1988. A escravidão entre dois liberalismos. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.2, n. 03, pp. 4-39.

BRANDÃO, G. 2007. *Linbagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Ed. Hucitec.

BLUNSTCHLI, J. K. 2000. *The theory of the State*. Ontario: Batoche Books.

CANDIDO, A. 1988. Radicalismos. *Estudos Avançados*, v.4, n.8, pp. 4-18.

CARDOSO, F. H. 1977. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CONRAD, R. 1975. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

FERNANDES, F. 1975. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

FERNANDES, M. F. L. 2006. Os republicanos e a abolição. *Sociologia e Política*, n. 27, pp.181-195.

- FURTADO, C. 2003. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- HIRSCHMAN, A. 1991. *The rethoric of reaction: perversity, futility, jeopardy*. Massachussets: Harvard University Press.
- HOBBSAWM, E. 1990. *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LASKI, H. 1936. *História del liberalismo europeo*. Mexico-DF: Fondo de cultura economica.
- LUKÁCS, G. Sobre la essencia y forma del ensaio. In: *El alma y las formas*. Valencia: Publicaciones de la universidad de Valencia, 2013.
- _____. 2009. O romance como epopeia burguesa. In: *Arte e Sociedade. Escritos Estéticos (1932-1967)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- MARQUESE, R.; PARRON, T. 2011. Internacional escravista: a política da segunda escravidão. *Revista Topoi*, v.13, n.23, pp.97-117.
- MARSON, I. 2008. *Política, História e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: EDUFU.
- MELLO, J. M. C. 1990. As raízes do capitalismo retardatário. In: *O capitalismo tardio*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- MOMMSEN, T. Colocar Ano. *História de Roma*. Livro V.
- NOGUEIRA, M. A. 2010. *O encontro de Joaquim Nabuco com a política: as desventuras do liberalismo*. São Paulo: Paz e Terra.
- OLIVEIRA, C. 2003. *A economia brasileira: a crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- PRADO, M. E..2005. *Joaquim Nabuco: a política como moral e como história*. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República.
- QUERIDO, F. M. 2019. Pensamento ao quadrado: Roberto Schwarz e o Brasil. *Revista Lua Nova*, n.107, pp.235-261.
- RENAN, E.1987. *Que es una nación?* Cartas a Strauss. Madrid: Alianza Editorial.
- _____. 1872. *Ouvres Complete*. Paris: Calman Levy.
- ROCHA, A. 2009. *Abolicionistas brasileiros e ingleses: a coligação entre Joaquim Nabuco e a British and Foreign Society (1880-1902)*. São Paulo: Ed. Unesp.

- SALLES, R. 2002. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro. Ed. Topbooks.
- SCHWARCZ, L. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARZ, R. 1981. As ideias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Ed. Duas cidades.
- _____. 1987. Nacional por subtração. In: *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SPENCER, H. 1939. O progresso da sociedade. In: *Do progresso: sua lei e sua causa*. Lisboa: Editorial Inquérito.

CELSO FURTADO:

a esperança desenvolvimentista para a construção da nação Brasil⁰¹

Wilson Vieira⁰²

Dentro da proposta de se fazer uma análise circunstanciada sobre a problemática do “moderno” e do “atraso” no pensamento social brasileiro, pensando a evolução truncada do capitalismo periférico brasileiro, nos detemos neste artigo na reflexão sobre a particularidade das estratégias desenvolvimentistas de Celso Furtado levadas a cabo ao longo dos anos 1950 e 1960 e seus desdobramentos, dentro de uma esperança desenvolvimentista de construção da nação Brasil, buscando observar os desafios de concretização dessas estratégias de superação do “atraso” em busca do “moderno”.

Justificamos a escolha desse corte temporal por ser o período em que Furtado elabora e busca concretizar suas estratégias de superação do subdesenvolvimento dentro de uma atuação pública na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) na década de 1950 e na Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na década de 1960.

A partir da reflexão feita por Bielschowsky (2000), Furtado pode ser incluído no debate desenvolvimentista do período 1930-1964 como um desenvolvimentista do setor público nacionalista, grupo no qual faziam parte membros da Assessoria Econômica de Vargas, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), do Clube dos Economistas, e que pensavam um projeto de construção da nação que superasse o atraso e o subdesenvolvimento.

01. Este artigo se constitui em uma versão modificada e acrescentada de trechos de Vieira (2010).

02. Economista pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Econômica e Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) da UFRJ, Vice-Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC), Membro Associado do CEDEC, Membro da Diretoria do Centro Celso Furtado, Membro do Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro (GT-HPEB) da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política).

E para que possamos ter uma melhor compreensão da reflexão e da atuação de Furtado, trilhamos um caminho metodológico que se utiliza da **Sociologia do Conhecimento** de **Karl Mannheim** e do **Materialismo Histórico-Dialético** de **Karl Marx**, os quais expomos sucintamente abaixo.

A **Sociologia do Conhecimento**, estudada e teorizada de maneira mais aprofundada por Mannheim no seu livro *Ideologia e Utopia* (1986 [1936])⁰³, mostra que o conhecimento é construído socialmente, pois o intelectual é oriundo de um grupo social e, dada a sua formação e o seu nível de conhecimento, possui condições para enxergar de maneira mais clara os obstáculos que o impedem de ter uma visão clara da realidade, evitando as armadilhas da **“ideologia”**, isto é, corpo de ideias e visões acerca da realidade do grupo político que ocupa o poder, e, da **“utopia”**, ou seja, corpo de ideias acerca da realidade do grupo político que almeja alcançar o poder. Nesse processo, somente os membros da *intelligentsia* (os intelectuais), mesmo com suas posições políticas (e que não necessariamente precisam ser as mesmas de seu grupo social de origem), é que podem enxergar a realidade sem essas armadilhas⁰⁴.

O **Materialismo Histórico-Dialético**, elaborado por **Karl Marx**, é adotado como um dos caminhos de análise porque, a partir da compreensão da infraestrutura econômica do modo de produção capitalista pode-se compreender a reflexão que é produzida a partir daí. Segundo Malta e Curty (2022, p. 73):

O pensamento econômico é visto como resultado de um conjunto inseparável de observação da realidade histórica e da visão de mundo sob a qual essa observação se realiza. Nesse método de pesquisa se combina o estudo do período histórico de referência com um estudo da teoria econômica elaborada até então, de modo a compreender a produção intelectual resultante dessas influências⁰⁵.

03. A primeira edição foi publicada em 1929. Uma nova edição com modificações no texto feitas pelo próprio Mannheim foi lançada em 1936. Utilizamos a edição de 1986.

04. No ensaio *O Problema da “Intelligentsia”: Um Estudo de seu Papel no Passado e no Presente*, publicado em *Sociologia da Cultura* (2013), livro que se constitui em uma continuação de *Ideologia e Utopia*, Mannheim (2013, p. 81-82) afirma: “Convém a esta altura reafirmar que **os intelectuais não constituem um estrato elevado sobre as classes e não são de modo algum mais dotados que outros grupos para superar seus próprios engajamentos de classe**. Em análise anterior desse estrato, usei o termo ‘*intelligentsia* relativamente descomprometida’ (*relativ freischwebende Intelligenz*), que aceitei de Alfred Weber, sem pretender sugerir um grupo completamente desligado e livre das relações de classe. O epíteto *relativ* não é uma palavra vazia. A expressão simplesmente alude ao fato reconhecido de que **os intelectuais não reagem diante de determinadas situações de modo tão coeso como por exemplo os empregados ou os operários**. Até mesmo estes últimos, de tempos em tempos, demonstram variações em suas reações a dados assuntos, mais ainda as chamadas classes médias; porém o menos uniforme é o comportamento político da *intelligentsia*. **A história natural deste fenômeno é um tópico deste ensaio e de um estudo anterior [Ideologia e Utopia]. Feita essa advertência, é de se esperar que os críticos não voltem a simplificar minha tese, de acordo com suas conveniências, à proposição facilmente refutável de que a *intelligentsia* seja um estrato elevado acima das classes ou que possua revelações próprias. Com respeito a esse último ponto, o que eu pretendia demonstrar é que certos tipos de intelectual possuem maiores oportunidades de testar e aplicar as visões socialmente disponíveis e de experimentar suas incoerências**” [grifos nossos].

05. Para mais detalhes, ver as seguintes obras de Marx: *Grundrisse* ([1857] 2011), *Contribuição à Crítica da Economia Política* ([1859] 2008) e *O Capital. Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico* ([1905] 1987).

A partir dessa introdução metodológica, procedemos a nossa exposição como segue abaixo.

Primeiramente analisamos o período 1948-1958, no qual Furtado elabora sua tese de doutorado, trabalha brevemente na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e depois participa (de 1949 até 1958) da então recém-criada (1948) CEPAL, sob a direção do economista argentino Raúl Prebisch (que sucedeu a Gustavo Martínez Cabañas, de breve passagem por essa instituição).

Posteriormente, analisamos o período em que Furtado atua na SUDENE, entre 1959 e 1964.

Por fim, analisamos os desdobramentos da reflexão e da atuação de Furtado nesse período.

1. O diagnóstico do subdesenvolvimento e a proposta do desenvolvimento pelo planejamento democrático entre 1948 e 1958

Dividimos nossa análise neste item em três subitens: no primeiro analisamos como Furtado elabora o diagnóstico do subdesenvolvimento; no segundo analisamos como ele propõe o planejamento democrático como forma de caminho para o desenvolvimento e no terceiro articulamos as duas partes anteriores, expondo de que maneira Furtado atua publicamente em defesa de seu diagnóstico e de sua proposta.

1.1. A elaboração do diagnóstico do subdesenvolvimento

O primeiro escrito de Furtado sobre o diagnóstico do subdesenvolvimento é a sua tese de doutorado – *A Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII* (1948)⁰⁶ – elaborada na Universidade de Paris (Sorbonne) e que pode ser considerada uma primeira busca de compreensão do subdesenvolvimento brasileiro através de uma análise de história econômica (ou seja, interdisciplinar) e que se constitui no ponto de partida de suas reflexões sobre o tema.

Entre 1949 e 1958, Furtado participa do primeiro grupo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujos documentos acerca do diagnóstico do subdesenvolvimento refletem também a posição do autor em questão sobre esse fenômeno. Porém, mesmo com essa adesão, ele não deixa de fazer um caminho próprio na busca de entender com mais clareza essa situação ao fazer uma fundamentação teórica, a nosso ver, mais aprofundada do que aquela feita por Raúl Prebisch nas suas reflexões que, apesar de ter feito críticas à concepção dominante da ciência econômica com a teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, pouco aprofundou nessa crítica

06. Utilizamos a edição de 2001, publicada pela Hucitec e ABPHE.

e nessa teoria alternativa. Não queremos dizer com isso, obviamente, que a reflexão de Prebisch não tem nenhuma importância. Muito pelo contrário: é um marco no pensamento econômico por ter lançado a semente, mas isso não nos isenta de mostrar que Furtado foi quem aprofundou mais nesse terreno nos seus textos das décadas de 1950 e 1960, como observamos nos parágrafos seguintes⁰⁷.

Uma das linhas de reflexão de Furtado nesse período era o de fundamentação de sua teoria e de crítica à concepção dominante de ciência econômica⁰⁸. O primeiro trabalho dentro dessa linha é o artigo *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico* (2007 [1952]). Nele, há uma resposta do autor às considerações de Ragnar Nurkse sobre o subdesenvolvimento em seis conferências preferidas na Fundação Getúlio Vargas em julho e agosto de 1951, reunidas na *Revista Brasileira de Economia* (nº 4, ano 5, dezembro de 1951)⁰⁹ e depois, com revisões e acréscimos, publicadas no livro *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos* (1957).

Segundo Nurkse, a escassez de capital nos países periféricos explica a situação de subdesenvolvimento em que se encontravam, pois estavam presos em um “círculo vicioso da pobreza”¹⁰. Além disso, há também motivos unilaterais que contribuem para um país se manter na pobreza como, por exemplo, escassez de água, de recursos minerais, de solos férteis e/ou alguma falta de equipamento de capital adequado, que pode ser explicada tanto no pequeno estímulo para investir (limitado pelo pequeno tamanho do mercado) como na pequena capacidade de poupar (compreendida pelo baixo nível de renda da maioria da população, além da tendência do emprego

07. Vale também afirmar que nesse período ocorre um rico debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil e no mundo, além de um debate sobre as nações e o nacionalismo tanto no centro quanto na periferia. Para mais detalhes, ver Bielschowsky (2000), Mantega (1984), Kohn (1963), Rostow (1964), Myrdal ([1956] 1972), Nurkse (1957), Matossian ([1958] 2000).

08. A concepção dominante da ciência econômica era (e ainda é) baseada na teoria neoclássica cuja análise da realidade ignora a existência de classes sociais, com agentes econômicos atomizados (a firma, o consumidor, estruturas de mercados específicos) e pressupõe que a economia sempre tende ao equilíbrio. Os teóricos dessa concepção, quando analisam o subdesenvolvimento, o veem apenas como um estágio anterior ao desenvolvimento, numa visão a-histórica sobre esse fenômeno. Furtado faz essa crítica com mais detalhes em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961).

09. Essas conferências estão também reunidas em *Memórias do Desenvolvimento* (ano 1, nº 1, junho de 2007, p. 17-192).

10. Segundo Nurkse (1957, p. 8): “Do lado da oferta, há pequena capacidade de poupar, resultante do baixo nível da renda real. A renda real baixa é o reflexo da baixa produtividade, que, por sua vez, é devida em grande parte à falta de capital. A falta de capital é o resultado da pequena capacidade de poupar e, assim, o círculo se completa.

“Do lado da procura, pode o estímulo para investir ser baixo em virtude do pequeno poder de compra da população, consequência de reduzida renda real, o que também ocorre por causa de baixa produtividade. Entretanto, o baixo nível de produtividade é consequência do modesto montante de capital aplicado na produção, que pode ser, por sua vez, causado, ao menos parcialmente, pelo pequeno estímulo para investir.

“O ponto comum em ambos os círculos é o baixo nível da renda real, refletindo baixa produtividade. Dá-se usualmente grande importância às perturbações verificadas no lado da oferta. Sem dúvida são elas claras e sérias, e, em alguns de seus aspectos, no futuro se confirmarão inteiramente. Mas os possíveis obstáculos do lado da procura, uma vez que para eles atentemos, são igualmente claros, conquanto não possam ser tão sérios ou tão difíceis de remover como as deficiências da oferta”.

improdutivo da poupança com aplicação em imóveis, ouro, joias, acumulação de mercadorias e de moedas nacionais e estrangeiras), como Nurkse (1957, p. 8-9, 31) afirma.

Outro problema que atrapalha, e muito, a formação de poupança é a tendência à imitação dos padrões de consumo da população dos países desenvolvidos, além do fato de que a participação do capital estrangeiro nos países periféricos (que em princípio poderia ser vista como benéfica) não colaborou para a superação da situação de subdesenvolvimento, posto que se constituíram de investimentos comerciais. Segundo Nurkse (1957, p. 95-96):

O investimento comercial direto é o tipo de investimento ao qual, com especial vigor se aplica a tese de Singer¹¹, de que os empreendimentos estrangeiros privados não fizeram muito, no passado, para difundir o desenvolvimento industrial nos países agrícolas atrasados, mas se concentraram principalmente na produção de matérias-primas para exportação aos países adiantados. Ao invés de desenvolver as economias internas dos países de rendas baixas, o capital estrangeiro serviu para fortalecer o sistema sob o qual esses países se especializaram na produção de matérias-primas e alimentos para a exportação. Dessa forma, a tendência do investimento estrangeiro foi a de promover um padrão de especialização, baseado no esquema estático das vantagens comparativas no comércio internacional. Mesmo que essa concentração nas indústrias extrativas de exportação não significasse, necessariamente, a exploração com fito de lucro do estrangeiro, ou, ainda menos, a exploração em qualquer sentido político popular, significaria da mesma maneira que o investimento estrangeiro serviu principalmente aos interesses dos países credores industriais e que o desenvolvimento econômico era, inevitavelmente, um tanto desequilibrado.

Sobre a reflexão de Nurkse, Furtado inicialmente elogia o seu esforço em compreender, através da aplicação do instrumental analítico moderno, a realidade dos problemas de desenvolvimento das regiões atrasadas do mundo. Porém, isso não o isenta de tecer considerações (com algumas críticas) a essa análise, principalmente a três temas: i) a teoria do desenvolvimento econômico; ii) o problema das relações entre a propensão a consumir e a intensidade do desenvolvimento; iii) a questão dos efeitos das inversões sobre o balanço de pagamentos.

Sobre a teoria do desenvolvimento econômico, destacamos as seguintes observações de Furtado:

I) Segundo Nurkse, o problema básico dos países subdesenvolvidos estaria na falta de estímulo às inversões (devido à limitada capacidade de absorção do mercado) e não na escassez de poupança. Para Furtado, esse problema não tem o alcance que Nurkse pretende dar, pois sempre que os países subdesenvolvidos tivessem oportunidade de realizar suas inversões com vistas ao mercado externo, o problema não existiria, ou seja, o problema fundamental estaria na inexistência de um mercado externo em expansão.

11. Para mais detalhes dessa tese, ver Singer (1950). Prebisch (1949) faz uma reflexão paralela a esse autor, tanto que recebeu o nome de tese Prebisch-Singer, que trata sobre a deterioração dos termos de troca dos países periféricos.

II) A forma como Nurkse apresenta o problema da pequenez do mercado como empecilho ao desenvolvimento não deixa claro o seguinte: pequeno em relação a quê? Nas palavras de Furtado ([1952] 2007, p. 198):

Um mercado é pequeno com relação a alguma coisa. E no caso em questão o mercado dos países subdesenvolvidos é pequeno com relação ao tipo de equipamento que se usa nos países desenvolvidos. Não é essa uma dificuldade fundamental no processo de desenvolvimento econômico, e sim acidental. No processo de desenvolvimento dos países que são hoje altamente industrializados, as inovações técnicas iam sendo utilizadas sempre que economicamente se justificassem.

III) Nurkse se utiliza da teoria de Schumpeter, na qual o empresário criador é figura central no processo de desenvolvimento econômico, e na qual não há nenhum conteúdo histórico, reduzindo, portanto, o problema do desenvolvimento econômico. Segundo Furtado ([1952] 2007, p. 200): “Em realidade o problema do desenvolvimento econômico é um aspecto do problema geral de mudança social em nossa sociedade, e não poderá ser totalmente compreendido se não se lhe devolve o conteúdo histórico”.

IV) Nurkse também se utiliza da teoria de Schumpeter para propor “ondas de inversão”, ou seja, investimentos simultâneos para as economias subdesenvolvidas saírem do estado estacionário em que se encontram e partir para o desenvolvimento. Porém, segundo Furtado ([1952] 2007, p. 201):

Utilizar essa teoria como explicação do ponto de partida de um processo de crescimento numa economia subdesenvolvida nos parece afastar-se muito da realidade. Para uma economia subdesenvolvida, começar um processo de desenvolvimento com seus próprios recursos e pela ação espontânea de seus próprios empresários é, para usar uma frase corrente, como levantar-se pelos próprios cabelos.

Acerca das ideias de Nurkse sobre propensão a consumir e a intensidade do desenvolvimento, Furtado concorda com elas, fazendo as seguintes observações:

I) Nos países subdesenvolvidos, segundo Nurkse, há uma elevada propensão a consumir, causada pelo efeito demonstração (tese de Duesenberry). Segundo Furtado ([1952] 2007, p. 208-209):

Assim como os grupos sociais de baixas rendas tendem a imitar, em seus padrões de consumo, aqueles que lhes estão por cima na escala social, os países pobres tendem a copiar as formas de vida dos ricos. Se a renda real per capita cresce mais rapidamente nos países ricos que nos pobres, aquele mecanismo faz que aumente a propensão a consumir nos países pobres. Ao diminuir concomitantemente a propensão a poupar nos países pobres, também se reduz o ritmo de crescimento destes, o que tende a acentuar a disparidade entre as rendas reais de países ricos e pobres.

E esta é uma observação de grande importância porque põe em evidência que o processo de desenvolvimento dos países atualmente subdesenvolvidos não pode alcançar espontaneamente seu ritmo ótimo. A tendência a aumentar da propensão a consumir, resultante das disparidades internacionais de renda real, determina uma redução progressiva no ritmo do crescimento espontâneo dos países que ficaram atrasados no processo de desenvolvimento.

Essa reflexão será o ponto de partida para elementos que Furtado desenvolve na década de 1970 sobre o mimetismo dos padrões de consumo do centro e a “modernização”, isto é, industrialização visando a suprir a demanda das classes média e alta da periferia por bens consumidos no centro capitalista por essas classes¹².

II) Sobre a intensidade do desenvolvimento (ou intensidade do crescimento, posto que Furtado ainda não faz diferenciação entre esses termos nesse período, tal como a CEPAL também não), Nurkse a vê como função de duas relações: a) investimentos-renda nacional; b) riqueza reproduzível empregada no processo produtivo - renda nacional. Elas são fortemente influenciadas por fatores institucionais e de outras ordens que atuam sobre a propensão a consumir, ponto no qual Furtado concorda e incorpora à sua análise que, contudo, não é completa se não for incorporada a história, pois, segundo Furtado ([1952] 2007, p. 213):

(...) o processo histórico do desenvolvimento da economia capitalista é um problema de grande amplitude que ultrapassa os limites da análise econômica. Não obstante, é ponto mais ou menos pacífico que esse processo teve sua origem nos contatos culturais resultantes das correntes de comércio que, vindas de fora, foram criando na Europa Ocidental uma classe empresária. Essa classe, dotada de espírito de lucro, se constituiu um elemento social dinâmico, em choque com as comunidades feudais. Os hábitos de consumo, influenciados por tradições religiosas e sociais, só lentamente se foram transformando.

Em nossos dias o processo praticamente se inverteu. Graças à enorme força dos meios de propaganda e comunicações, os hábitos de consumo vão na frente, como o carro diante dos bois. Há em razão disso motivos para crer que o desenvolvimento espontâneo dos países subdesenvolvidos atuais se realiza com ritmo muito inferior ao que seria de esperar das potencialidades dessas economias e do progresso alcançado pela técnica. Como superar essa dificuldade é, por certo, um dos problemas mais sérios que se apresentam aos economistas de nossa época.

Sobre a questão dos efeitos das inversões sobre o balanço de pagamentos, discordando de Nurkse, Furtado ([1952] 2007, p. 219-220) mostra que sempre nas etapas iniciais de desenvolvimento há uma grande dependência das importações de bens de capital para suprir a industrialização, dentro de um processo que tal demanda tende a crescer mais que a renda nacional e as exportações. Esse processo gera desequilíbrios, traduzidos em excedentes de produção interna e em saldos desfavoráveis no balanço de pagamentos, que são corrigidos com atraso e com inflação, dificultando, por conseguinte, a política de estabilização.

Por fim, Furtado ([1952] 2007, p. 221) destaca, na sua visão, o que seria a contribuição mais importante de Nurkse:

12. Para mais detalhes, ver Furtado (1972, 1974).

Na realidade, talvez a contribuição mais importante do professor Nurkse em suas conferências seja a forma como relaciona a política fiscal com o problema da poupança nos países subdesenvolvidos. Se bem que esse seja o problema central do desenvolvimento econômico atual, é ele geralmente mal compreendido. Não são incentivos para inverter o que falta em nossa economia. Faltam, sim, estímulos para poupar. Esse problema é muito mais profundo do que o de uma simples organização de mercado de capitais. Dados os fortes estímulos para consumir que nos vêm das economias mais avançadas e que tão bem explica o professor Nurkse, muito dificilmente nossa economia poderá chegar espontaneamente, na atual fase de desenvolvimento, a um alto nível de poupança. Se desejamos caminhar para um desenvolvimento mais intenso e equilibrado, temos que colocar em primeiro plano o problema de poupança. Um país como o Brasil tem uma grande margem potencial de poupança, a qual está apenas esperando por formas compulsórias de captação. Pensar em recriar no Brasil as formas espontâneas de poupança do século passado [XIX] é uma grande falta de realismo. Nesse erro não caiu o Prof. Nurkse e é essa certamente a maior lição que nos deu.

Nessa discussão com Nurkse, Furtado caminha ainda muito dentro do terreno da ciência econômica, mas, dadas as influências de sua formação acerca do papel da história, dá seus passos para um diagnóstico do subdesenvolvimento em bases cada vez mais interdisciplinares. Apesar das mediações sobre a singularidade desse fenômeno, há nele de maneira muito forte o modelo dos países desenvolvidos, ou seja, no tocante ao modelo de desenvolvimento e tecnologia a serem adotados.

No período cepalino de Furtado também destacamos o artigo *Características Gerais da Economia Brasileira* (1950) e os livros *A Economia Brasileira* (1954), *Uma Economia Dependente* (1956) e *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958), que analisamos sucintamente nos parágrafos que seguem.

No artigo *Características Gerais da Economia Brasileira* (1950), Furtado analisa a economia brasileira do final do século XIX e início do século XX, mostrando a crise da economia de tipo colonial¹³ e o desenvolvimento de um núcleo industrial nesse período.

Em *A Economia Brasileira* (1954), é patente a preocupação em entender a economia brasileira no período em que é escrito o livro através do uso instrumental da história para compreender as características peculiares de uma economia subdesenvolvida como a brasileira¹⁴. Tal fundamentação histórica corrobora a sua crítica das ideias sobre desenvolvimento econômico defendidas nos países centrais (que ele aprofunda em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961, como analisamos um pouco mais à frente). O livro é dividido em **três partes**. A **primeira parte**, que abarca somente o

13. A economia de tipo colonial no período após 1822 é renomeada de “economia primário-exportadora” por Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959), por entender que se trata ainda de uma economia baseada na exportação de bens primários, tal como na colônia, mas dentro de uma situação nova, ou seja, de um país independente politicamente.

14. Mesmo sendo um período em que Furtado se caracteriza mais como um economista *stricto sensu*, ele não deixa de refletir de maneira interdisciplinar para poder compreender o subdesenvolvimento e assim buscar sua superação, dentro do seu projeto de construção da nação.

primeiro capítulo, analisa as categorias fundamentais do processo histórico do crescimento econômico, comparando as economias comerciais com as economias industriais, na qual o mercado interno atua como fator dinâmico e o progresso técnico é articulado com a formação de capital. A **segunda parte**, que abarca os capítulos 2, 3, 4 e 5, é um texto de história econômica do Brasil, que trata desde a unidade colonial exportadora escravista, passando pela economia colonial cafeeira com mão-de-obra assalariada e pela crise dessa economia com o deslocamento do centro dinâmico para o mercado interno e para a indústria, até os efeitos da política cambial nascente sobre essa atividade. A **terceira parte** se constitui numa formulação teórica do crescimento econômico, na qual ele mostra como se dá o processo de desenvolvimento nos países centrais e o processo de subdesenvolvimento nos países periféricos e como se constituem, na verdade, em um só processo, além de mostrar de maneira crítica como a teoria econômica aborda tal problema, ou seja, vendo o subdesenvolvimento apenas como uma etapa anterior ao desenvolvimento (como analisamos anteriormente).

Esse livro se constitui na reunião das reflexões de Furtado em três frentes que ele trabalhava no período, como ele afirma em *A Fantasia Organizada* (1985):

- I) Teoria do desenvolvimento: gênese histórica e mecanismos de acumulação.
- II) Perspectiva histórica e problemas atuais da economia brasileira.
- III) Crítica das ideias sobre desenvolvimento econômico.

Cabe destacar nesse livro a sua preocupação em mostrar que o sucesso da colonização no Brasil e o seu fracasso nos EUA se constituíram em raízes da situação de subdesenvolvimento que obstaculiza a construção da nação, mas também afirma o Brasil em suas potencialidades, dadas as semelhanças de recursos naturais e de tamanho de território entre esses dois países¹⁵.

O livro *Uma Economia Dependente* (1956) na verdade se constitui em partes dos capítulos 2, 3, 4 e 5 do livro de 1954, conforme vimos acima.

O livro *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958) se constitui em transcrição de conferências proferidas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1957, que giraram em torno de três temáticas:

- I) Equacionamento do problema do desenvolvimento da economia brasileira na etapa vivida na década de 1950 (industrialização planejada a partir de 1956).

15. Furtado, por ter publicado esse livro, sofreu agruras na CEPAL, pois sendo um órgão da ONU, havia a proibição aos seus técnicos de assinarem trabalhos próprios, dada a situação de serem membros dessa organização internacional. Para mais detalhes, ver Furtado (1985, p. 183) e Dosman (2011, p. 368-369).

II) Análise das tendências fundamentais do desenvolvimento da economia brasileira.

III) Tentativa de determinar os principais fatores que poderiam reduzir o ritmo desse desenvolvimento nos anos que se seguiriam.

Dentro dessas conferências, na reflexão dessas temáticas, Furtado caracteriza o Brasil como um imenso contínuo territorial dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico. Tirando aproximadamente dois terços do território nacional (que na época se constituíam em imenso vazio demográfico e econômico), o restante se dividia em dois sistemas econômicos autônomos: o sistema nordestino, que rigorosamente não podia ser considerado como tal devido à ausência do grau de integração necessário e com muitas atividades de subsistência, e, o sistema da região centro-sul, relativamente integrado (havia importantes faixas de atividade econômica não vinculadas ao mercado e penetração desigual da economia monetária em seu território). Neste sistema, seu dinamismo estava ligado ao setor do comércio internacional e ao setor industrial. E a articulação destes setores é que explica a aceleração do ritmo de crescimento da economia dessa região após 1948.

Na análise que Furtado empreende, podemos observar que há um diagnóstico do subdesenvolvimento como obstáculo à construção da nação, mesmo numa situação de industrialização crescente, porque a própria existência de dois sistemas econômicos mostra uma situação de disparidades regionais que precisavam ser sanadas através do planejamento¹⁶.

Após sua saída da CEPAL em 1958, Furtado passa um período na Universidade de Cambridge, local em que pesquisa e escreve *Formação Econômica do Brasil (FEB)*, cuja primeira edição foi publicada em 1959, e é considerado pela maioria dos cientistas sociais e pelos estudiosos de seu pensamento como seu principal livro devido ao fato dele se centrar na análise da evolução econômica do Brasil com a utilização do modelo keynesiano. Tal livro também se constitui numa ampliação da sua tese de doutorado de 1948 e do seu livro de 1954. Um outro ponto importante em *FEB* se encontra no fato de que a preocupação com as disparidades regionais se torna cada vez mais realçada, apesar dos avanços na industrialização.

A partir do diagnóstico do subdesenvolvimento como obstáculo à construção da nação, Furtado defende a necessidade de políticas de desenvolvimento que almejassem o fim de tal situação, para que a nação continuasse seu processo de formação e construção, como observamos no próximo item.

16. Aqui podemos observar claramente um exemplo do que é a evolução truncada do Brasil, tal como colocamos no início deste artigo.

1.2. A superação do subdesenvolvimento pelo planejamento democrático em Celso Furtado

Para melhor compreendermos a ideia de superação do subdesenvolvimento pelo planejamento democrático, é necessário que tenhamos breves considerações sobre esse tipo de planejamento, teorizado por Karl Mannheim (1893-1947), sociólogo alemão de origem húngara que influenciou Celso Furtado nessa ideia. Para isso, analisamos dois livros que abordam essa temática: *O Homem e a Sociedade* (1962)¹⁷ e *Liberdade, Poder e Planificação Democrática* (1972)¹⁸, os quais expomos nos parágrafos que seguem¹⁹.

Mannheim elabora a ideia de planejamento democrático a partir da observação das consequências negativas que o *laissez-faire* trouxe à Europa (Grande Depressão e duas guerras mundiais), semelhante em alguns pontos à reflexão de Polanyi (1944)²⁰ sobre a crise do liberalismo do século XIX e seus reflexos nos acontecimentos políticos e econômicos da primeira metade do século XX.

Primeiramente, Mannheim observa uma realidade na qual o desenvolvimento técnico solapa as condições que eram a base da tradição, ou seja, desintegração do controle dos grupos antigos e pequenos (como o lar, a igreja, o mercado e a cidade, quando não representam influências inteiramente diferentes e até antagônicas) num processo de transformação rápida e espasmódica. Nessa realidade, Mannheim vê na desintegração das instituições a desintegração da personalidade, numa situação de quase anomia.

Um **segundo ponto** que o sociólogo alemão chama a atenção nesse diagnóstico é o de que a crise do capitalismo vivida a partir de 1929 não se constitui em mais uma crise fortuita, mas sim em algo inerente ao sistema. E mais: o liberalismo econômico se constituiu cada vez mais em letra morta devido à presença crescente dos monopólios.

Um **terceiro ponto** importante dessa reflexão encontra-se no fato de que o processo de transição da democracia liberal de poucos para uma verdadeira democracia das massas destruiu as estruturas sociais intermediárias entre as elites e as massas, tornando-se estas completamente fluidas, tanto na cultura quanto na política. Contudo, segundo Mannheim ([1940] 1962, p.117):

A fonte de nossa crítica não está na presunçosa condenação das massas, tão difundida hoje em dia, nem nas restrições baratas aos princípios do liberalismo e democracia. Nosso objetivo básico é antes o desejo de fazer um apelo àqueles para os quais a liberdade e a justiça são ainda os valores fundamentais, para que reflitam sobre os meios adequados de assegurá-las dentro das condições técnicas e sociais modificadas do mundo de hoje.

17. A primeira edição original em inglês (*Man and Society in Age of Reconstruction*) é de 1940. Utilizamos a edição brasileira de 1962.

18. A primeira edição original em inglês (*Freedom, Power and Democratic Planning*) é de 1951, publicada postumamente. Utilizamos a edição brasileira de 1972.

19. Os parágrafos que seguem baseiam-se largamente em Mannheim (1962 e 1972), salvo indicações em contrário e citações.

20. Ano da 1ª edição original em inglês. Utilizamos a edição brasileira de 2021.

Um **quarto e último ponto** a destacar no seu diagnóstico encontra-se no fato de que, apesar das suas considerações sobre a democracia liberal de massas, Mannheim vê a principal dificuldade da sociedade moderna não na sua amplitude, mas sim no fato de que o método liberal de organização ainda não atingiu a fase em que possa produzir a articulação orgânica necessária a uma sociedade vasta e complexa.

Então, dada a crise do liberalismo, quais seriam as alternativas?

A **primeira alternativa** (que Mannheim condena) seria pelo **planejamento totalitário** em suas duas vertentes, segundo ele: fascismo e comunismo. A **segunda alternativa** (que Mannheim defende) seria pelo **planejamento democrático**²¹.

Sobre a primeira alternativa, Mannheim chama a atenção para os pontos em comum desse tipo de planejamento no fascismo e no comunismo:

- I) O planejamento é visto como necessário nas esferas econômica, social e moral.
- II) A planificação é um processo inclusivo, que tudo abrange e regula
- III) A planificação é um processo centralizado oriundo de umas poucas posições chave.
- IV) A planificação é executada por intermédio da ditadura²².

Em relação à **segunda alternativa**, Mannheim ([1951] 1972, p. 49) argumenta da seguinte maneira:

Nossa tarefa consiste em construir um sistema social mediante o planejamento, mas planejamento de tipo especial: tem que ser **planejamento para a liberdade**, sujeito ao controle democrático; **planejamento, mas não planejamento restricionista** que favoreça os monopólios de grupos, sejam de homens de empresa ou de associações operárias, mas “planejamento para a plenitude”, isto é, pleno emprego e total exploração dos recursos; **planejamento para a justiça social**, mais que igualdade absoluta, com diferenciação de recompensas e status, sobre a base da genuína igualdade mais que do privilégio; **planejamento, não para uma sociedade sem classes**, mas para uma sociedade que suprima os extremos de riqueza e pobreza; **planejamento para padrões culturais** sem “nivelamento por baixo” – uma transição planejada, favorecendo o progresso, sem suprimir o que há de valioso na tradição; **planejamento que neutralize os perigos de uma sociedade de massas**, coordenando os instrumentos de controle social, mas só interferindo nos casos de deterioração institucional ou moral, definidos por critérios coletivos; **planejamento para o equilíbrio** entre a centralização e a dispersão do poder; **planejamento para a transformação gradual da sociedade**, a fim de estimular o desenvolvimento da personalidade: em resumo, **planejamento mas não arregimentação**²³.

21. Mannheim, ao incluir o comunismo como exemplo de planejamento totalitário, se aproxima da reflexão de Hannah Arendt em *As Origens do Totalitarismo* ([1951] 2017), na qual defende o comunismo como um regime político totalitário, isto é, antidemocrático, autoritário, limitador das liberdades individuais.

22. Segundo Mannheim ([1951] 1972, p. 44-45): “Isto significa a concentração absoluta do poder nas mãos de uns poucos, por meio de um partido monopolístico. Em termos concretos, implica na suspensão de todos os direitos do cidadão livre. Significa o controle total da imprensa e de todos os outros órgãos formadores da opinião pública, bem como o controle completo do sistema educativo. Significa a utilização do poder por facções oficiais ou semioficiais; significa campo de concentração, espionagem e terrorismo de toda espécie”.

23. Palavras em negrito: grifo nosso.

Cabe aqui acrescentar alguns elementos que na visão de Mannheim necessariamente estariam presentes no planejamento democrático:

I) Nesse processo, o planejamento se valeria do uso de técnicas sociais, baseadas em estudos científicos da sociedade, conjugados, se possível, com a experiência sociológica.

II) Os planejadores seriam controlados democraticamente num sistema parlamentar, que garante a seleção e a rotação das elites líderes (pelo menos na esfera política) e que preveniria a manipulação das massas.

III) Mesmo contando com a democracia no planejamento, Mannheim, numa maneira que podemos dizer contraditória, coloca em destaque a função da *intelligentsia*²⁴ nesse processo, pois, colocada acima das disputas políticas, ocupa uma posição chave na mudança social, como “especialistas na invenção e na difusão das ideias” (Mannheim, 1972, p. 86). Ela faz parte daquele grupo de planejadores que, por iniciar esse processo, não foram planejados, mas que se constituem em minorias que podem conduzir a sociedade no caminho da planificação para a liberdade.

Portanto, na visão de Mannheim, o planejamento democrático conta com a sociedade, mas no seu ponto de partida precisa contar com minorias, dentre elas a *intelligentsia*, que se coloca acima das disputas da sociedade, como se nela não estivesse inserida, apesar do teórico afirmar o contrário em *O Problema da “Intelligentsia”: Um Estudo de seu Papel no Passado e no Presente*, publicado em *Sociologia da Cultura* ([1955] 2013)²⁵. Tal contradição seria vivida por Furtado, visto que ele muito viveu a tensão entre o ser técnico e o precisar fazer política (principalmente na SUDENE) e que analisamos no decorrer deste artigo.

Portanto, a partir do que expomos sobre o planejamento democrático de Karl Mannheim, podemos compreender que Furtado, ao mesmo tempo em que elaborava o diagnóstico do subdesenvolvimento brasileiro para compreender os obstáculos para a construção da nação, também propunha a solução para a superação de tal situação através do planejamento democrático estatal, tomando parte de um debate intenso no Brasil e no mundo sobre o planejamento e a industrialização para a superação do subdesenvolvimento. No período cepalino ele defende a sua concepção de planejamento elaborada juntamente com Prebisch e equipe num amplo debate público no Brasil, conforme expomos nos parágrafos seguintes.

24. Grupo de intelectuais e técnicos de nível superior.

25. Sobre esse tema, ver nota de rodapé 2 deste artigo.

Podemos observar esse debate num artigo de Furtado denominado *A Programação do Desenvolvimento Econômico II*, publicado primeiramente no *Jornal do Comércio* de 22 de junho de 1953, transcrito em dois grandes jornais de São Paulo (cf. Furtado, 1985, p. 160) e na *Revista do Conselho Nacional de Economia* (edição de nov.-dez. de 1953) como resposta ao artigo de Octávio Gouvêa de Bulhões publicado no *Jornal do Comércio* de 24 de maio de 1953 com o título *A Programação do Desenvolvimento Econômico*, que atacava não a programação em si, mas sim um tipo de planejamento que não levava em conta os riscos da inflação. Ou seja, a estabilidade teria que ser programada e, uma vez que ela estivesse assegurada, o desenvolvimento viria espontaneamente. O ataque de Bulhões se destinava ao texto da CEPAL - *Estudo Preliminar sobre a Técnica de Programação do Desenvolvimento Econômico* (apresentado na Conferência dessa instituição em maio de 1953 no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, e que defendia tal técnica de planificação).

Nesse artigo, Furtado responde a Bulhões através das seguintes observações, como expomos abaixo.

Inicialmente, o autor chama a atenção para o fato de Bulhões defender uma programação sem inflação, na qual o Estado construiria um número apreciável de núcleos de irradiação, ou seja, dotaria o país de infraestrutura sem interferir na iniciativa privada. Tal proposta é criticada por Furtado pelo fato de que não seria possível empreender um programa desse tipo sem antes cercar a iniciativa privada. Segundo Furtado (1953, p.12):

Qualquer programa de investimentos – seja do tipo do do prof. Bulhões - , ou de outro qualquer – exige, para que seja uma coisa séria, uma análise do processo total de formação de capital dentro da economia. Sem essa análise seria impossível dispor de critérios gerais para localizar os “núcleos de irradiação de produtividade”, a que se refere o prof. Bulhões. É essa análise do processo de formação do capital que constitui o núcleo central do estudo da CEPAL. Trabalha-se aí com hipóteses sobre o crescimento da renda e sua distribuição. Trata-se em seguida de quantificar os efeitos daquele crescimento sobre a estrutura e o montante do consumo. Como se está raciocinando em termos reais, procura-se determinar quanto teria que crescer a capacidade produtiva em cada setor (isto é, a quanto deveriam montar os investimentos e aproximadamente que estrutura deveriam apresentar estes) para atender aquele consumo. Esse modelo dinâmico de desenvolvimento equilibrado, é que servirá de base para a orientação dos investimentos privados e para a suplementação destes pelos investimentos públicos.

Um segundo ponto a destacar da réplica de Furtado encontra-se na sua afirmação de que a formação de capital é indispensável para a elaboração de um programa de investimentos (não importa o tipo), seja num caso de desenvolvimento “espontâneo” (como Bulhões afirma) ou não. Logo, a visão de Bulhões de que a CEPAL não reconhece a existência de forças econômicas em progresso na América Latina é considerada sem fundamento para Furtado (1953, p. 12):

O que aparentemente não tomou em consideração o prof. Bulhões é que também no desenvolvimento “espontâneo” jogam um papel fundamental os estímulos que tenham os produtores. (...). O “ânimo de progresso” dos empresários, a que se refere o prof. Bulhões, pode, portanto, ser criado ou destruído por medidas que visam a outros objetivos. A análise econômica não deve assentar em princípios de fé. É necessário conhecer e quantificar os estímulos a que responde o empresário, se se pretendem criar as condições propícias à sua atuação mais efetiva. Não basta crer no progresso espontâneo. É indispensável conhecer o mecanismo do mesmo, se pretendemos orientá-lo e, quando necessário, acelerá-lo.

Um terceiro ponto que nos chama a atenção dessa reflexão encontra-se na sua reação à ideia de Bulhões de que o planejamento cepalino é totalitário e inflacionário, como Furtado (1953, p. 15) afirma:

Na verdade, o programa da CEPAL, como qualquer programa geral de investimentos exige um esforço permanente para ajustar o fluxo de poupança às necessidades de investimento. Não há nenhuma razão para que um plano de desenvolvimento seja mais inflacionário que um desenvolvimento sem plano. A experiência está aí para demonstrar que o desenvolvimento sem plano, com a função consumo de que hoje dispomos, cria fortes tendências inflacionárias. Não vejo como se possam combater essas tendências sem determinar todos os fatores que entram no problema e sem acompanhar a ação de cada um deles, o que evidentemente exige uma orientação geral do processo econômico.

Percebemos, então, um debate que ocorre estritamente dentro do campo da ciência econômica, no qual há uma preocupação em deixar os argumentos técnicos sempre aparecerem, deixando patente uma concepção mannheimiana de planejamento com um enfrentamento ainda “tímido” da ciência econômica convencional (posto que usa algumas de suas categorias)²⁶, aparecendo de maneira muito forte o economista *stricto sensu*, dado o fato de que ocupava uma posição na CEPAL, órgão da ONU, e num contexto de guerra fria. Observamos esse comportamento nos demais textos desse período, que analisamos nos parágrafos seguintes.

No artigo *A Técnica do Planejamento Econômico* (1954a), Furtado inicia sua reflexão com a afirmação de que o grande interesse que havia naquele período sobre o planejamento se constituía como parte da preocupação crescente em torno do desenvolvimento e das possibilidades de intensificar o seu ritmo, dada a situação de subdesenvolvimento do Brasil, a despeito do ritmo de crescimento econômico intenso entre as economias subdesenvolvidas no período.

Nesse processo, Furtado reafirma sua adesão ao planejamento como uma das respostas para acelerar o processo de crescimento. Mas não qualquer planejamento, segundo Furtado (1954a, p. 3):

O tipo de planejamento, que aqui consideraremos, refere-se diretamente ao desenvolvimento econômico e consiste, basicamente, na coordenação e intensificação das inversões e numa política encaminhada a lograr a racionalização do uso dos recursos humanos e materiais que a economia tem à sua disposição.

26. Para mais detalhes, ver Mallorquin (2005, p. 68-81).

E não só nesse como em outros tipos de planejamento, a técnica é sempre neutra, tanto que pode ser utilizada pelo planejador para reforçar ou para debilitar a posição da empresa privada como organizadora do sistema produtivo. Segundo Furtado (1954a, p. 4):

A coordenação das inversões, que é a espinha dorsal do planejamento, é perfeitamente compatível com a organização privada da produção. O objetivo do planejamento não é modificar a estrutura do sistema econômico e, sim, lograr uma intensificação na utilização dos recursos.

Feitas as definições sobre qual tipo de planejamento é adotado, Furtado parte para a explicação da técnica do planejamento que ele e a CEPAL adotam, como observamos abaixo.

I) O planejamento exige estudos preliminares que, por sua vez, devem ser baseados numa análise de conjunto do processo econômico.

II) Para a elaboração do plano alguns instrumentos de trabalho são indispensáveis: a) previsão da composição geral do consumo a partir da aceitação de uma teoria da função consumo; b) matriz *input-output*; c) levantamento das necessidades prováveis de transporte e energia e conhecimento das formas mais econômicas de satisfazer para o conjunto do país tais necessidades; d) previsão das necessidades de equipamentos (capital fixo); e) previsão aproximada da capacidade de importar e busca da melhor forma de utilizar tal capacidade (hipótese a formular: o que ocorreria se as importações guardassem sua proporção na satisfação da procura interna?)

III) Após a primeira etapa de elaboração do plano, são determinados os critérios de substituição de importações.

IV) Porém, para serem determinadas as metas de produção interna, é necessária a formulação de hipóteses sobre as importações que por sua vez dependem do conhecimento das metas de produção interna. Ou seja, um círculo que reflete a necessidade de um ajustamento final no plano.

Portanto, nesse artigo, Furtado reforça a neutralidade no planejamento, no qual o técnico está fora (e “acima”) da política (denotando mais uma vez sua adesão ao tipo de planejamento previsto por Mannheim), além de prescrever uma programação para a industrialização com base tecnológica do centro. Observamos novamente e de maneira muito forte a presença do economista *stricto sensu*, dada a sua atuação na CEPAL (como analisamos anteriormente).

No artigo *Fundamentos da Programação Econômica*, publicado na revista *Econômica Brasileira* (janeiro-junho de 1958), Furtado, coerente com o título do seu trabalho, expõe as teorias nas quais se baseia para a sua proposta de planejamento para o desenvolvimento econômico, exposta logo após tal fundamentação.

Sobre os fundamentos, Furtado entende que todo planejamento para o desenvolvimento se fundamenta em alguma teoria econômica, como podia ser observado na política econômica liberal do século XIX, cujas fundações se encontravam na teoria econômica clássica (economia política clássica), que defendia a ideia de que o enriquecimento da sociedade se constituía num reflexo do enriquecimento de cada indivíduo separadamente, dentro do seguinte princípio: o que é bom para o indivíduo é bom para a coletividade (do ponto de vista econômico).

Com as próprias transformações na teoria econômica (surgimento de outras correntes de pensamento), como Furtado analisa nesse artigo, modificam-se as propostas de política econômica. O autor observa, no final do século XIX, o abandono do princípio da economia política clássica pelos teóricos do ciclo econômico, porém, de maneira parcial, o que provocou uma ruptura fundamental no pensamento econômico e que perduraria até a publicação da *Teoria Geral* de Keynes em 1936. Dessa ruptura, a teoria econômica tomara duas orientações:

I) Fenômenos monetários analisados como fenômenos macroeconômicos, logo, passíveis de planejamento e de política econômica.

II) O mecanismo da produção, observado principalmente através do processo de formação de preços, continuou a ser visto como fenômeno microeconômico, logo, não deveria sofrer nenhuma intervenção do Estado.

Ou seja, a teoria econômica se tornou híbrida, o que refletiu numa política econômica também híbrida. Contudo, com o advento da teoria de Keynes, esse quadro muda, como afirma Furtado (1958a, p. 39-40):

O aspecto mais salutar da revolução keynesiana consistiu em demonstrar, no campo da teoria da produção – campo esse que Keynes chamou de teoria do emprego – que nem sempre existe coincidência entre o interesse do empresário e o interesse coletivo. Isto é principalmente verdade no que diz respeito aos fenômenos de curto prazo, que são aqueles que mais pesam no comportamento do empresário. Dado esse passo, foi fácil realizar na teoria da produção uma revolução idêntica à que antes ocorrera na teoria monetária. E também foi possível reintegrar num mesmo corpo de pensamento os dois campos da teoria econômica; o dos fenômenos reais e o dos fenômenos monetários. Dessa unificação é que surgiu a teoria do desenvolvimento econômico, que constituiu o fundamento da política de programação do desenvolvimento.

Então, a partir dessa afirmação, Furtado (1958a, p. 40) destaca os pontos centrais da teoria do desenvolvimento econômico que servem de base para o planejamento nas economias subdesenvolvidas:

1. O desenvolvimento consiste, basicamente, no aumento da produtividade física do conjunto da força de trabalho, eliminado o efeito de fatores naturais.

2. Logra-se o aumento da produtividade física do trabalho por meio da acumulação de capital e da assimilação do progresso técnico²⁷.

A partir dessa fundamentação, Furtado expõe a sua proposta de planejamento do desenvolvimento econômico, que consiste nas seguintes medidas:

I) Definição do esforço de poupança necessário (sem o recurso à inflação).

II) Definição da distribuição social desse esforço através da política fiscal e da política de preços e salários.

Com a concretização dessas medidas (vistas por ele como decisões fundamentais de caráter político, mas sem aprofundar no seu significado) é que tem início o verdadeiro trabalho de programação. Nas palavras de Furtado (1958a, p. 42):

Esse trabalho consiste fundamentalmente em uma tentativa de previsão das modificações estruturais da procura, determinadas pelo próprio crescimento econômico, e num esforço de orientação das inversões para que a estrutura da oferta evolua em consonância com a evolução prevista da estrutura da procura de bens e serviços. Portanto, o núcleo central de um programa de desenvolvimento está constituído por uma política de inversões. Segundo os critérios adotados na formulação dessa política, o programa será mais ou menos compreensivo.

É um programa pouco compreensivo, explica o autor, é aquele cuja característica é a parcialidade, ou seja, planeja-se para eliminar pontos de estrangulamento e/ou estimular pontos de germinação da economia (tal como Roberto Campos defende e se encontra presente no Plano de Metas)²⁸. Sobre esse tipo de planejamento, Furtado (1958a, p. 43) vê problemas na sua adoção:

A ideia de concentrar as inversões de um programa em pontos germinativos, se bem que muito atrativa graças à sua simplicidade, não resiste a uma crítica cuidadosa. Com efeito: o que está implícito nessa ideia é que deve haver capacidade ociosa de forma permanente nos setores estratégicos, os quais são exatamente aqueles que absorvem maior quantidade de capital por unidade de produto.

Em contraposição a esses critérios de ordem geral (pontos de estrangulamento e pontos germinativos), Furtado (1958a, p. 43) mostra que existem programas de caráter estritamente econômico, baseados nas estimativas da rentabilidade de cada projeto, nos quais vê problemas na sua aplicação:

27. Podemos perceber em Furtado na década de 1950 uma visão de desenvolvimento mais restrita ao campo econômico que, a partir da década de 1960, se amplia cada vez mais para incluir a distribuição de renda, o acesso à saúde e à educação, a reforma agrária, a reforma política, a presença de um marco institucional adequado às necessidades do desenvolvimento econômico (burocracia profissional, superação de estruturas arcaicas de poder regional), a superação da dependência tecnológica e cultural.

28. Para mais detalhes, ver Bielschowsky (2000).

A discrepância fundamental neste caso diz respeito ao conceito mesmo de rentabilidade. Em uma economia altamente desenvolvida, em situação de plena ocupação dos fatores, a rentabilidade de um projeto ao nível da empresa constitui uma boa indicação de sua rentabilidade do ponto de vista social. O mesmo não ocorre, necessariamente, não obstante, em uma economia subdesenvolvida, onde quase sempre existe um desemprego estrutural de fatores. Em razão disso, tem-se feito um grande esforço para medir a produtividade social de um projeto, isto é, a contribuição desse projeto para aumentar a renda nacional. Os critérios sugeridos são de difícil aplicação prática, e aqueles que tentam aplicá-los, ao cabo de algum tempo de luta contra a escassez de informações, reverterem pura e simplesmente ao critério corrente da rentabilidade ao nível da empresa.

Com as dificuldades apresentadas nos dois tipos de planejamento acima expostos, Furtado (1958a, p. 43) defende que para contorná-las o ideal é a adoção de técnicas de programação global. Nas suas palavras:

Essas técnicas têm como fundamento a ideia de que é necessário partir de cima para baixo, isto é, de um balanço das necessidades globais, e não do projeto individual. A dificuldade maior em elaborar esse balanço deriva do fato de que, com o crescimento, o sistema se modifica estruturalmente, sendo necessário conhecer sua dinâmica interna se pretendemos formular alguma hipótese sobre a composição das necessidades futuras. Nesse terreno a análise econômica aplicada à técnica de projeções é de grande utilidade.

Estabelecido esse balanço hipotético de necessidades futuras, faz-se possível definir uma primeira escala de prioridades. É necessário não esquecer que cada atividade produtiva interdepende de um grande número de outras. Contudo, somente uma fração dessas atividades produtivas atende diretamente às necessidades da população. Se conseguirmos estimar essas necessidades da população e conhecermos as interligações do sistema, faz-se possível determinar as necessidades de produtos intermediários em todos os escalões da produção.

Podemos também acrescentar nessa defesa de Furtado a importância que ele dá à ação disciplinadora dos investimentos a qual só é possível sua realização caso se conjugue um conhecimento dos processos econômicos com uma política de desenvolvimento em longo prazo.

Também dentro da sua defesa do planejamento global, Furtado, no livro *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958), além de diagnosticar a nossa realidade de subdesenvolvimento (como vimos no subitem anterior), busca aplicar o planejamento cepalino para o caso brasileiro, como podemos observar no oitavo capítulo – *A Programação Preliminar* – no qual analisa como deveria ser uma primeira etapa de programação no Brasil, isto é, a programação preliminar, que não poderia exceder três anos e não se consistiria somente de estudo e trabalho crítico, mas também de ações concretas. Segundo o economista: “A diferença entre esta primeira etapa e as seguintes reside em que nestas últimas será possível agir com mais clara consciência dos problemas, achando-se o poder público aparelhado para interferir de maneira muito mais efetiva” (Furtado, 1958, p. 60).

Então, a atuação na primeira etapa se daria através dos seguintes passos (cf. Furtado, 1958, p. 60-66):

I) Constituição de um Conselho Nacional de Desenvolvimento.

II) Levantamento preliminar com duração não superior a três meses através de informação estatística básica de todos os setores da economia.

III) Após o segundo passo, elaboração de um esboço de programa preliminar a fim de eliminar os principais focos de desequilíbrio e seus pontos de estrangulamento.

IV) O núcleo desse programa de transição seria fruto da escolha de poucos problemas em torno dos quais se concentrariam os estudos e a ação prática subsequente.

Por fim, afirmamos que a defesa do planejamento global por parte de Furtado nos seus trabalhos reitera o planejamento proposto pela CEPAL, com uso intenso da teoria econômica e com argumentos técnicos, deixando implícita a sua visão política (de defesa de um planejamento democrático tal como Mannheim defendia), dada a sua posição de membro da CEPAL quando elaborou esse trabalho²⁹.

1.3. Breves considerações conclusivas sobre o período 1948-1958: a esperança desenvolvimentista na “fantasia organizada” de Celso Furtado

Ao seguirmos as trilhas metodológicas apresentadas na introdução deste artigo, podemos observar que o período 1948-1958 se caracterizou pela forte presença do planejamento nas economias capitalistas centrais e em países periféricos, dados os reflexos da Grande Depressão da década de 1930, da Segunda Guerra Mundial e do sucesso da economia planificada na URSS³⁰. Podemos constatar a presença do planejamento no Brasil nesse período no Plano SALTE (1948)³¹, nos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos – CMBEU (1950-1953)³² e do Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953-1955)³³ e no Plano de Metas (1956), inspirado nos estudos destas duas últimas comissões e planejado e concretizado no governo JK (1956-1961)³⁴.

Tal contexto proporcionou um rico debate entre diversas correntes desenvolvimentistas e os liberais no Brasil acerca do subdesenvolvimento, do desenvolvimento, da industrialização e do planejamento, na busca de caminhos para a construção da nação, do qual Furtado participa.

29. Ver nota de rodapé 10 deste artigo.

30. Para mais detalhes, ver Hobsbawm (1995).

31. Tal plano ocorreu no governo Dutra (1946-1950).

32. A CMBEU foi criada instalada ainda no governo Dutra e começou efetivamente seus trabalhos no segundo governo Vargas (1951-1954).

33. O Grupo Misto BNDE-CEPAL começou a atuar ainda no segundo governo Vargas e continuou no curto governo Café Filho (1954-1955).

34. Para mais detalhes sobre o planejamento no Brasil no período 1948-1958, ver Fonseca (2010), Bastos (2011), Araujo e Mattos (2021).

Nesse período, podemos considerar que Furtado mantém uma esperança desenvolvimentista dentro de uma “fantasia organizada”, ou seja, a de que a utilização de técnicas de planejamento global pretensamente neutras e sob o comando do Estado (defendidas pela CEPAL) podem organizar o processo de industrialização a fim de superar o quadro de subdesenvolvimento na América Latina e, em particular, no Brasil. Vale aqui lembrar que a própria situação de Furtado como membro da CEPAL (órgão da ONU), o impedia de assumir posições políticas mais explícitas, fazendo prevalecer o técnico no diagnóstico do subdesenvolvimento e na defesa do planejamento estatal global para a industrialização como caminho para promover o desenvolvimento.

Podemos observar também que Furtado só começa a perceber alguns elementos de uma evolução truncada nesse processo de industrialização quando se depara com o quadro de continuação das disparidades regionais, como podemos observar em *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958) e em *Formação Econômica do Brasil* (1959). Elemento que o inspira a atuar em prol do Nordeste no período 1959-1964, como analisamos no próximo item.

2) O diagnóstico do subdesenvolvimento e o planejamento democrático em Celso Furtado entre 1959 e 1964

Neste item, analisamos de que forma a atuação de Celso Furtado como planejador e executor de um projeto de construção da nação, o levou a reelaborar seu diagnóstico do subdesenvolvimento, iniciando um caminho que o levaria na década de 1970 a teorizar de maneira cada vez mais interdisciplinar e se tornar um cientista social no sentido mais amplo da expressão.

2.1. Celso Furtado atua na SUDENE e no Ministério do Planejamento: o técnico faz política

Após sair da CEPAL em 1958 e permanecer um período em Cambridge, pesquisando e redigindo *Formação Econômica do Brasil*, Furtado retorna ao Brasil e aceita um convite para assumir um posto de direção no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), sob a condição de atuar somente na área do Nordeste. Essa volta se constituiu em um resultado de suas reflexões na Inglaterra, nas quais, através de seu estudo histórico que diagnostica as causas profundas do subdesenvolvimento brasileiro, percebe a importância de participar e colaborar no processo de deter o processo de crescentes disparidades regionais, no qual o Nordeste se constituía na maior vítima (cf. Furtado, 1985, p. 226-227 e Furtado, 1989, p. 37).

Ao assumir o posto no BNDE em 1958, ele intervém no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) a fim de saber por que não havia nenhum trabalho concluído até aquele momento. Segundo Furtado (1989, p. 37):

Logo compreendi que seriam necessários pelo menos cinco anos para que a pequena equipe de técnicos estrangeiros coletasse informação disponível sobre a região, digerisse o seu conteúdo e apresentasse um relatório com todas as precauções que caracterizam esses documentos saídos de instituições multilaterais. Não havia no Grupo nenhuma pessoa com conhecimento de conjunto da região, e menos ainda economistas especializados em desenvolvimento. Uma equipe assim improvisada, e sem direção competente, servia apenas de escusa para que o governo pudesse dizer que a questão nordestina estava sendo devidamente estudada e que oportunamente se passaria à ação. Visitei uma ou duas vezes o Grupo e recomendei aos técnicos que concluíssem suas monografias com a brevidade possível.

Então, de maneira independente, Furtado organiza um trabalho particular de coleta de dados e processamento de informações, inclusive com uma viagem ao Nordeste, onde observa as péssimas condições do quadro social e as disputas por verbas do Governo Federal aplicadas na região. Conjuntamente a essa pesquisa de campo, ele teve acesso a trabalhos que técnicos da ONU haviam feito para o BNDE sobre o Nordeste, como o de Hans Singer, que fez um primeiro exercício macroeconômico sobre qual ajuda financeira externa seria necessária para retirar a economia nordestina da estagnação, não indo, contudo, além desse ponto, pois não conhecia as especificidades da economia regional e tampouco as disparidades regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul, e, o de Stefan Robock que, a despeito de ter ficado mais tempo na região e penetrado mais a fundo em seus problemas, “(...) preocupou-se essencialmente em ajudar o Banco do Nordeste, recentemente instalado, a identificar as áreas em que sua atuação seria mais eficaz. Seu trabalho mais elaborado sobre o Nordeste somente apareceria em 1963” (Furtado, 1989, p. 38-39).

Furtado pesquisa também quais estudos sobre o Nordeste foram feitos por brasileiros e percebe, tal como ocorrera com os pesquisadores estrangeiros, que foram focados, sem visão global dos problemas da região.

Sobre o resultado desse trabalho particular, Furtado não faz nenhum relato em *A Fantasia Desfeita* (1989), mas é muito grande a possibilidade dele ter sido aproveitado, mesmo incompleto, para a sua argumentação em defesa de uma política de desenvolvimento para o Nordeste na reunião realizada no Palácio Rio Negro (Petrópolis) em 6 de janeiro de 1959, convocada pelo Presidente Juscelino Kubitschek (JK), da qual resultou da sua parte na criação da Operação Nordeste

(OPENO), cuja liderança ficou a cargo de Furtado por designação presidencial, e que, para sua implementação, contou com as seguintes ações:

I) Elaboração de um estudo que compreenderia o diagnóstico e o plano de ação e que se constituiu no documento do GTDN – *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*.

II) Definição de imediato da estratégia com o objetivo de mobilizar forças de apoio e reorientar a ação do governo federal na região.

III) Conversas com políticos e “chefes regionais”, inquietos com a entrevista que Furtado dera ao jornal *Correio da Manhã*, na qual expôs os objetivos da Operação Nordeste, além das informações vindas da Casa Civil sobre esse projeto.

Na Operação Nordeste, percebemos a atuação política do técnico para se dedicar à sua parte na tarefa de planejar e construir o desenvolvimento, não somente na articulação com os políticos, mas também com a opinião pública em geral, como podemos observar em Furtado (1989, p. 51):

Graças ao sentimento de confiança que ele [o presidente] transmitia de que coisas iam efetivamente acontecer, de todos os lados brotavam adesões. As classes dirigentes brasileiras foram tradicionalmente tímidas, cautelosas, pobres de imaginação. A construção de Brasília, mesmo que não houvesse desempenhado outro papel, teria servido para mudar momentaneamente esse quadro. Onde eu chegava para falar, logo se manifestava um entusiasmo contagiante. Universidades, associações de classes, corporações militares, cenáculos religiosos, por toda a parte encontrava ouvintes interessados, um estado de expectativa favorável. Choviam perguntas, mas na sua grande maioria motivadas pelo desejo de obter resposta positiva. Eu insistia em que o Nordeste tinha um potencial de desenvolvimento, que a população era dedicada e industriosa, que ansiava por uma oportunidade para ir adiante. Usava uma linguagem simples, mas não simplificava abusivamente os problemas. Um observador estrangeiro que me viu falar em algum lugar nessa época escreveu que eu era um apóstolo que convencia os mais incrédulos, usando com elegância argumentos racionais. Assis Chateaubriand, que me ouviu na Escola de Engenharia do Recife, comentou desabusado: “Esse é um novo Antônio Conselheiro, de fraque”.

Esse relato de Furtado confirma o que dissemos acima sobre a atuação política do técnico, ou seja, uma atuação que quer distância dos partidos, com uma roupagem técnica, mas que possui uma visão política que a sustenta, mesmo procurando seguir a ideia de Mannheim acerca do papel da *intelligentsia*, que está acima das discussões partidárias, denotando em Furtado o reflexo da contradição do sociólogo alemão, posto que ele precisou desde o início fazer política para poder implementar políticas de superação do subdesenvolvimento brasileiro em geral e do nordestino em particular. Furtado coloca essas questões mais claramente em *A Pré-Revolução Brasileira* (1962), que analisamos mais à frente.

No lançamento oficial da Operação Nordeste, no qual foi formalizada a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e assinada a mensagem ao Congresso Nacional que propôs a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)³⁵, Furtado expôs o texto *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, concebido e redigido por ele, que optou, contudo, atribuir a autoria ao GTDN com o objetivo de manter seu caráter de documento técnico para fundamentar sua exposição. Dentro desse documento, destacamos o Plano de Ação e suas quatro diretrizes básicas:

I) Intensificação dos investimentos industriais com o objetivo de criar um centro autônomo de expansão manufatureira.

II) Transformação da economia agrícola da faixa úmida a fim de proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada.

III) Transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas.

IV) Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, a fim de incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida.

A partir da instalação do CODENO em 25 de abril de 1959, começa uma longa batalha para a SUDENE ser aprovada. O intelectual e técnico Furtado se vê obrigado a buscar amplo apoio na opinião pública do Centro-Sul, pois os postos de liderança no Congresso eram com frequência ocupados por nordestinos, que fariam de tudo para barrar a criação desse órgão, pois ia contra seus interesses.

Com a aprovação da SUDENE em 15 de dezembro de 1959, Furtado dá à instituição um tom marcadamente técnico, mas sem deixar de buscar apoio na opinião pública, refletindo, como afirmamos anteriormente, a contradição de Mannheim. E isso fica bem claro em Furtado (1962: 61-63)³⁶:

Quando afirmamos que a SUDENE é um órgão estritamente técnico, queremos dizer que ela é independente de toda injeção político-partidária. Mas não existe plano de desenvolvimento sem política de desenvolvimento, e nenhuma política pode alcançar eficácia sem o apoio dos centros principais do poder político. O que singulariza a SUDENE é que nela a técnica e a política estão isoladas em dois planos distintos. De seu Conselho Deliberativo participam governadores de nove estados, autoridades essencialmente políticas. A autoridade do seu superintendente, que é também o dirigente técnico do órgão, é delegada do Chefe do Executivo Federal. Por essa forma, tratou-se de evitar o dualismo que no passado foi fatal para

35. O CODENO e a SUDENE seriam liderados por Celso Furtado. Para mais detalhes, ver Furtado (1989).

36. Tal trecho se constitui em parte do terceiro capítulo (*O Problema do Nordeste*) de *A Pré-Revolução Brasileira* (1962).

a autoridade técnica. Essa unidade do técnico e do político permitiu à SUDENE comunicar-se diretamente com a opinião pública. Não estando vinculada a qualquer ação partidária, os seus objetivos podem sempre ser submetidos ao teste da discussão aberta. Como o debate em torno dos problemas do desenvolvimento não transborda dos critérios de racionalidade e tem sempre um caráter educativo, a grande polêmica em torno da SUDENE contribuiu para formar uma consciência regional das dificuldades a enfrentar e da necessidade de exigir seriedade e continuidade da ação governamental. Elevou-se, assim, o nível de toda a discussão política na região. Haver vinculado o problema do desenvolvimento ao debate político, eis a chave do apoio que recebeu a SUDENE da opinião pública. Houvéssemos conservado em círculos herméticos a análise dos problemas objetivos da região, isolando do povo aquilo a que se convencionou chamar “problemas técnicos”, e permitindo que a discussão aberta se limitasse ao entrecchoque de pontos de vista particulares de políticos locais, e teríamos apenas repetido o passado sem maiores possibilidades de sobrevivência. Essa reflexão fizemo-la desde o começo, pois sabíamos que sem um grande apoio da opinião pública a SUDENE não se colocaria à altura da tarefa enorme que tem diante de si. (...) Era indispensável levar até o povo a discussão objetiva dos problemas do desenvolvimento, desintoxicá-lo das promessas fáceis do período eleitoral, reconquistar-lhe a confiança nos homens responsáveis pela administração da coisa pública.

No período em que atuou na SUDENE, Furtado enfrentou muitas dificuldades para levar à frente seus projetos devido à forte oposição da direita e dos EUA³⁷. Também cabe destacar a atuação de Furtado a favor das reformas de base através de um documento elaborado por ele denominado de *Projeto de “Manifesto” das Forças Progressistas*, no qual tentou fazer uma articulação política por essas reformas (mas que não logrou êxito, dado o pouco interesse dos interlocutores), observando as eleições parlamentares de 1962³⁸.

Ainda dentro de sua atuação como planejador, Furtado, nesse período, teve uma rápida passagem então recém-criado Ministério Extraordinário do Planejamento entre setembro de 1962 e junho de 1963, no qual elaborou um plano de governo, denominado de Plano Trienal, cujos objetivos fundamentais eram os seguintes:

I) Assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional em torno de 7% ao ano (correspondente a 3,9% de crescimento da renda *per capita*) compatível com as expectativas de melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

II) Redução progressiva da pressão inflacionária.

III) Criação de condições para que os frutos do desenvolvimento fossem distribuídos de maneira cada vez mais ampla pela população.

IV) Intensificação substancial da ação do governo na educação, na pesquisa científica e

37. Para mais detalhes, ver *A Fantasia Desfeita* (1989).

38. Sobre mais detalhes desse projeto e da articulação de Furtado, ver Furtado (1989) e Vieira (2022).

tecnológica e na saúde pública dentro do objetivo fundamental de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento, além de possibilitar o acesso de parte crescente da população aos frutos do progresso cultural.

V) Orientação adequada do levantamento dos recursos naturais e localização da atividade econômica com o objetivo de desenvolver as distintas áreas do país e reduzir as disparidades regionais de níveis de vida, sem o aumento do custo social do desenvolvimento.

VI) Eliminação progressiva dos entraves de ordem institucional (como a estrutura agrária de então), vistos como responsáveis pelo desgaste dos fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas em determinados setores produtivos.

VII) Refinanciamento adequado da dívida externa, além de evitar a piora do endividamento brasileiro no exterior.

VIII) o governo deveria ter assegurada uma crescente unidade de comando dentro de uma esfera própria de ação, na qual as suas distintas agências se submeteriam às diretrizes do plano.

O Plano Trienal, dada a situação brasileira de crise econômica desde o início de 1962 (estagnação com inflação), buscou conciliar o combate à inflação com medidas ortodoxas³⁹ e políticas de retomada do desenvolvimento, dentro da sua visão de planejamento democrático. Em termos concretos, o plano mal saiu do papel porque Furtado retornou à SUDENE devido à sua exoneração do cargo de ministro (juntamente com todo o ministério) por pressões políticas sofridas por Goulart, numa conjuntura de grande instabilidade social e política.

2.2. O caminho para a interdisciplinaridade: o diagnóstico dinâmico do subdesenvolvimento

Celso Furtado, paralelamente à sua atuação na SUDENE e no Ministério do Planejamento, continua a diagnosticar o subdesenvolvimento, mas sempre de uma maneira dinâmica, como podemos observar nos livros lançados nesse período: *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), *A Pré-Revolução Brasileira* (1962) e *Dialética do Desenvolvimento* (1964), que analisamos sucintamente nas linhas abaixo.

39. As medidas ortodoxas de política econômica se constituíam de política fiscal contracionista (corte de gastos públicos, elevação de impostos) e política monetária também contracionista (restrição ao crédito e elevação da porcentagem de recolhimentos compulsórios e de redesconto dos bancos comerciais privados junto à Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC). Para mais detalhes, ver *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social* ([1962] 2011), Fonseca (2004), Araujo e Mattos (2021).

O livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) se constitui em uma compilação de estudos sobre a contraposição desenvolvimento-subdesenvolvimento. Na primeira parte do livro, denominada *Desenvolvimento*, o autor mostra onde se encontra a teoria do desenvolvimento na teoria econômica (através da análise da economia política clássica, da economia neoclássica, de Marx, de Schumpeter e de Hansen – inspirado em Keynes) e ressalta a importância dos processos históricos na constituição do desenvolvimento econômico. Essa parte do livro é um aprofundamento do último capítulo de *A Economia Brasileira* (como vimos anteriormente).

Na segunda parte, denominada *Subdesenvolvimento*, ele tece críticas à concepção da teoria do desenvolvimento nos grandes centros universitários do mundo ocidental. Para ele, há um propósito limitado de mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento de produção de uma economia. Ocorre, segundo ele, a ignorância do fato de que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica, tal como se pode observar a partir da Revolução Industrial. Por isso que, para se entender o subdesenvolvimento, exige-se um esforço de teorização autônomo e com forte dimensão histórica.

A Pré-Revolução Brasileira (1962) se constitui em uma compilação de estudos, cuja preocupação é, segundo Furtado, esclarecer à juventude universitária brasileira sobre as grandes transformações pelas quais o Brasil passava naquele momento. Destacamos do livro uma primeira crítica ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país: não houve modificação nas condições de vida de 75% da população brasileira, muito pelo contrário, houve uma crescente concentração social e geográfica de renda, além de ter levado a um aumento relativo da renda da terra. Além disso, no plano político-administrativo, a ampliação e a diversificação das funções do Estado não foram acompanhadas das necessárias reformas de base do próprio Estado, o que colaborou para o enorme aumento do coeficiente de desperdício na ação administrativa pública. Dessa análise, podemos observar que o diagnóstico de Furtado acerca do subdesenvolvimento é dinâmico, significando para ele que durante a ação para superá-lo é possível reavaliá-la, pois fica claro que, para ele, somente industrializar não trará como decorrência automática o desenvolvimento que, na sua visão, não se constitui somente em desenvolvimento econômico, mas também em desenvolvimento social.

Mais especificamente sobre o tema do planejamento democrático para o desenvolvimento econômico, destacamos abaixo alguns capítulos do referido livro.

No primeiro capítulo, *Reflexões sobre a Pré-Revolução Brasileira*, chamamos a atenção para a defesa de Furtado do modelo dos países ocidentais desenvolvidos, pois, segundo ele, nos mostra a possibilidade de promover o desenvolvimento econômico via planejamento estatal com democracia, mas fazendo adaptações à nossa realidade. O autor também defende a necessidade de modificação em nossas estruturas básicas a fim de que não se criassem condições para uma revolução marxista-leninista no Brasil, visto que se constituía em um caldo de cultura importante entre os camponeses. Para isso, urgia prevenir toda forma de retrocesso em nosso sistema político-social e criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária do país. Segundo Furtado (1962, p. 31-32):

A tarefa básica no momento presente consiste, portanto, em dar maior elasticidade às estruturas. Temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinaria administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária. Temos que subordinar a ação estatal a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social, cabendo ao Parlamento estabelecer diretrizes, mas retirando-se aos políticos locais o poder de discriminar verbas. Temos que dar meios ao Governo para punir efetivamente aqueles que malversem fundos públicos, para controlar o consumo supérfluo, e para dignificar a função de servidor do Estado. Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política. Deve o Governo dispor de meios para conhecer a origem de todos os recursos aplicados nos órgãos que orientam a opinião pública. E acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura de nossas possibilidades e em consonância com os anseios de nosso povo.

Que devemos fazer para transformar em normas de ação esses desejos e aspirações? Creio que a tarefa mais imediata é organizar a opinião pública para que ela se manifeste organicamente. Cabe aos estudantes, aos operários, aos empresários, aos intelectuais, quiçá aos camponeses, através de suas organizações incipientes, iniciar o debate franco daquilo que esperam dos órgãos políticos do país. **Os problemas mais complexos devem ser objeto de estudos sistemáticos por grupo de especialistas, devendo as conclusões ser objeto de debate geral. O país está maduro para começar a refletir sobre seu próprio destino. Dos debates gerais e das manifestações da opinião pública deverão surgir as plataformas que servirão de base à renovação da representação popular**⁴⁰.

No terceiro capítulo, *O Problema do Nordeste* (do qual citamos um trecho no subitem anterior), cabe destacar o diagnóstico da situação nordestina *vis-à-vis* o Centro-Sul e defesa da atuação da SUDENE como órgão técnico para enfrentar os problemas dessa região através do planejamento democrático, mas sem deixar explícita tal expressão, mostrando somente a importância de que o planejamento estatal fosse debatido com o povo, tal como mostramos anteriormente.

40. Nas palavras em negrito (grifo nosso), podemos observar a influência de Mannheim em Furtado ao colocar a função da *intelligentsia* (especialistas) nesse processo, que pode ser enquadrado como um exemplo de planejamento democrático.

No quinto capítulo – *Subdesenvolvimento e Estado Democrático* - o autor coloca a necessidade do planejamento numa economia subdesenvolvida como a brasileira. E este planejamento não significa autoritarismo e nem supressão das liberdades individuais, tal como os países desenvolvidos bem demonstravam até então (numa referência indireta ao planejamento democrático teorizado por Mannheim). E para que o planejamento se faça é necessário o aparelhamento do Estado, o que ainda não tinha ocorrido, apesar de iniciativas positivas no período. Ou seja, o Estado ainda não estava devidamente aparelhado para exercer nenhuma das funções básicas de uma política de desenvolvimento econômico e por isso é importante a preparação de quadros, além de um maior entrosamento entre especialistas em ciências políticas e administrativas e economistas, visto ser condição indispensável ao êxito da política de desenvolvimento e reconstrução do país.

Nessa reflexão de Furtado, portanto, o Estado é ator fundamental para a construção da nação. Mas não qualquer Estado, mas sim um Estado reformado, modernizado, dotado de burocracia racional-legal, com capacidade organizacional, liberto de todo clientelismo político, democrático, planejador. A própria retórica da técnica é indicativa desta perspectiva estatista e democrática presente nas ideias de Furtado.

No livro *Dialética do Desenvolvimento* (1964) destacamos o fato de que o autor observa os fatores dinâmicos da economia brasileira se debilitarem devido à conformação das forças políticas no período (e que apoiariam o golpe de 1964), que impedem a superação dos obstáculos estruturais do subdesenvolvimento. A sua análise se torna mais interdisciplinar, indo além de uma crítica dentro do campo da economia somente, tal como se via fortemente nas obras anteriores, além de reforçar sua crítica aos resultados da industrialização planejada na década de 1960, mantendo a dinamicidade do seu diagnóstico.

2.3. Breves considerações conclusivas sobre o período 1959-1964: a continuação da esperança desenvolvimentista com os desafios crescentes e a “fantasia desfeita”

A partir do que foi exposto sobre o período 1959-1964, podemos constatar que o diagnóstico de Furtado sobre o subdesenvolvimento é dinâmico, pois os fatos levam a uma reelaboração permanente sobre as características desse fenômeno. Vale aqui acrescentar que esse período de reflexão e atuação de Furtado se caracteriza como o de um intenso debate sobre o desenvolvimento brasileiro e a construção da nação, dentro do ciclo ideológico do desenvolvimentismo iniciado em

1930, como Bielschowsky (2000) afirma. Dentro desse debate, cabe destacar que os intelectuais do ISEB, instituição a qual Furtado mantinha um diálogo próximo, também fizeram esforço semelhante, ao refletirem sobre a realidade brasileira e proporem alternativas para a superação do subdesenvolvimento⁴¹.

Furtado, a partir do modelo socialdemocrata europeu e fortemente inspirado em Mannheim, propõe o planejamento democrático como caminho para a superação da nossa situação subordinada, dentro da ideia da *intelligentsia* que se insere no Estado para planejar o desenvolvimento e que não se imiscui nas disputas político-partidárias, pois se encontra acima delas. Contraditoriamente, tanto Mannheim quanto Furtado defendem o controle democrático do planejamento, mas não deixam claro sobre o início desse processo pela *intelligentsia*. Também contraditoriamente, visto de maneira clara na SUDENE, o técnico Furtado teve que fazer muita política para ter uma mínima liberdade de atuação técnica.

Observamos, portanto, que a atuação de Furtado o levou a construir uma reflexão de caráter cada vez mais interdisciplinar, dada a clara interligação e impossível separação dos problemas econômicos dos problemas políticos e sociais.

Após o golpe civil-militar de 1964, Furtado é cassado e parte para o exílio, onde continua suas reflexões sobre o subdesenvolvimento, mantendo sempre o caminho dinâmico do pensar esse fenômeno e as propostas de sua superação para que a construção da nação Brasil continue, dentro de um caminho que o leva à radicalização da interdisciplinaridade.

Considerações Finais: Desdobramentos da Atuação e da Reflexão de Furtado

A partir do que analisamos neste artigo, podemos afirmar que Furtado mantém a esperança desenvolvimentista, mas percebe com cada vez mais clareza que o processo de industrialização se caracteriza como o de uma evolução truncada, tal como Oliveira (2003) afirma, pois para poder se alcançar um desenvolvimento econômico e social que seja inclusivo economicamente e democrático efetivamente, há a necessidade de mudanças estruturais profundas, tal como ele coloca nas suas reflexões e propostas de atuação a partir do que vive na SUDENE e no Ministério do Planejamento. Ou seja, não basta industrializar, pois não haverá, como decorrência automática, distribuição de renda e desenvolvimento regional equânime, acesso à educação e saúde de qualidade e acesso à terra.

No mais, tendo em vista a grande ruptura do golpe, Furtado, a partir do exílio, e mantendo a

41. Para mais detalhes sobre a atuação dos intelectuais do ISEB, ver Toledo (1997).

dinamicidade de seu diagnóstico do subdesenvolvimento, amplia sua análise, passando a incluir o papel da hegemonia dos EUA nesse processo e trabalhando em uma perspectiva cada vez mais interdisciplinar.

No período 1964-1968, Furtado elabora um diagnóstico estagnacionista da economia brasileira que, segundo ele, seria duradouro⁴², o que de fato não ocorreu, tendo em vista o “milagre” econômico brasileiro, o que o faz, mantendo a dinamicidade de seu diagnóstico do subdesenvolvimento, a denunciar seu caráter excludente, dependente e concentrador de renda⁴³. Sua visão de dependência se aproxima daquela defendida pela Teoria Marxista da Dependência (TMD)⁴⁴, mas em um caminho próprio, ao chamar a atenção para a dependência cultural. Não defende o caminho proposto por Cardoso e Faletto ([1970] 1984)⁴⁵, o de um desenvolvimento dependente e associado, mas sim, um caminho alternativo, criativo e articulado com os demais países periféricos, na construção de um novo paradigma de desenvolvimento, como podemos observar em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978).

Após o período de exílio, Furtado passa a atuar em prol da redemocratização, criticando os rumos da política econômica brasileira do início dos anos 1980⁴⁶. No governo Sarney atua primeiramente como embaixador do Brasil na Comunidade Econômica Europeia e depois como ministro da Cultura.

Entre 1990 e 2004 (ano de seu falecimento), as reflexões de Furtado criticam a adesão do Brasil ao neoliberalismo e à globalização de maneira subordinada, além de propor agendas de pesquisa para as novas gerações, sempre com a esperança na construção da nação Brasil que, segundo ele, ainda vive um “longo amanhecer”⁴⁷.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, V. L.; MATTOS, F. A. M. (orgs.). 2021. *A economia brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações*. São Paulo: Hucitec.
- ARENDETT, H. 1917, (1951). *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso.
- BASTOS, P. P. Z. 2011. Qual era o projeto econômico varguista? *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 345-382, abr./jun.

42. Para mais detalhes, ver Furtado (1966, 1968, 1968a).

43. Para mais detalhes, ver Furtado ([1982] 1972).

44. Para mais detalhes, ver Dos Santos (2000).

45. Membros da Teoria Weberiana da Dependência (TWD).

46. Para mais detalhes, ver Furtado (1981, 1982, 1983).

47. Ver Furtado (1992, 1998, 1999, 2002).

- BIELSCHOWSKY, R. 2000. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. 1984, (1970). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- DOS SANTOS, T. 2000. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DOSMAN, EJ. 2011. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado.
- FONSECA, P. C. D. 2004. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 587-622, jul./set.
- _____. 2010. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo Governo Vargas e a economia brasileira. *Tempo*, Niterói, EDUFF, v. 14, n. 28, p. 19-58, jan./jun.
- FURTADO, C. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec, ABPHE, 2001 (Tese de Doutorado, 1948).
- _____. Características gerais da economia brasileira. 1950. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, ano 4, nº 1, p. 7-36.
- _____. 2007. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. *Memórias do Desenvolvimento*. Ano 1, nº 1, jun. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Públicas para o Desenvolvimento, p. 193-229 (publicado pela primeira vez na Revista Brasileira de Economia, nº 3, ano 6, setembro de 1952).
- _____. C. 1953. A programação do desenvolvimento econômico II. *Revista do Conselho Nacional de Economia*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 19-20, novembro-dezembro, p. 11-15.
- _____. 1954. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A Noite.
- _____. 1954a. A técnica do planejamento econômico. *Revista de Ciências Econômicas da Ordem dos Economistas de São Paulo*, ano XI, 70, p. 3-13.
- _____. 1956. *Uma economia dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- _____. 1956a. Setor privado e poupança. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, v. II, 2, abril-junho, p. 100-102.
- _____. 1958. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB.
- _____. 1958a. Fundamentos da programação econômica. *Econômica Brasileira*. Rio de Janeiro, v. IV, 1-2, janeiro-junh, p. 39-44.

- _____. 2007, (1959). *Formação econômica do Brasil*. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 1961. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- _____. 1962. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- _____. 1964. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- _____. 1966. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1968. *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga.
- _____. 1968a. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. In: FURTADO, C. (org.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 1-23.
- _____. 1972. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1974. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1978. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1981. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1982. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1983. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1985. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1989. *A fantasia desfêta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1997. Aventuras de um economista brasileiro. In: *Celso Furtado: obra autobiográfica* (vol. 2). São Paulo: Paz e Terra.
- _____. 1992. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1998. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. 1999. *O longo amanhecer*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. 2002. *Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra.
- GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. 1959. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.
- HOBBSAWM, E. 1995. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KEYNES, J. M. 2007, (1936). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas.
- KOHN, H. 1963. *A era do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- MALLORQUIN, C. 2005. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto.

- MALTA, M., CURTY, C. 2022. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. In: MALTA, M., LEÓN, J., CURTY, C., BORJA, B. (orgs.). *Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução*. Rio de Janeiro: Mórula.
- MANNHEIM, K. 1986, (1936). *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. 1962, (1940). *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. 1972, (1951). *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou.
- _____. 2013, (1955). O problema da “intelligentsia”: um estudo de seu papel no passado e no presente. In: MANNHEIM, K. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva.
- MANTEGA, G. 1984. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes.
- MARX, K. 2011, (1857-1859). *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo.
- _____. 2008, (1859). *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. 1987, (1906-1910). O capital. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MATOSSIAN, M. 2000, (1958). Ideologies of delayed industrialization: some tensions and ambiguities. In: HUTCHINSON, J. & SMITH, A. D. (organizadores). *Nationalism: critical concepts in political science*. Londres e Nova York: Routledge.
- MYRDAL, G. 1972, (1956). *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Saga.
- NURKSE, R. 1951. Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, FGV, v. 5, n.4, p. 11-190 [republicado em Memórias do Desenvolvimento (ano 1, nº 1, junho de 2007, p. 17-192)].
- _____. 1957. *Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OLIVEIRA, F. de. 2003. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL 1963-65. 2011, (1962). In: FURTADO, R F. d’A. *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado.
- POLANYI, K. 2021, (1944). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- PREBISCH, R. 1949. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Estudio Económico de la América Latina 1948*. Santiago do Chile: CEPAL.

- ROSTOW, W. W. 1964. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SINGER, H. 1950. Comércio e Investimentos em Áreas Subdesenvolvidas. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, ano 4, nº 1, p. 81-101, mar..
- TOLEDO, C. N. 1997. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- VIEIRA, W. 2010. *A construção da nação no pensamento de Celso Furtado*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. 2022. O “projeto” de manifesto das forças progressistas: expressão do pensamento político de Celso Furtado. In: *13º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*, 2022, Goiânia (Universidade Federal de Goiás – UFG). Anais Eletrônicos do 13º Encontro da ABCP. Goiânia, p. 1-22.

UM SÉCULO DE MARXISMO TEÓRICO NO BRASIL:

um debate sobre revolução

Carla Curty⁰¹

Maria Malta⁰²

Jaime León⁰³

Há pouco mais de 100 anos o pensamento marxista encontrou, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), um espaço de organização e difusão da obra teórica de Marx e dos marxistas no Brasil. É fato, como nos informa Leandro Konder em seu texto de 1984 “O marxismo na Batalha das Ideias”, que o pensamento de Marx propriamente dito demorou um pouco mais para ganhar o espaço de maior relevância nas formulações teóricas sobre o Brasil. Isto não quer dizer, porém, que diversos intelectuais brasileiros significativos no final do século 19 já não fizessem referência ao pensamento do autor alemão. Tanto na esquerda como na direita era possível encontrar referências positivas ou críticas ao pensamento de Marx. Ainda assim, é importante destacar que o papel do marxismo estava fundamentalmente associado aos movimentos sociais dos trabalhadores, especialmente estrangeiros, nas organizações da classe no Brasil, organizações estas muitas vezes consideradas incômodas, agitativas ou ilegais, como a imprensa dominante vai sistematicamente caracterizá-las.

A conexão entre a teoria e a prática no marxismo não é um detalhe menor. O conceito de práxis, que articula dialeticamente ambas as dimensões, incorporando a dimensão histórica como eixo dinamizador e organizador do pensamento e da ação, é essencial para os trabalhos de cariz

01. Professora Adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), pesquisadora do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA – IE/UFRJ-UFRRJ) e do Coletivo Marxista da Rural (MAR –UFRRJ) e membro do Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro (GT-HPEB) da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política).

02. Coordenadora do Lema (IE/UFRJ-UFRRJ), Professora Associada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), coordenadora do Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro (GT-HPEB) da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política).

03. Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA – IE/UFRJ-UFRRJ), membro do Grupo de Trabalho de História do Pensamento Econômico Brasileiro (GT-HPEB) da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política).

marxista. É exatamente por este motivo que vemos no campo dos intérpretes do Brasil um recorte que nos interessa para apontar os desenvolvimentos teóricos do marxismo no Brasil.

Considera-se aqui que um(a) intérprete do Brasil é um(a) autor(a) que tem consigo uma missão intelectual, pois busca, por meio da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do país a fim de propor mudanças para o seu futuro, um projeto político de transformação do país. Ou seja, um(a) intérprete do Brasil é, em essência, um(a) intelectual orgânico(a). Em nossa concepção as interpretações do Brasil se apresentam como um primeiro pensamento propriamente brasileiro autônomo em relação às teorias dos principais centros mundiais, abrindo caminho para um tipo de análise específica que dará destaque, ainda que de formas diferentes, à estrutura produtiva para tentar compreender o Brasil e sua formação. Deste ponto de vista, nas *interpretações do Brasil* é possível identificar duas questões muito afeitas ao pensamento marxista: a questão da formação do Brasil, estabelecendo o eixo histórico-econômico de seus trabalhos e a questão da revolução brasileira, orientando o eixo político. Isto significa que se preocupavam com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo, que se contraporia à origem colonial do Brasil, marcada por diversos tipos de domínio como o cultural, o político e o econômico. Geralmente as obras dos intérpretes do Brasil tratam dos três momentos históricos, *o presente, o passado e o futuro*, isto é, começam com um grande balanço histórico – foco no passado –, analisam como os elementos deste processo de formação contribuíram para a construção do Brasil em que vivem – o presente – e fecham com um programa político sobre como superar os problemas do país – futuro.

Desta maneira, encontramos entre os intérpretes do Brasil autores significativos que vão demonstrar simpatia e em alguns momentos até mesmo a aproximação com o pensamento marxista antes mesmo de ocorrer a fundação do Partido Comunista Brasileiro. É ainda neste campo que encontramos muitas das principais formulações teóricas e interpretações históricas que tomam o marxismo como inspiração e, em muitos casos, procuram superar os limites territoriais do pensamento desta vertente que vem do exterior e adaptá-la à realidade brasileira. Nesta pegada encontramos autores como Octávio Brandão, Lívio Xavier, Mario Pedrosa, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Ignacio Rangel, Jacob Gorender e Carlos Nelson Coutinho.

O destaque especial a estes nomes tem uma dupla razão de ser: sua expressividade na busca de desenvolvimentos teóricos com base no marxismo e sua preocupação permanente em tornar

sua reflexão relevante para dar conta das questões do Brasil. Além disso, tais autores são muito importantes nas controvérsias que consideramos a principal marca do pensamento marxista no Brasil: as controvérsias sobre o modo de produção brasileiro (ou sua formação econômico social) e sobre a revolução brasileira.

Estes não são os únicos autores marxistas na história do pensamento social brasileiro que formularam análises que podem ser referidas como interpretações do Brasil, e tão pouco são os únicos autores no campo da esquerda e ligados às tradições partidárias da esquerda brasileira que devem ter espaço na história do pensamento social brasileiro. Mas são os que compõem centralmente as duas controvérsias supracitadas, as controvérsias sobre o modo de produção brasileiro (ou sua formação econômico social) e sobre a revolução brasileira.

As controvérsias teóricas sempre se inserem em um momento histórico, buscando responder questões postas pela realidade concreta, elemento que ganha maior expressão em períodos marcados por disjuntivas históricas e suas intensas transformações. O período em que a controvérsia sobre os modos de produção no Brasil se estabelece, se desdobra por algumas décadas do século 20, entre os anos 1920 e 1970. Ou seja, um período de significativas transformações na história econômica, política e social brasileira. Este período revela-se bastante instigador, marcado pelo processo de modernização da sociedade brasileira, que gerou profundas transformações e rupturas estruturais e superestruturais na formação social brasileira. A controvérsia se articula diretamente aos movimentos históricos e suas inflexões durante este período já bastante influenciado pelo fim da escravização e pela Revolução russa. Neste grande arco histórico podemos destacar como o movimento modernista, o processo de industrialização, as mudanças na estrutura econômica, transformações sociais e políticas repercutiram, muitas vezes na forma de golpe, como nos governos autoritários do Estado Novo de Vargas (1937-1945) e da ditadura empresarial militar (1964-1985), por exemplo. Neste longo período o Brasil passou por muitas transformações e turbulências, em praticamente todas as esferas da sociedade e o tema da revolução perpassou as organizações de esquerda, tornando práxis tal reflexão teórica, no sentido de identificar as táticas e estratégias revolucionárias possíveis no país.

Os anos 1930 são o período que marca a transição histórica do Brasil, de país agrário-exportador para urbano-industrial, isto é, período que marca o início de compromisso com um

projeto de industrialização do Brasil, caracterizado pela tentativa de ruptura com as estruturas coloniais/portuguesas e suas características. Este contexto de transformações e “modernização” se estende pelas décadas seguintes, sendo possível caracterizar as décadas de 1940 a 1970 pelo movimento de consolidação do processo de industrialização (periférica e dependente) e urbanização que já vinha ocorrendo lentamente desde o início do século 19, gerando inúmeras contradições e acirramentos políticos, econômicos e sociais.

O contexto de crescente polarização política no âmbito mundial também se revela um determinante importante, com a existência de diversos movimentos voltados para a questão da revolução nacional no âmbito dos países latino-americanos. E, como não poderia deixar de ser fortemente destacado, a brutal ofensiva conservadora que assolou a região, levando à instalação de golpes e ditaduras empresarial-militares em alguns países da região, a começar pelo Brasil em 1964. Estas disjuntivas históricas resultaram em contradições e acirramentos políticos, econômicos e sociais, levando ao questionamento sobre os caminhos do país, destacadamente, o debate central das controvérsias que se pretende apresentar aqui.

Neste contexto, também se destacam, no âmbito das ideias, o fortalecimento dos debates sobre o nacional-desenvolvimentismo, do projeto democrático nacional, das questões do processo de transformação estrutural da sociedade brasileira e dos possíveis rumos do país.

A controvérsia, sobre os modos de produção no Brasil se articula em torno da análise do processo histórico brasileiro, versando sobre as questões da estrutura da produção social da vida nesta nação que aqui se forma, assim como em torno da caracterização da forma dominante de trabalho e da propriedade sobre a terra que se estabelece no período analisado. A controvérsia tem dois movimentos, um localizado entre os anos 1930 e os anos 1960, período no qual o debate em torno das formulações de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré ganha contornos de debate mais direto e estabelecem as bases para os desdobramentos da controvérsia nos anos 1970, quando novas formulações são apresentadas, como a do escravismo colonial de Jacob Gorender. A formulação de Ignácio Rangel começa a ser apresentada nos anos 1950, dialogando marginalmente com as formulações de Prado Junior e Werneck Sodré, e seguirá sendo objeto de estudo e aperfeiçoamento por parte do autor, tendo sua versão final apresentada em 1981.

A controvérsia dos modos de produção está intimamente conectada à controvérsia da revolução brasileira, já que o diagnóstico sobre qual a estrutura do modo de produção da sociedade brasileira direciona o entendimento do que é necessário romper e transformar na sociedade brasileira, o que contribui, junto com as questões próprias da conjuntura na qual a análise está sendo formulada, para o diagnóstico em torno de qual caráter a revolução brasileira deve ter. A controvérsia da revolução brasileira também perpassa algumas décadas do século XX, na real, a controvérsia é um permanente e persistente debate nas esquerdas revolucionárias brasileiras. No movimento que analisaremos neste texto, a controvérsia se desenvolve desde os debates nos anos 1920 e 1930 entre Octávio Brandão, Lívio Xavier e Mario Pedrosa, passando pelos debates dos anos 1940 e 1960 entre Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior e desdobrando-se nas contribuições de Jacob Gorender (ao longo dos anos 1970), Ignácio Rangel (da década de 1950 até o fim de sua vida) e nos debates em torno do processo de redemocratização nos anos 1980 nas contribuições de Carlos Nelson Coutinho e Florestan Fernandes.

Convidamos então os leitores a mergulhar nestas controvérsias a fim de encontrar um caminho de articulação entre o político, o econômico, o social e o histórico no desenvolvimento do pensamento marxista no Brasil por meio de autores brasileiros, percorrendo o “breve século 20”, ou a era dos extremos, conforme propôs Eric Hobsbawm (1995).

1. As primeiras imagens marxistas do Brasil: Octávio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier

As primeiras tentativas organizadas de produzir textos de interpretação do Brasil podem ser encontradas na pena do alagoano Octávio Brandão (1896-1980). Seu livro *Agrarismo e Industrialismo* de 1926 carrega ao mesmo tempo, como afirma Pinheiro (2022), características de um ensaio de interpretação histórica e um panfleto de agitação política e talvez por isso tenha sido tão criticado.

Poucos pouparam o método marxista-leninista empregado por Brandão. Segundo Pinheiro (2022) “Aristides Lobo, ao comentar *Agrarismo e Industrialismo* no jornal da Liga Comunista Brasileira (LCB), considera que a obra teria sido “a tentativa mais séria, mais meticulosa e mesmo mais heroica” (Lobo [1931] 2015, p. 75) de tratar da situação brasileira até então, mas, ao mesmo tempo “a mais antimarxista e desastrosa [...] um bazar de monstruosidades teóricas” (Lobo [1931] 2015, p. 76)”. Leandro Konder (1983) coloca este autor entre um dos responsáveis pela “morte da

dialética” que dá título ao seu livro sobre a recepção do pensamento marxista no Brasil até 1930. Na visão de Konder, Brandão compreende a dialética de Marx como o emprego da tríade tese-antítese-síntese para a explicação do desenvolvimento histórico, o que limitava muito sua possibilidade de uso filosófico e do movimento de suas contradições.

A violência com que seu trabalho fora criticado tem, no entanto, um pouco de anacronismo, na medida em que colocam nas sombras as condições estabelecidas para a sua reflexão, em um momento em que havia muito pouca bibliografia disponível em português dos trabalhos de Marx, Engels ou de marxistas. Porém, defendemos que, consideradas as limitações citadas, a proximidade do autor com a luta política o tornou capaz de analisar a realidade brasileira da perspectiva da classe trabalhadora e retratá-la de forma útil para a compreensão da sua conjuntura e da história.

O primeiro livro de síntese de sua interpretação do Brasil, traz uma perspectiva de embate entre, de um lado, as forças conservadoras, associadas ao imperialismo britânico, e, de outro, as forças progressistas associadas ao imperialismo americano. Desta forma divide a sociedade brasileira em dois blocos políticos. De um lado, o agrarismo conservador e, de outro, um bloco encabeçado pela burguesia industrial, pequena-burguesia, proletariado e trabalhadores rurais que compunham o industrialismo progressista. Na dinâmica de sua explicação a ordem agrária se desagregaria a partir do movimento insurrecional tenentista e da radicalização política da pequena-burguesia, dada a desorganização e debilidade econômica e política da burguesia industrial. Com esta perspectiva, Brandão receitava aos trabalhadores que “apesar das debilidades organizativas, o proletariado deveria tomar partido nas revoltas pequeno-burguesas em curso, tanto na segunda revolta tenentista (nos anos de redação do livro, ainda em aberto), quanto na organização de uma terceira revolta, caso esta porventura viesse a ocorrer” (Pinheiro, 2022).

Neste sentido, Brandão delineia os contornos da análise da revolução no Brasil. Seu caráter seria democrático-burguês antifeudal e anti-imperialista, já que via a burguesia industrial como componente do bloco cuja radicalização política da pequena-burguesia seria a impulsionadora do movimento revolucionário. O papel do proletariado seria aderir ao processo pautando-o com elementos que o trouxessem para o campo socialista, conforme ocorrera no seio da revolução bolchevique. Desta forma, Brandão espera encontrar no Brasil a possibilidade de, iniciado um processo de revolução democrática pequeno-burguesa, que este se desenvolvesse, como na Rússia, em uma revolução socialista.

Apesar de longamente acusado de ser um aplicador das visões da 3ª internacional do Brasil três anos depois da publicação de *Agrarismo e Industrialismo*, foi por meio da intervenção no Brasil do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista, que Brandão e outros integrantes da Comissão Central Executiva (CCE), como Astrojildo Pereira, foram afastados após o 3º Congresso do PCB em 1928/1929, acusados de menchevismo.

“Com o afastamento, Brandão seria apagado da história e da memória do partido. Suas formulações sobre a particularidade da realidade nacional seriam ignoradas, divorciando-a da análise dos comunistas.” (Pinheiro, 2022, p. 165). Depois do afastamento, o exílio parece ter sido sua última morada, primeiro na URSS e depois dentro do próprio Brasil. O autor se afastou definitivamente do PCB em 1957 e faleceu em 1980.

Havia, porém, divergências efetivamente radicais no Partido. Nos anos 1930 Lívio Xavier e Mario Pedrosa vão formar a primeira dissidência do PCB: o Grupo Comunista Lenin (GCL). Uma importante contribuição deste grupamento foi a difusão do marxismo no Brasil, com a tradução de diversas obras para a publicação pela Editora Unitas. As principais divergências deste grupo em relação ao PCB se relacionavam com a estratégia política para a revolução brasileira; a questão sindical e a necessidade de sindicatos submetidos à política partidária e a necessidade de um partido classista ser formado apenas por membros da classe trabalhadora, associada a uma recusa crescente à presença de intelectuais no partido.

Xavier e Pedrosa estudaram direito juntos na Universidade do Brasil e tiveram seu primeiro contato com o Marxismo por meio do seu professor Eduardo de Castro Rebello. Muito frequentemente são tratados como uma dupla na formulação de uma única interpretação do Brasil pelo fato de serem tão contemporâneos e com experiências intelectuais e políticas praticamente idênticas, mas principalmente, conforme nos informa Pinheiro (2022), por terem sido designados pelo GCL como responsáveis pela tarefa de formular uma interpretação da realidade brasileira que norteasse a prática política do Grupo.

No cumprimento dessa tarefa os autores nordestinos redigiram *Esboço para uma análise da situação econômica e social brasileira* ([1931] 2015). O texto circulou pouco, porém segundo Abramo (2015), o esboço “constituiu, durante boa parte dos anos 1930, base para a direção internacional do movimento trotskista em suas discussões sobre o Brasil” (Abramo, 2015, p. 14).

A despeito de apenas quinze páginas, o *Esboço* revela grande precisão teórica no tratamento da formação social brasileira e o domínio de *O Capital*, possível apenas para leitores de alemão, inglês ou francês naquele período, já que o texto não havia sido publicado em português. O ponto de partida do *Esboço* são os capítulos sobre a acumulação primitiva de capital e a teoria da colonização da obra magna de Marx, construindo a percepção de que o capitalismo foi exportado das metrópoles para o Novo Mundo. Neste processo de transplantação, a estrutura territorial das colônias, com ampla disponibilidade de terras, implicou uma transição formal na qual as terras foram convertidas em meio individual privado de produção. O Brasil colonial seria uma vasta exploração agrícola, caracterizada pela presença do latifúndio, do trabalho escravo, e da produção dirigida pelos senhores da terra para atender fundamentalmente o mercado externo e uma pequena presença da burguesia urbana e uma parcela de trabalhadores livres, tanto nas cidades como nos campos. Deste tipo de relação concluem que a produção agrícola colonial já era voltada para o mercado mundial e as raízes da burguesia seriam agrárias, antiliberais e autoritárias a fim de garantir os interesses deste mercado.

Os autores consideram que a transição para o capitalismo se inicia com a produção de café em sua facção paulista, cuja burguesia derivada imporia a forma política republicana às diversas oligarquias locais. Tal imposição objetivava “operar, sem choques muito graves, o desenvolvimento capitalista nas antigas províncias unidas por liames puramente políticos, mas em compensação, separadas por uma diversidade quase sem igual de possibilidades econômicas” (Pedrosa & Xavier, [1931] 2015, pp. 65-66). A centralização política seria um pré-requisito e um estímulo para o desenvolvimento da cultura cafeeira, um desenvolvimento tipicamente capitalista.

O desenvolvimento do comércio, do sistema de dívida hipotecária e de crédito, consolida uma base capitalista nacional. O problema da força de trabalho assalariada resolvido pelas classes dominantes por meio da imigração em massa, financiada largamente por políticas estatais, de trabalhadores europeus. Os elementos básicos do capitalismo estavam postos, bem como suas características dependentes.

O florescimento da cultura cafeeira promoveu o desenvolvimento desigual das diferentes regiões, tornando a forma política federativa cada vez menos realizável. Isto também aprofundou as relações do Brasil com o imperialismo, integrando-o cada vez mais à economia mundial.

As novidades trazidas pela primeira guerra mundial, do ponto de vista da quebra do mercado europeu, obrigariam uma mudança na política produtiva da burguesia. Esta classe transitaria do apoio à manutenção do monopólio da produção cafeeira no mercado mundial para o debate da necessidade de criação de mercados internos para absorver o surto industrial em nascimento. “Para o desenvolvimento dos mercados internos todos os meios são bons e um governo forte centralizado é condição essencial” (Pedrosa & Xavier, [1931] 2015, p. 68). Os autores chegam à conclusão de que era preciso um Estado cada vez mais forte e centralizado, para a viabilização do mercado interno.

As observações dos impactos políticos e econômicos destes movimentos levaram Xavier e Pedrosa a uma reflexão que, como veremos, será retomada por Florestan Fernandes. Avaliam que a burguesia brasileira já nasceu pressionada entre as contradições externas e internas do desenvolvimento capitalista, se tornando conservadora, reacionária e com ideais democráticos corrompidos. Esta burguesia não seria nem mesmo capaz de se comprometer com o limitado progressismo das instituições burguesas liberais. Não há qualquer comprometimento por parte da burguesia com a construção de uma superestrutura política liberal e progressista. Na perspectiva de Pedrosa e Xavier a burguesia brasileira “só começa a adquirir consciência de classe com o pavor da revolução social” (Pedrosa & Xavier, [1931] 2015, p. 72), já que esta não é forjada na luta contra classes dominantes reacionárias, e sim na luta contra as classes dominadas.

Esta caracterização da formação social e econômica do Brasil leva os autores a uma percepção da revolução brasileira divergente daquela proposta pelo PCB. Observaram que o processo de formação da burguesia brasileira, com raízes profundas nas grandes *plantations*, a levava a uma impossibilidade política de composição com um bloco anti-agrarista. Deste modo, a revolução brasileira já seria obrigatoriamente anti-imperialista e anticapitalista, tendo como horizonte o socialismo e como tarefa organizativa não apenas a criação de um partido autônomo para o proletariado, mas uma frente de luta onde não caberia elementos da burguesia.

2. O sentido capitalista da colonização a partir da formulação de Caio Prado Junior

Caio Prado Junior é identificado por vários autores como o autor que elaborou a “primeira interpretação marxista” do Brasil. É também o intérprete do Brasil inserido nas controvérsias dos modos de produção e da revolução brasileira cujas análises são mais conhecidas e difundidas. A visão dominante em história do Brasil tem como noção a ideia da colonização brasileira inserida no

processo de expansão marítima europeia e a noção, associada à anterior, de que não houve passado feudal no país, ideias inicialmente apresentadas por Caio Prado Junior. No entanto, na época em que apresentou suas formulações, esta não era a visão consensual, em especial, dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde militava.

Isto não quer dizer que Caio Prado Júnior tenha sido o primeiro a tentar explicar os traços gerais do desenvolvimento brasileiro empregando o referencial teórico marxista. Octávio Brandão, em 1926, publicara *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. É defendido hegemonicamente na historiografia do pensamento que Caio Prado consegue realizar pioneiramente uma bem-sucedida fundição da teoria marxista e do estudo da realidade nacional, feito que realiza em sua primeira obra, *Evolução Política do Brasil* ([1933] 1961), ou nas palavras de Ricupero (2009, p.30) Caio Prado Junior faz uma “nacionalização do marxismo”, isto é, um movimento de adaptação das teorias centrais às especificidades da realidade brasileira, de maneira a compreender as particularidades sócio históricas nacionais. Independentemente do debate em torno do pioneirismo ou não desta obra de Caio Prado, já nesta obra pode-se encontrar elementos da análise de Caio Prado Junior como identificando que no Brasil o modo de produção vigente desde o início do processo colonial era o capitalismo.

Com *Evolução Política do Brasil* ([1933] 1961), Caio Prado Junior é o primeiro autor marxista a indicar uma ruptura com a corrente de interpretação oficial existente no PCB e com a visão até então dominante na historiografia brasileira da existência de feudalismo – ou de resquícios feudais nas versões mais abrandadas – na economia brasileira. Ele afirma o caráter capitalista da colonização brasileira e nega a existência de qualquer resquício de uma referência feudal na experiência histórica brasileira.

Caio Prado Junior em *Evolução Política do Brasil* ([1933] 1961) identifica o processo de colonização portuguesa nos marcos da expansão marítima europeia, motivada pela busca do lucro de sua burguesia comercial. Assim, gesta-se no Brasil a produção agrícola em larga escala de gêneros tropicais em grandes latifúndios, que não possuem características próximas à estrutura fundiária feudal. Esta produção é realizada com regime de trabalho escravo e o sentido da produção é voltado para as demandas externas, configurando a grande exploração, deste modo, as relações sociais de produção se estabelecem a partir de duas classes, os escravos e os grandes proprietários. A esta estrutura econômica se articula uma superestrutura específica, com questões geradas por

conta desta configuração. “Para uma economia colonial pouco diversificada, aponta-se uma baixa estratificação social, e assim uma superestrutura política incipiente.” (Borja, 2013, p. 69).

Os argumentos apresentados em *Evolução Política do Brasil* ([1933] 1961) são aprimorados em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* ([1942] 2011), com o desenvolvimento da categoria *sentido da colonização* que define da seguinte maneira:

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. (...) Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela de humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada do caso. É somente aí que ele encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la a parte. Vista deste ângulo geral e amplo, a evolução de um povo se torna explicável. Os pormenores e incidentes mais ou menos complexos, que constituem a trama de sua história e que ameaçam por vezes nublá-la, que verdadeiramente forma a linha mestra que a define, passam para o segundo plano; e só então nos é dado alcançar o sentido daquela evolução, compreendê-la, explicá-la. (Prado Junior, [1942] 2011, p. 15-16)

Caio Prado Junior nesta obra realiza um esforço de compreender o processo histórico brasileiro a partir desta categoria. Todos os elementos significativos na história da colônia brasileira estavam articulados ao processo de colonização e ao sentido da colonização, assim como os processos históricos após o período colonial poderiam ser compreendidos de maneira mais eficiente se a estrutura econômica e os elementos da superestrutura brasileira fossem analisados a partir dos elementos do sentido da colonização.

Caio Prado vê o Brasil Colônia como formado no contexto da expansão ultramarina europeia, sendo uma colônia de exploração. Tais colônias teriam como característica a produção de bens de alto valor no mercado externo, organização produtiva em grandes unidades (grandes propriedades) e utilização preponderante de trabalho escravo. O sentido da colonização brasileira seria produção em larga escala de gêneros tropicais para o mercado mundial, como apresentado em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942).

Ao pensar a história econômica do Brasil a partir da ideia de sentido da colonização, Caio Prado deixa explícito que em sua concepção, foi constituída uma colônia portuguesa na América não para formar uma nova nação, mas sim para atender aos interesses comerciais de Portugal (conforme

as políticas mercantilistas do Antigo Regime), fato que leva ao entendimento da persistência do atraso brasileiro na estrutura agrária e da reprodução da exclusão e da subordinação na sociedade brasileira, mesmo em um contexto de industrialização. O sistema colonial é compreendido assim articulado com a universalidade do capitalismo que então era nascente na Europa, deste modo, a colonização “é parte de um todo, incompleto sem a visão do todo. E o todo é a expansão comercial europeia a partir dos descobrimentos e a acumulação primitiva de capital que se inicia na Europa a partir do desmonte do feudalismo” (Manzano, 2011, p. 16). A colônia é, portanto, um desdobramento da economia mercantil europeia. A produção na colônia se realiza a partir de relações sociais de produção com base na força de trabalho escrava, organizada em uma grande propriedade latifundiária monocultora, isto é, a produção unitária e não parcelada de base familiar de um único produto voltado para o mercado externo, realizada na forma de grande exploração. Nas colônias de exploração não se forjaram sociedades em que se emulasse a europeia, mas um novo tipo de sociedade organizado a partir dos interesses em explorar as possibilidades de produção e extração de produtos – gêneros tropicais ou metais preciosos – visando sua rentabilidade mercantil, forjando assim, a grande exploração rural.

Nas palavras de Prado Jr. ([1942] 2011, p. 19-20):

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. É este último o capítulo que mais nos interessa aqui; mas não será, em sua essência, diferente dos outros. É sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias em que se achavam. (...)

Tudo isso lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que interessa

Esta estrutura econômica que se organiza nas colônias de exploração terá consequências significativas sobre a formação de uma nação no Brasil, pois como se organizava a partir do objetivo externo, a colônia não possuía espaço econômico para a produção dos bens que atendessem às necessidades da população local. A classe dominante da colônia, que a ocupa com motivações apenas mercantis, não atuava no sentido de criar nação aqui, enxergando o Brasil apenas como o espaço de estabelecimento de um empreendimento rentável.

É a partir desta avaliação da realidade histórica brasileira que Caio Prado propõe que as colônias de exploração se reduziam a uma “vasta empresa comercial”, com ausência quase total de superestrutura: a escravidão estava baseada em relações de força. Os principais trabalhadores da colônia não eram nem mesmo considerados cidadãos. Esta característica determina que à massa de produtores da riqueza não era dado qualquer acesso aos meios de vida de forma autônoma, e muito menos acesso à política.

Assim, a vida orgânica da colônia era ligada à grande exploração que produzia os bens demandados pelo mercado externo e a estrutura social colonial refletia esta divisão do setor orgânico da colônia: senhores rurais e escravos. Como as necessidades da população eram ignoradas para este fim, o consumo desta população era atendido pelo setor inorgânico. O setor inorgânico era aquele que não pertencia à grande exploração e a ela tinha papel secundário na organização da economia do país. A estrutura social colonial refletia a divisão do setor orgânico da colônia: senhores rurais e escravos. Porém, com o tempo, vai aumentando o número daqueles cuja situação social é pantanosa, os “desclassificados” (Prado Junior, 1942 [2011], p. 299). É neste grupo social crescente que Caio Prado deposita suas esperanças de transformação da sociedade brasileira, este seria o grupo social que apontaria para a orientação que a nação brasileira deveria seguir no futuro. Esta questão da nação em Caio Prado é um item a ser desenvolvido em outros espaços, o que é relevante aqui é que o movimento da transformação do Estado Nacional viria da contradição fundamental presente no Brasil de seu tempo: um desacordo entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada. Era a contradição entre a estrutura econômica e a organização político-jurídica copiada dos Estados liberais do centro capitalista.

História Econômica do Brasil ([1945] 1970) pode ser considerado um livro que consolida a imagem do Brasil elaborada pelo autor, no qual expõe pela primeira vez de forma completa o movimento que levou da situação colonial à década de 1930, apresentando “pela primeira vez uma síntese interpretativa sobre a situação de dependência da economia brasileira frente ao mercado e às finanças internacionais” (Borja, 2013, p. 76). No movimento de realizar um estudo detalhado das condições de gênese do presente do país, Caio Prado faz, na verdade, um estudo sobre a forma como foram produzidas e se reproduzem as relações de dependência que caracterizam o Brasil. Nesse livro, o autor analisa pela primeira vez o processo de industrialização no Brasil que começa a se verificar no início do século XX, ressaltando a sua fragilidade, fundamentalmente devido à

incipiência do mercado interno, com possibilidade de reversão colonial. Ou seja, devido a tais características, nossa economia é dependente e apresenta um mercado interno pouco desenvolvido, o que limita o processo de industrialização no Brasil. Assim, a possibilidade de superar a situação colonial passa pela questão da formação de uma nação autônoma e de desenvolvimento da economia nacional – percepção que influenciará a análise de Caio Prado sobre a revolução brasileira, mas que foge ao escopo deste artigo.

Por fim, cabe apresentar algumas considerações sobre *A Revolução Brasileira* ([1966] 2014). Nesta publicação, realizada após o golpe empresarial-militar de 1964, Caio Prado Junior retoma suas formulações a respeito da caracterização da colonização brasileira como resultado do processo de gênese do capitalismo, logo, o modo de produção no país assume caráter propriamente capitalista desde o início da ocupação portuguesa. Mesmo as relações de escravidão, e as diversas formas de relações de trabalho baseadas em laços de dependência pessoal, possuem para o autor um sentido capitalista, tendendo ao assalariamento. Do mesmo modo, a estrutura fundiária concentrada não representa um entrave, mas antes uma característica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que não necessitaria de uma reforma agrária para se desenvolver. Partindo deste ponto de vista, Caio Prado dirige uma crítica frontal à interpretação histórica da oficialidade da esquerda da época, em especial do PCB, subjacente ao programa nacional democrático, que via no feudalismo e na concentração agrária impedimentos ao desenvolvimento pleno do capitalismo. Em sua crítica, Caio Prado atribui à estratégia nacional democrática e seu fundamento etapista a culpa pelos erros políticos que conduziram ao golpe de 1964, e apresenta elementos que considerava como fundamentais para o estabelecimento do debate sobre a revolução brasileira.

É a partir da publicação de *A Revolução Brasileira* que Caio Prado entra de fato no debate quente da controvérsia dos modos de produção no Brasil, na medida em que ele se relaciona com o debate da revolução brasileira em um contexto político de golpe empresarial-militar. A partir de então a formulação de Caio Prado do sentido capitalista do modo de produção no Brasil ganha centralidade no debate.

Uma das principais críticas à formulação de Caio Prado Júnior sobre o caráter capitalista do modo de produção no Brasil diz respeito a um circulacionismo de seu argumento, dando prioridade à esfera da circulação – das trocas – em detrimento da produção na análise da estrutura econômica

brasileira. Para tais críticas, ver: Sodré ([1962] 1976; 1980); Coutinho (1989; 1990 [2000]); Figueiredo (2004); Lima (2008); Mantega (1984). Associada à crítica do circulacionismo, está a crítica a Caio Prado Junior a respeito da existência do modo de produção capitalista dominante na economia brasileira desde o período colonial. Esta crítica gira em torno da questão da transição do feudalismo para o capitalismo e das formas antediluvianas do capital, tal como capital mercantil – Sodré SODRÉ ([1962] 1976; 1980), mais uma vez, é uma fonte destas críticas – e da caracterização das relações sociais de produção no campo brasileiro como majoritariamente capitalistas – para esta crítica, ver Mantega, (1984).

Em síntese, Prado Junior identifica a formação econômico-social brasileira no âmbito da expansão colonial europeia, identificando o modo de produção brasileiro como capitalista desde seu princípio e esta formulação passa a ser a mais difundida no âmbito da historiografia econômica brasileira a partir dos anos 1960.

A partir deste diagnóstico da formação econômico-social brasileira, Caio Prado Junior (1966) defende que o núcleo central em torno do qual a luta pela revolução brasileira deve se direcionar é a difícil transição da economia colonial para a economia nacional. Para o autor, o objetivo da economia colonial é “o constante objetivo da produção econômica brasileira voltada para o exterior e controlada por interesses externos” (Borja, Curty e Léon, 2022, p. 202-203), já a economia nacional tem “como objetivo final a produção econômica para o consumo e subsistência de sua população e controlado por interesses nacionais.” (Borja, Curty e Léon, 2022, p. 203). Logo, o sentido da revolução brasileira deve apontar para esta ruptura com a dependência externa e o deslocamento do centro dinâmico da economia e da sociedade brasileira para suas questões internas, assumindo uma característica anti-imperialista.

Posteriormente, a análise sobre as especificidades do capitalismo brasileiro e, em especial, do capitalismo dependente brasileiro que inicialmente foi apresentada por Caio Prado Junior será desenvolvida por múltiplas formulações, como nas análises da teoria marxista da dependência, como em Ruy Mauro Marini (1969; 1973), Vânia Bambirra (1972) e Theotônio dos Santos (2015), como nas análises de Florestan Fernandes (1975) e de Carlos Nelson Coutinho (2011), como será apresentado mais à frente neste texto, como também nas análises de Chico de Oliveira (1972; 2003), entre outros autores e outras autoras.

Já o caráter da revolução brasileira, para Caio Prado Junior, não deve ser apresentado de maneira a priori, não entendendo como pertinente o debate em torno do caráter da revolução. Como marxista e socialista, defende como meta final e máxima, o socialismo. “Mas ao explicitar seu programa revolucionário, fica evidente que propõe elementos típicos da revolução democrático-burguesa, embora não plenamente restrito a eles.” (Borja, Curty e Léon, 2022, p. 204). O autor entende que há necessidade de elementos da luta pela revolução e suas metas que transcendam o programa democrático-burguês, mas ainda permanecia no âmbito do programa democrático-nacional, apresentando um entendimento que pode ser lido como ambíguo (*cf.* Borja, Curty e Léon, 2022). O autor acaba se enquadrando no programa democrático-nacional, linha dominante do PCB à época, como veremos na visão de Nelson Werneck Sodré.

3. Nelson Werneck Sodré e a especificidade do modo de produção no Brasil: um feudalismo com tempero brasileiro

Nelson Werneck Sodré foi um autor de intensa e extensa produção bibliográfica, abrangendo diversas áreas, como história da literatura, história militar e da imprensa e historiografia econômica. Sodré buscava compreender as especificidades da formação econômico-social brasileira e neste processo analítico, conclui que o modo de produção brasileiro não poderia ser caracterizado como capitalista, pois havia monopólio da terra e relações de trabalho não assalariadas. *Formação histórica do Brasil* ([1962] 1976) foi considerada pelo próprio Sodré como sua maior e melhor sucedida tentativa de interpretar a formação brasileira. Após a publicação de *Formação da sociedade brasileira* (1944) o autor reavalia sua posição com relação à existência de capitalismo no Brasil no período colonial e se lança a investigação desta questão, que culminará na publicação de *Formação histórica do Brasil* ([1962] 1976).

Na ocasião da publicação de *Introdução à revolução brasileira* ([1958] 1963) Werneck Sodré estava em meio ao processo de reavaliação de sua posição com relação à existência de feudalismo ou de capitalismo na determinação do modo de produção no Brasil. A obra ainda que seja significativa para a avaliação do caráter da revolução brasileira como sendo antifeudal e anti-imperialista, carrega em si uma percepção sobre o feudalismo no Brasil de maneira ainda muito tênue.

Seguindo a interpretação apresentada por Madureira (2006), Grespan (2006) e Ricupero (2011), esta inflexão na percepção de Sodré sobre a caracterização do modo de produção no Brasil

tem causalidade muito mais política que puramente teórica. A partir de sua filiação ao PCB em 1946, Sodré passa a incorporar elementos da percepção oficial do partido sobre a experiência histórica brasileira. A orientação político-teórica adotada pelo PCB a partir da *Declaração de Março de 1958* é um marco na consolidação da nova visão sobre a realidade histórica brasileira que o autor vinha gestando desde após a publicação de *Formação da sociedade brasileira* (1944) e que se expressa em *Formação histórica do Brasil* ([1962] 1976).

Na *Declaração de Março de 1958*, o partido abandonava publicamente a posição de luta armada, assumida após sua entrada na ilegalidade em 1947, e readmite a via institucional como uma ferramenta de luta política, tendo sua estratégia consubstanciada no *programa nacional democrático*. Sinteticamente, a percepção contida no programa nacional democrático era de que a revolução burguesa no Brasil era algo ainda por fazer, sendo necessária uma agenda antifeudal e anti-imperialista. A caracterização do desenvolvimento capitalista existente no Brasil presente neste documento o identifica como desigual – pela combinação de métodos capitalistas de produção com o monopólio da terra e relações sociais de produção semifeudais – e que se forjara dentro dos marcos da dependência e do imperialismo. A partir deste diagnóstico, tornava-se necessário eliminar os restos feudais que permaneciam na formação brasileira, que seriam embotadores das possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo pujante, entendido como etapa necessária para a transição ao socialismo. É a partir deste contexto que Sodré mobiliza a sua teoria para fornecer um fundamento baseado no processo histórico brasileiro para este programa, que até então tinha como base as fórmulas universais da 3ª Internacional. A formulação de Sodré contida na obra de 1962 resultou também de suas reflexões a partir de um curso com mesmo nome ministrado no ISEB entre 1955 e 1964.

Esta formulação coloca como fator explicativo central para a caracterização do modo de produção no Brasil a existência de monopólio feudal da terra, e tinha como postulado a existência de um processo de *regressão feudal*, originado da decomposição do *escravismo colonial*.

O feudalismo elaborado por Sodré é resultante da necessidade de compreender as especificidades do processo histórico brasileiro. Ao dar centralidade em sua análise às condições internas de produção e às relações de propriedade vigentes no Brasil, Sodré observa que o modo de produção brasileiro não pode ser caracterizado como capitalista, ou de sentido capitalista – em

crítica direta à formulação de Caio Prado Júnior – por apresentar como características fundamentais a existência de monopólio de propriedade da terra e relações sociais de trabalho não assalariadas. Tal como a historiografia econômica da época, Sodré identificava o processo de colonização do Brasil associado ao processo de acumulação primitiva de capital ocorrido na Europa, sendo o sistema colonial forjado entre os séculos XV e XVIII um propulsor deste processo de acumulação primitiva.

Para Sodré, ao contrário do afirmado por Caio Prado, entender o processo de colonização do Brasil nos marcos do surgimento do sistema capitalista embrionário na Europa, não resulta necessariamente em entender a produção colonial como sendo capitalista, mesmo que a produção escravista seja aqui dotada deste sentido (*cf.* Pinheiro *et al.*, 2015). A crítica de Sodré à visão de Caio Prado se baseia na noção de que durante o processo de acumulação primitiva não se teria verificado produção capitalista nem mesmo em Portugal, na medida em que nesta etapa do processo histórico a forma dominante do capital era o capital comercial, uma forma antediluviana do capital – na expressão usada por Marx – ou seja, uma forma de capital que ainda não operava sob a lógica capitalista, ainda incapaz de se expandir sobre suas próprias bases, logo, não capitalista em sua plenitude (*cf.* Sodré, [1962] 1976; 1980).

De acordo com Sodré, o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista em algumas regiões da Europa se deu de forma a colocar diversas formas de produção não capitalistas a serviço de sua lógica. Para o autor, o processo de acumulação de capital mercantil, ocorrido na esfera da circulação, coexistiu com relações sociais de produção feudais e as fortaleceu em alguns lugares, ao passo que atuou como uma das vias para constituição do modo de produção capitalista em outros. A existência de relações feudais em algumas partes da Europa, como Portugal, foi funcional para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas em outras, como a Inglaterra. O fator determinante para a consolidação do modo de produção capitalista é tomado como algo interno à dinâmica da economia local.

Sodré contesta o caráter burguês da Revolução de Avis – a Revolução de Avis foi processo que desencadeou a unificação precoce de Portugal em 1385. Para Sodré este teria sido um processo de luta nos marcos do feudalismo para expulsar os mouros, e as instituições e o Estado que se constituíram nesse processo, não possuem conteúdo capitalista. Ao mesmo tempo, este já é marcado pela ascensão do capital comercial que atua dissolvendo as relações feudais estabelecidas. Ou seja,

existia feudalismo em Portugal, mas se tratava de um feudalismo decadente, dotado de algumas características particulares. A implementação de um grupo comercial em Portugal, nesta etapa da centralização política, não era condição suficiente para a implementação de relações capitalistas de produção no Brasil. Esta seria então uma das chaves para compreender o que se sucede com a formação econômico-social brasileira (Grespan, 2006).

O processo de colonização brasileiro foi um empreendimento do capital comercial português que tinha como arcabouço jurídico institucional um Estado absolutista. É nesse contexto que se tem a exploração comercial da costa brasileira nos primeiros anos de colonização, e que se insere o sistema de capitanias hereditárias fracassado em poucos anos. Embora não tenha deixado legados significativos no plano institucional, já que o Governo Geral seria instituído em 1549, as capitanias deixaram um legado que para Sodré se recolocaria de maneira permanente na história do Brasil, o monopólio feudal da terra. O monopólio real do acesso à terra teria colocado já de partida uma distribuição fundiária concentrada tanto nos empreendimentos voltados para o mercado mundial como para as atividades primárias necessárias à reprodução da economia colonial, ou seja, as atividades voltadas para o mercado interno. Tal distribuição fundiária originária do feudalismo se reproduziria de maneira permanente na realidade histórica brasileira.

Sodré afirma que o modo de produção hegemônico que aqui se instala não tem nenhuma ligação direta com a produção indígena, sendo o escravismo aqui implantado uma ruptura significativa com o comunismo primitivo característico dos povos indígenas originários do continente americano. Assim, para Sodré, o modo de produção que aqui se instala é *transplantado* (Sodré, [1962] 1976). A *transplantação* seria a transferência ao Brasil de elementos da sociedade europeia, em especial portuguesa, e que lançaram assim as bases de uma sociedade bastante diferente da que originalmente os europeus aqui encontraram e do que seria a tendência do processo de desenvolvimento das forças produtivas aqui (na perspectiva do autor). O escravismo que aqui é implantado se estrutura com força de trabalho escrava de origem africana a partir de elementos de organização produtiva e social europeus. Não há continuidade entre o primitivismo indígena existente no Brasil anteriormente à colonização portuguesa e o escravismo implantado a partir do processo colonial. Desta maneira, foram estabelecidas relações sociais de produção totalmente distintas e dissociadas das relações sociais de produção anteriormente existentes.

Desta maneira, impulsionada pelo processo de constituição do capitalismo nos países centrais, a formação brasileira seria marcada pela *heterocronia*, ou seja, pela presença de modos de produção que caracterizam diferentes tempos históricos em uma mesma estrutura econômico-social (Sodré, [1962] 1976). Para Sodré, coexistem no Brasil colonial três modos de produção distintos: o comunismo primitivo; o escravismo; e o feudalismo. Neste processo, o avanço da produção sobre as áreas indígenas e a decadência da produção escravista levou à dominância do feudalismo. A *heterocronia*, existente na realidade histórica brasileira é entendida por Sodré como resultado do processo de desenvolvimento capitalista desigual, leva à vigência de diferentes etapas históricas no mesmo território geográfico, o que Sodré chamou de *contemporaneidade do não coetâneo* (Sodré, [1962] 1976). Por *contemporaneidade do não coetâneo* entende-se que simultaneamente há diferentes áreas territoriais no país que vivem etapas de desenvolvimento diferentes. É possível perceber que muitos autores – como Rangel (1957) – trabalham esta mesma noção usando categorias ligadas tradicionalmente ao dualismo. Nelson Werneck Sodré não explicita isto, mas é possível pensarmos conexões neste sentido. E esta seria, para Sodré, uma outra característica do desenvolvimento capitalista desigual no Brasil.

Para Sodré, o Brasil, enquanto colônia de uma metrópole caracterizada pelo modo de produção feudal, ainda que em processo associado ao processo de acumulação primitiva associado ao capital comercial, teria herdado uma estrutura produtiva feudal, que, ao se deparar com as condições materiais do território colonial, regrediria mais uma vez ao modo de produção escravista. “O predomínio econômico, demográfico e político do escravismo é indubitável até bem entrado o século XIX, associando latifundiários escravistas a grandes comerciantes inseridos no mercado mundial” (Del Roio, 2000, p.88), processo que Sodré identificou como a regressão escravista (Sodré, [1962] 1976).

O Brasil teria herdado de Portugal uma estrutura produtiva feudal, que, ao se deparar com as condições materiais do novo mundo, haveria nova regressão, dessa vez, ao modo de produção escravista. A decomposição do escravismo, com a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), daria lugar ao processo de regressão feudal. Como na República que se estabelece seguiu havendo monopólio da terra e várias relações de trabalho se estabelecem de maneira vista por Sodré como não-capitalistas, instituídas em figuras como parceiro, por exemplo, Sodré caracteriza o modo de produção vigente na realidade brasileira – na virada do século XIX para o século XX e

na primeira metade do século XX – como feudalismo. Um feudalismo com mediações cuidadosas para tentar captar as especificidades do caso brasileiro, um feudalismo à brasileira. Na formulação de Sodré pode-se identificar o modo de produção dominante como feudal porque o monopólio da terra é a base sobre a qual se organiza a produção e reprodução da vida material.

Tal centralidade se confirma quando Sodré analisa a transição do feudalismo ao capitalismo, que, ocorrendo através de acordos entre a burguesia urbana em ascensão e aristocracia fundiária, não produziu qualquer abalo suficientemente forte para erradicar o monopólio feudal da terra. Assumindo a oposição dualista entre o arcaico encarnado pela aristocracia e o moderno trazido pelo capitalismo, Sodré via nos resquícios feudais um entrave ao desenvolvimento do capitalismo no país. O capitalismo não poderia se consolidar no Brasil sem uma profunda reforma agrária, sendo o monopólio feudal da terra fator bloqueador de seu desenvolvimento.

Em síntese (Sodré, 1980), Sodré parte de algumas premissas básicas sobre a peculiaridade do caso brasileiro:

(i) a existência de desenvolvimento desigual e como este desenvolvimento desigual se manifesta na história brasileira. Para o autor, o fato de a existência histórica do Brasil ser tratada a partir do “descobrimento” em um momento no qual o feudalismo declinava na Europa ocidental, nos marcos da revolução comercial e das grandes navegações, com a definição do mercado mundial precisa ser reavaliado. Como o processo de desenvolvimento nas sociedades caracterizadas pelo feudalismo, como as europeias, e as caracterizadas pela chamada comunidade primitiva, como era o caso do Brasil neste período, há uma *heterocronia* presente na história, que permanece historicamente de diferentes maneiras e que deve ser levada em conta. Se manifestando de diferentes maneiras, como no uso de expressões surgidas em outros lugares e em outros momentos para caracterizar os processos e fenômenos brasileiros;

(ii) a existência e vigência no Brasil de diferentes etapas históricas ao mesmo tempo, ou seja, simultaneamente há diferentes áreas territoriais no país que vivem etapas de desenvolvimento diferentes, ou nas palavras do autor, a *contemporaneidade do não-coetâneo*. Muitos autores – como Rangel (1957; 1962; 1982) e Furtado (1959) – trabalham esta mesma ideia usando categorias ligadas ao dualismo, Nelson Werneck Sodré não explicita isto, mas é possível pensarmos conexões neste sentido. E esta seria uma outra característica do desenvolvimento desigual no Brasil para Sodré;

(iii) o terceiro aspecto é a chamada *transplantação*, que seria a transferência ao Brasil de elementos da sociedade europeia, em especial portuguesa, e que lançaram assim as bases de uma sociedade bastante diferente da que originalmente os europeus aqui encontraram e do que seria a tendência do processo de desenvolvimento das forças produtivas aqui (na perspectiva do autor). O escravismo que aqui é implantado se estrutura com força de trabalho escrava de origem africana a partir de elementos de organização produtiva e social europeus. Ou seja,

a chamada colonização nasce da transplantação dos elementos humanos africanos e europeus: os primeiros forneceram a massa da classe dominada, a que concorreu com o trabalho; os segundos forneceram a maioria absoluta dos que concorreram com a propriedade, a classe dominante. (SODRÉ, 1980, p. 136)

Ao traçar um paralelo entre estas relações de produção e as feudais, Sodré tem sempre o cuidado de estabelecer as mediações adequadas para captar as especificidades do caso brasileiro. É nesse sentido que se pode dizer que Nelson constrói um feudalismo à brasileira. Tal explicação não é simplesmente a adaptação das formulações soviéticas e incorporadas pela IC sobre a questão. O argumento desenvolvido por Sodré se orienta no sentido de captar as especificidades do processo histórico brasileiro de maneira a compreendê-lo a partir do materialismo histórico, oferecendo um fundamento nacionalizado para o programa nacional-democrático.

Para Sodré, o processo revolucionário a ser feito deveria ser antifeudal, anti-imperialista, nacional e democrático, visando superar o duplo entrave da dependência e dos resquícios feudais. Essa superação deveria ser feita através de uma revolução agrária e uma revolução nacional, além disso, seria necessário completar o processo de industrialização da economia brasileira. A revolução brasileira seria, portanto, burguesa. Esta seria fundamental para o desenvolvimento do capitalismo nacional forte e dinâmico, etapa necessária para a posterior transição ao socialismo. O autor entendia que a revolução burguesa no Brasil ainda estava incompleta.

Dessa forma, a análise de Werneck Sodré também o colocava no campo do programa nacional democrático para a revolução brasileira que estaria na ordem do dia. A expectativa era formar uma coalização de forças nacionalistas com a finalidade de finalmente desenvolver a nação em termos democráticos, superando o monopólio feudal da terra e o imperialismo. Tais esperanças só iriam se diluir com o golpe de 1964, que, ao cercear as possibilidades históricas da sua execução da aliança nacionalista, evidenciou os limites histórico-políticos de sua proposta.

A visão dominante na esquerda brasileira acerca do modo de produção no Brasil até meados dos anos 1960 e na década de 1970, estava associada à existência de resquícios feudais na estrutura produtiva brasileira, caracterizados pelo monopólio feudal da terra, que seria um entrave ao processo de desenvolvimento brasileiro. Nestas condições, o capitalismo não poderia se consolidar no Brasil sem romper com esta estrutura, seria necessário romper com os resquícios feudais.

A principal crítica à concepção de Nelson Werneck Sodré se encontra na formulação de Caio Prado Jr, em especial a partir da publicação de *A revolução brasileira* (1966). Nesta obra, Caio Prado critica fortemente a concepção sobre a existência de resquícios feudais no Brasil ou de um feudalismo à brasileira. Posteriormente, Jacob Gorender (1978) e Fernando Novais (1979) também apresentam fortes críticas à Sodré.

A partir das fortes críticas de Caio Prado Júnior à concepção do modo de produção feudal no país e da concepção da revolução brasileira gerada deste diagnóstico da realidade brasileira, como também, a partir das contradições e tensões geradas pela grande derrota que foi o golpe empresarial-militar de 1964 e a subsequente ditadura, a formulação de Sodré passa a ser alvo de fortes críticas e cai no ostracismo, sendo o autor resgatado mais recentemente (*cf.* Cunha & Cabral, 2006; Del Roio, 2006).

4. A formulação de um modo de produção específico para a América Latina – o escravismo colonial.

Jacob Gorender formula sua interpretação do modo de produção brasileiro como o *escravismo colonial* a partir da formulação deste conceito apresentada por Ciro Flamarion Cardoso (1973), no qual Cardoso buscava aplicar a categoria modo de produção para interpretar o período colonial no Brasil e nas colônias americanas, em geral, formulando assim uma análise baseada em um modo de produção historicamente novo e singular, o *escravismo colonial*. Para Gorender, a escravidão colonial determinou essencialmente as sociedades americanas nas quais teve papel dominante, e o caso brasileiro do escravismo colonial torna-se emblemático por ser o local onde “a produção escravista colonial alcançou o mais acabado desenvolvimento – longevidade, espaço geográfico, variedade de produtos, número de cativos importados, influência na formação social, etc.” (Maestri, 2010, p. 14)

Conforme afirmado por Malta *et alli* (2015), a análise de Gorender precisa ser analisada em sua dimensão histórica e teórica:

O esforço de Gorender em *O Escravismo Colonial* (1978) tem duas dimensões claras: uma teórica e outra histórica. Teoricamente o autor busca recuperar o conceito de modo de produção, a noção de sistema escravista e de sistema colonial a fim de assentar as bases para a sua reflexão sobre a existência, no Brasil, de um modo de produção historicamente diferenciado e com leis de movimento próprias. Seu recurso à história é, portanto, fundamental para configurar o modo de produção escravista colonial. Descrever o curso da história do modo de produção brasileiro desde a colonização de nosso território é a sua referência para caracterizar as leis de movimento do modo de produção escravista colonial; e em decorrência, explicar a forma de ocupação territorial, a forma peculiar da escravidão brasileira, os processos de circulação e de reprodução. Desta forma, Gorender buscava enfrentar o debate que nem a racionalidade capitalista da produção de mercadorias para exportação, nem a forma de ocupação territorial em latifúndio de concessão Real eram suficientes para enquadrar a origem da formação social brasileira nos moldes do capitalismo ou do feudalismo formulados com referência a Europa. (p. 2-3)

Gorender toma como referência para caracterizar as leis de movimento do modo de produção escravista colonial a descrição do curso da história do modo de produção brasileiro desde a colonização europeia do território, explicando também a forma de ocupação territorial, a forma peculiar da escravidão brasileira, os processos de circulação e de reprodução. Desta forma, o autor se inseria na controvérsia afirmando que nem a racionalidade capitalista da produção de mercadorias para exportação (Prado Jr.), nem a forma de ocupação territorial em latifúndio de concessão Real e o resultante monopólio da terra (Sodré) seriam suficientes para enquadrar a origem da formação econômico-social brasileira nos moldes do capitalismo ou do feudalismo formulados com referência à Europa.

A principal obra na qual Jacob Gorender apresenta a sua formulação acerca do escravismo colonial como explicação para a estrutura da formação social brasileira foi *O Escravismo Colonial* (1978). Nesta obra, Gorender busca recuperar o conceito de modo de produção, a noção de sistema escravista e de sistema colonial, de maneira a construir os elementos de explicação da existência no Brasil de um modo de produção historicamente único, com leis de movimento próprias, dando destaque à dinâmica própria da colônia, com suas lógicas internas, trazendo uma explicação sobre a ocupação do território brasileiro, a peculiaridade da escravidão no país e os processos econômicos que se sucedem nesta sociedade específica, com a caracterização da produção como de natureza mercantil (Malta *et alli*, 2015).

Em sua definição do modo de produção brasileiro, Gorender destaca a especificidade da combinação de relações de produção do tipo escravista com forças produtivas organizadas a

partir da forma *plantagem*, na qual o uso da força de trabalho escrava estava diretamente atrelado à mobilização mercantil das forças produtivas dada pelo caráter da *plantagem*. Este processo tinha como pressuposto a acumulação prévia realizada na metrópole e a produção excedente da *plantagem* tinha natureza especificamente mercantil, diferentemente das formas pretéritas e clássicas de escravismo. A necessidade da remuneração de capitais externos definia assim sua forma mercantil e seu caráter colonial.

O significado econômico de colonial, próprio à era iniciada com o mercantilismo, explicita-se, a meu ver nos seguintes traços principais: 1º - economia voltada principalmente para o mercado externo, dependendo deste estímulo originário ao crescimento das forças produtivas; 2º - troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com uma forte participação de bens de consumo na pauta de importações; 3º - fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo. (Gorender, 1978, p. 201)

A lógica interna de reprodução do escravismo colonial retoma sistematicamente o problema de escassez relativa da força de trabalho, na medida em que há um mecanismo econômico que age tendencialmente de maneira a diminuir a população escrava (Gorender, 1978, p. 348), gerando uma escassez de força de trabalho, logo, impondo limites à expansão e reprodução do escravismo colonial. Abrindo espaço em sua formulação para analisar os limites do escravismo colonial e as possibilidades da sua superação.

Em síntese, Gorender reconhece a inserção do Brasil no projeto de expansão colonial europeu, mas destaca o escravismo como a forma de organização produtiva predominante, caracterizando o escravismo colonial, um modo de produção específico da história brasileira, no contexto latino americano, que pode ser pensado como possuindo leis próprias de transformação que permitem sua transição direta para outras formas de organização da sociedade não necessariamente capitalistas, ao se debater as formas de superação do escravismo colonial e a transformação estrutural da sociedade.

Para Gorender, tal como apresentado no livro *A Burguesia brasileira* (1981), o sentido mercantil atrelado ao capital internacional contido na gênese da burguesia no Brasil impedia que fosse possível haver um caráter progressista ou nacionalista na possível revolução burguesa no Brasil. Neste sentido, era extremamente crítico às posições que defendiam a possibilidade de articulação da classe trabalhadora com a burguesia nacional para a transformação da realidade brasileira em uma

fase marcada pela consolidação nacional e democrática anterior ao estabelecimento das condições para a construção da transição ao socialismo, tais como nas diferentes aproximações ao programa democrático nacional. Nos anos 1970 e 1980, Gorender afirmava que já estavam estabelecidas as condições para uma possível transição ao socialismo na transformação da realidade brasileira. Logo, a revolução brasileira deve, para o autor, possuir caráter socialista.

5. A dualidade básica brasileira: o modo de produção especificamente brasileiro e dinâmica Rangeliana de superação

A partir dos anos 1950 Ignácio Rangel (1957; 1962; 1978; 1981) apresenta suas formulações sobre um modo de produção próprio da realidade brasileira, que vai chamar de *dualidade básica*. O autor, ainda que tenha sido próximo ao PCB nos anos 1930 e 1940, não entrou diretamente no debate sobre modo de produção que ocorreu em torno do partido na época, sua contribuição se deu à margem das posições centrais à controvérsia e de seus desdobramentos (*cf.* Castro, 2005) tornando sua contribuição extremamente original.

No que concerne à questão do modo de produção brasileiro, essa originalidade fica ainda mais evidente. Rangel formulou a tese da *dualidade básica da economia brasileira*, “uma adaptação original do materialismo histórico e da teoria econômica para a análise do caso brasileiro, de onde o autor pretendia retirar leis gerais da formação histórica e de funcionamento da economia brasileira, descrevendo o processo de desenvolvimento do país” (Malta, 2013, p. 3). Sua tese da dualidade básica pode ser considerada o principal núcleo de sua obra (Castro, Bielschowsky, Benjamin, 2014, p. 528) e é referência analítica para seus demais trabalhos (Malta, 2013, p. 6).

A análise de Rangel para a história da formação econômica e social brasileira consistia em uma sequência de etapas nas quais articulavam-se os modos de produção, as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, os elementos da estrutura. A estes elementos da estrutura específica corresponderiam elementos da superestrutura derivados e limitantes da própria estrutura. Cada etapa de desenvolvimento deste conjunto dialético de estrutura e superestrutura corresponderia a um modo de produção específico, característico deste momento histórico e da articulação dialética destes elementos. A sequência destas etapas, porém, não estaria pré-determinada e poderia incorporar uma série de especificidades distintivas (Malta, 2013). No caso brasileiro, haveria especificidades que caracterizariam as etapas brasileiras em seu processo

de formação e seu sequenciamento, de maneira bastante distinta da trajetória dos países centrais do capitalismo. O principal elemento que diferenciaria, desde o ponto de partida, a análise de economias periféricas, como a brasileira, seria a evolução de suas relações com o centro econômico mundial. Tais relações externas condicionavam o desenvolvimento interno das forças produtivas e as relações sociais de produção. “Em larga medida as relações externas são determinantes do desenvolvimento das forças produtivas internas e, conseqüentemente, também das relações de produção internas” (Malta, 2013, p. 4).

A primeira formulação da tese da *dualidade básica da economia brasileira* foi publicada em 1957, período no qual a noção de dualidade estava associada a dois grupos bastante distintos: a direita agrarista conservadora e os grupos ligados à 3ª Internacional Comunista e sua visão dominante à época. No entanto, Rangel não tinha identificação com nenhum destes grupos, a forma como traz a noção de dualidade é bastante particular. Ainda que tenha absorvido em alguma medida a noção presente nas análises ligadas à 3ª Internacional de que o desenvolvimento ocorre em etapas, entende as etapas de uma maneira não-fixa ou predeterminada como faziam. Malta (2013) levanta a hipótese de que “o autor fez recurso a expressões já institucionalizadas no âmbito de várias teorias com vistas a ressignificá-las, na intenção de criar uma nova teoria para a compreensão do Brasil, porém falhando simbolicamente na construção de novas referências” (p. 5).

Rangel afirmava que o que havia de peculiar no Brasil é a *dualidade*, do que se pode extrair que considera que “todas as nossas instituições e categorias possuem dupla natureza, e se apresentam como coisas diversas, se vistas do interior ou do exterior, partindo imediatamente para aplicá-la à formação histórica da nação brasileira” (*ibid.*, p. 6). Com a dualidade, Rangel tinha o objetivo de descrever a complexidade da formação histórico-social predominante no Brasil, em um período específico – partindo de 1808 e da abertura dos portos e seguindo sua análise até o período contemporâneo à sua última publicação articulada diretamente ao tema, 1981–, permitindo identificar os modos de produção existentes em cada período e os movimentos de transição e transformação destes, de maneira sucessória.

Para Rangel, o Brasil, por ser um país periférico, cuja nação constituiu-se tardiamente, tem a necessidade de ter sua dinâmica analisada não só pela interação do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção internas ao país, mas também da evolução das relações de

produção externas – para Rangel, a dinâmica do centro segue a lógica dos ciclos de Kondratieff –, de maneira simultânea, articulando os dois lados (interno e externo e cada um destes lados composto por pólos internos e externos) das dualidades a todo tempo e os identificando como partes de uma mesma dinâmica de desenvolvimento. Cada dualidade é um modo de produção – articulando de maneira dinâmica estrutura e superestrutura – complexo que combina elementos de diferentes modos de produção já referenciados na análise da história europeia (central) e mundial. A dualidade pode ser compreendida como uma unidade de contrários, que só existe na articulação dos dois lados (interno e externo), partes de uma mesma dinâmica em movimento.

Rangel introduz no seu raciocínio uma lógica para a dinâmica de transformação e superação entre dualidade. As dualidades se sucedem segundo uma lógica que se expressa em leis específicas, as leis da dualidade brasileira. A primeira lei se refere a quando a dualidade muda. Lei que preserva a visão de Marx de que este momento é quando as forças produtivas da sociedade se desenvolvem ao ponto de entrarem em conflito com as relações de produção existentes. A particularidade é que esta mudança só ocorre em um dos pólos da dualidade. A segunda lei é esta a mudança ocorre sempre alternadamente entre pólo interno e externo. A terceira lei explica como ocorre mudança: O polo que muda passa para o lado interno o modo de produção presente em seu lado externo. A quarta lei afirma a mudança simultânea do lado externo do polo que muda pela incorporação de características de um modo de produção mais avançado, na visão do autor. A quinta lei remete a nossa dependência externa e situação periférica, pois decreta que a mudança da dualidade é provocada por mudanças no comportamento do centro dinâmico “em torno do qual gravita nossa economia” (Rangel, 1981, p.12). Fica então a pergunta: como muda o centro dinâmico? Rangel responde apontando que a dinâmica do centro é dada pelos ciclos longos de Kondratiev, típicos das grandes economias capitalistas. Assim, a dinâmica se daria pelas mudanças no centro porque a dinâmica de inovação tecnológica se daria somente no centro e não internamente.

Além disto, é importante destacar que para o autor, as mudanças na estrutura econômica seriam acompanhadas por mudanças na superestrutura, que como a estrutura, passa por rupturas e segue a movimentação dos ciclos de Kondratieff, por isso ele destaca também os sócios maiores e menores, que compõem a classe dominante em cada etapa e que estão articulados ao Estado e o configuram em cada etapa.

Rangel (1981) identifica a partir do início do século 19 quatro etapas sucessórias de dualidade, com as seguintes características e datas aproximadas: *(i)* Primeira etapa (1808-1873): lado externo do polo externo, capitalismo industrial; lado interno do polo externo, capitalismo mercantil; lado externo do polo interno, feudalismo, com sócios maiores os fazendeiros escravocratas e sócios menores a burguesia mercantil; lado interno do polo interno, escravismo; *(ii)* Segunda etapa (1873-1929): lado externo do polo externo, capitalismo industrial; lado interno do polo externo, capitalismo mercantil; lado externo do polo interno, capitalismo mercantil, com sócios maiores os fazendeiros latifundiários feudais e sócios menores a burguesia mercantil; lado interno do polo interno, feudalismo; *(iii)* Terceira etapa (1929-1973): lado externo do polo externo, capitalismo financeiro; lado interno do polo externo, capitalismo industrial; lado externo do polo interno, capitalismo mercantil, com sócios maiores os fazendeiros latifundiários feudais e sócios menores capitalismo industrial, lado interno do polo interno, feudalismo; *(iv)* Quarta etapa (1973-em aberto): lado externo do polo externo, capitalismo financeiro; lado interno do polo externo, capitalismo industrial; lado externo do polo interno, capitalismo semicapitalismo rural, com sócios maiores os nova burguesia rural e sócios menores capitalismo industrial, lado interno do polo interno, semi-salariado.

A dualidade seria sempre composta por duas formações dominantes – uma no ‘polo interno’ da economia e a outra em seu “polo externo” – cada uma delas decorrendo de crises, que cuja ocorrência reveza de esfera de relações de produção, ora na esfera das relações de produção “internas”, ora na de relações “externas”, que afetariam desenvolvimento das forças produtivas. Além disto, na fase recessiva do ciclo haveria uma mudança dos parceiros da aliança de poder que domina as relações político-econômicas, isto é, a superestrutura política acompanharia as mudanças na estrutura “dual”, num movimento que, como o da própria estrutura, passa por rupturas. Internamente a cada dualidade poderiam coexistir modos de produção em diferentes graus de desenvolvimento, que se articulavam (por exemplo na primeira dualidade Rangel identifica nos diferentes polos e seus diferentes lados – do lado externo do polo externo ao lado interno do polo interno: capitalismo industrial, capitalismo mercantil, feudalismo e escravismo).

Quando trata das dualidades do século 20, Rangel também revela sua forma de ver a possibilidade de revoluções no Brasil. A partir da análise da terceira dualidade Rangel destaca que o movimento de industrialização da economia brasileira, que vai revelar a dinâmica da dualidade

entre o urbano e o industrial, e que poderá apresentar alguns movimentos cíclicos próprios – a partir da industrialização por substituição de importações e trazendo tensões maiores entre os “sócios maiores e menores” da dualidade.

A transição da terceira etapa para a quarta dualidade marca um elemento de controvérsia na interpretação da obra de Rangel. Como esta mudança implicaria mudança no polo interno, a questão agrária se tornaria central na medida em que a forma “feudalismo” sairia da dualidade. Para Rangel a questão não passava pela reforma agrária, pois o setor industrial absorveria a força de trabalho que não encontrasse postos de trabalho no campo, mas sim, por um temporário aprofundamento do capitalismo no campo, que resolveria os problemas gerados pela desestruturação da agricultura tradicional. A posição de Rangel no debate era bastante polêmica e contrária à muitas formulações da esquerda brasileira do período, cuja visão dominante à época girava em torno da obra de Caio Prado Junior *A Revolução Brasileira* (1966). Tal polêmica pode ter bloqueado a percepção de sua formulação sobre a dualidade básica brasileira como uma forma de compreensão da formação histórica do país e não uma previsão do futuro.

As possibilidades para as transformações futuras na análise de Rangel restringem-se à quarta dualidade que mudou fortemente de caracterização ao longo de suas várias versões, de acordo com sua análise de conjuntura realizada em cada período, mas cujo fim marcaria “a aproximação de dois pólos, no tocante aos respectivos modos dominantes de produção. A economia e a sociedade se homogeneizam, renunciando o fim do próprio fenômeno da dualidade” (Rangel, 1981, p. 33, *grifos originais do autor*). Esta quarta etapa representaria também um período em que ainda existia alguma alusão mais concreta à uma transição para o socialismo no centro, que representaria o final da dualidade básica da economia brasileira. Pode-se dizer que por conta do fim da União Soviética e da queda do muro de Berlim, a questão da quarta dualidade de Rangel fica deslocada e com ela a possibilidade de uma revolução brasileira.

6. Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho: democracia e revolução

A controvérsia sobre modo de produção e revolução aparece de forma peculiar nas interpretações de Brasil de Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho. Ao invés de tratarem explicitamente da categoria de modo de produção, os autores se preocupam com o trato da formação social brasileira a partir de seu passado colonial, o sentido econômico dessa colonização

e a tradição política autoritária do país. Desde logo, partem da interpretação de Caio Prado Jr. sobre a formação social brasileira e, implicitamente, sobre o modo de produção que é instaurado no país Fernandes, (1975; 1995); Coutinho (2011). Assim, centram atenção nas questões que lhe são centrais no século XX para o Brasil: como pensar democracia e revolução (reforma) num país de capitalismo dependente e que passa por um processo de reabertura política. Argumentamos nesta seção, através destes dois intérpretes do Brasil, que a nova forma que assume a democracia no Brasil após 1988, a democracia de cooptação, foi uma maneira de apassivar a luta de classes e, como consequência, de postergar as possibilidades de revolução no país.

Influenciados pela linha crítica de Caio Prado Jr no que se refere à percepção da formação econômico-social Brasileira, Florestan e Carlos Nelson intervêm no debate acadêmico e político apontando alguns limites da interpretação de Brasil do geógrafo e historiador. Destacam o alcance da industrialização brasileira do pós-guerra e a necessidade de uma análise sociológica do sentido da colonização brasileira. Ao mesmo tempo, concordam com Caio Prado no que toca ao caráter da burguesia brasileira e de sua revolução. Assim, indicava que a orientação da revolução brasileira deveria ser feita pelos proletários e que promover melhores condições de vida para a massa da população (Fernandes, 1995).

Assim, pode-se afirmar que ao trilhar a interpretação de Caio Prado introduzindo novas perspectivas, Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho foram além ao fornecer uma crítica a partir de fora do PCB e por serem uns dos fundadores do programa de Brasil que substituiu o programa nacional democrático: o programa democrático popular. O programa democrático popular coloca em destaque a impossibilidade de articulação da coalizão política com a fraca e associada burguesia brasileira, na luta de criação da nação e elaborava a questão da revolução como um processo permanente em busca de um socialismo que seria atingido por meio de crescente participação política da população: uma democracia efetiva de massas.

6.1 Consenso burguês de dominação e transformação capitalista: noções básicas de uma “democracia restrita” ou uma ditadura em nome da democracia

Florestan Fernandes é o nosso autor de referência para interpretar o Brasil da ditadura civil-militar. Vale destacar, como apresentado em Curty & Malta (2022), que a controvérsia sobre a formação socioeconômica latino-americana como capitalismo dependente, da qual Florestan é um

importante partícipe, encontra sua síntese no Brasil. Mesmo já tendo completado suas revoluções burguesas por meio de processos de industrialização dependente e da conformação de sociedades de classe, os países latino-americanos possuem instituições e valores de poder de origem colonial que seguem sendo reproduzidos nessas sociedades dentro do aparato estatal da sociedade política, intimamente atrelado aos interesses econômicos dos setores dominantes.

Um dos maiores consensos desta controvérsia é que com o início da revolução burguesa no Brasil na Era Vargas (1930-1945), tais instituições não teriam consolidado o mesmo tipo de integração democrática vigente nos países do centro capitalista, ao contrário, teriam instaurado um caráter autoritário na cultura dos países latino-americanos em sua democracia particular: a democracia restrita, segundo Florestan Fernandes. Nela, são comuns as tentativas de golpe de Estado sempre que o poder burguês estiver ameaçado e somente os que são considerados integrados na sociedade civil, aqueles que conseguem se inserir formalmente no mercado de trabalho ou detêm bens e ativos, têm voz na sociedade política.

Segundo Florestan, o golpe que deu origem à ditadura civil-militar que governou o Brasil por 21 anos desde 1964 foi resultado daquilo que as burguesias brasileiras viram como solução para sua crise nos anos 1960 e serviria como conclusão do processo iniciado em 1930. Estas frações de classe se reuniram compositamente, como uma colcha de retalhos, por uma solidariedade assentada na defesa de seu interesse comum: sua manutenção como classe dominante. Portanto, as burguesias e frações de classe burguesas, no contexto do capitalismo dependente marcado pela articulação entre segregação social interna e dependência externa, fizeram, com o golpe civil-militar de 1964, uma opção que varreu qualquer possibilidade de solução da estrutura dependente à qual Florestan Fernandes (1972) chamou de dupla articulação: uma conexão entre segregação social (e do estilo de dominação assentado na exploração do trabalho que ela pressupõe) e a dependência ao capital internacional (ditada pelas potências hegemônicas e pela relação dos países periféricos com o “mundo internacional dos negócios”).

Tal articulação reproduz o subdesenvolvimento e a dependência indefinidamente e funciona como barreira que impede o controle dos meios da mudança social de forma autônoma por parte da maioria da população (que é a classe trabalhadora) e a impossibilita de atingir os seus fins de acordo com os seus interesses. Podemos dizer, inclusive, pela forma como se estabeleceu o endividamento externo e pela violência que caracterizou as relações de controle social via Atos Institucionais, que esta dupla articulação se intensificou nos anos da ditadura.

Por um lado, as burguesias se uniram ao seu aliado principal – o capital internacional – para se reproduzirem enquanto classe; para se inserir ao espaço econômico mundial mais amplamente; e para tomarem o controle de um Estado viabilizador de logros que estavam além da esfera privada de ação burguesa. Por outro, puderam agir de forma aberta, opressora e repressora contra seu inimigo principal – as classes populares. A esta combinação de ações que Fernandes (1975) chamou de consenso burguês. Naquele momento da história essa se apresentou como a única saída viável para as burguesias e suas frações de classe se manterem no comando político nos marcos do capitalismo dependente, assim elas não tiveram dúvida em tomá-la.

O contexto era de ápice da Guerra Fria, no qual a defesa da ordem capitalista figurava como cerne das políticas em todo continente. As ideias dominantes do centro eram as das classes dominantes do país hegemônico da ordem mundial e eram importadas mimeticamente pelas classes dominantes dos países da periferia. Não é à toa que valores abstratos tais como “solidariedade do hemisfério” ou “defesa da civilização cristã ocidental” foram defendidos se sobrepondo até mesmo aos interesses de cada país em particular como nação, pensada como o conjunto da maioria do povo. Se tratava da submissão de interesses nacionais e, logo, da democracia como algo libertador (Fernandes, 1975; Netto, 2014).

Ao assumirem tal postura reacionária, as burguesias e frações de classe burguesas brasileiras abandonaram, por não precisarem, a ideologia e a utopia burguesas tal como estabelecidas nos casos clássicos de revolução democrático-burguesa inglês, francês e estadunidense uma vez que se formaram em um período histórico e realidade social distintos, no qual a burguesia era a classe revolucionária e não a classe que buscava se manter no poder. Estas burguesias optaram por uma solução que reforçou o caráter de **democracia restrita**, instaurando duas revoluções antagônicas na sociedade brasileira: uma de aceleração do tempo histórico que promoveu a modernização da economia, indispensável para a legitimação de sua dominação; outra de caráter contrarrevolucionário, pois tornou permanente as contradições econômicas, sociais, culturais e políticas no interior da sociedade burguesa através de uma “ditadura de classe preventiva” (Fernandes, 1975).

Florestan Fernandes elucidou como a intensificação da dominação burguesa, fez com que aumentasse a impregnação militar e da tecnocracia no Estado como processos de preservação e consolidação da ordem, inclusive com demonstrações excessivas de força bruta. Durante a

ditadura, o Estado além de policial-militar, era jurídico e político e tinha como principal função subjugar a necessidade de articulação política entre as classes, pois ele mesmo determinava a ordem que deveria ser respeitada: a ordem burguesa. O Estado virou, portanto, uma entidade política muito forte que centralizava os controles de dominação política, jurídica e promovia a aceleração econômica da sociedade. Nasceu no Brasil um Estado nacional sincrético, pois na aparência ainda defendia a ordem como se fosse democrático, representativo e pluralista, mas na realidade era um instrumento de oligarquias autoritárias permeado de contradições.

Na perspectiva de Florestan, no entanto, o modelo autocrático burguês, na sua forma violenta, era inexoravelmente transitório. A própria conjuntura internacional do final dos anos 1970 implicou em mudanças substantivas na dimensão externa da dupla articulação, pois a subida das taxas de juros americanas, juntamente com o segundo choque dos preços internacionais do petróleo criaram para o Brasil, altamente endividado internacionalmente, uma crise sem precedentes. A crise da dívida em conjunto com os anos de extrema violência e opressão social interna trouxe à tona as contradições mais profundas da democracia restrita em seu modelo autocrático e tornaram sua permanência insustentável. Grandes movimentos de organizações de trabalhadores surgiram, mesmo sendo ilegais, manifestações contra carestia e denuncia de violência política e social foram se ampliando. Foi necessário que se formulasse, progressivamente, uma forma de saída daquele contexto.

É nesta conjuntura que se estabelece a controvérsia sobre as possibilidades de saída democrática no campo na esquerda no Brasil na qual Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho são partícipes fundamentais. Estes autores merecem destaque especial seja pela importância de sua interpretação do Brasil deste período, seja como formuladores teóricos da base que foi utilizada pelo PT para orientar sua ação política.

6.2 A controvérsia das perspectivas democráticas no nascimento da Nova República: democracia de cooptação e democracia de massas

Florestan Fernandes observava que um elemento fundamental do caráter contraditório da democracia no Brasil residia em que a própria opção pelo consenso burguês (democracia restrita na forma autocrática) continha as sementes de sua destruição, ou pelo menos de seu enfraquecimento e substituição por uma nova forma de democracia. Em sua perspectiva, muito embora este acordo tenha dado às frações de classe burguesa a possibilidade de gerirem abertamente novas formas da

luta de classes com um Estado autocrático, não lhe deu autonomia para fora e limitou o próprio horizonte interno de solidariedade entre a burguesia e as demais classes.

A opção pelo consenso foi também a opção de abrir mão da base material do desenvolvimento auto propellido, pois ampliava a dependência externa de forma crescente e aprofundava a segregação social ao enxergar as classes despossuídas como meros inimigos irreconciliáveis ou setores sociais que deviam ser tutelados, o que só fazia aumentar a dupla articulação.

Passadas as fases de repressão inicial do regime, as reformas de 1964 e o endurecimento político em 1968 com o Ato Institucional n.5, os conflituosos interesses burgueses puderam voltar à cena política, implicando a inevitável tensão interna do sistema de poder. A recuperação econômica abriu espaço para disputas internas sobre a direção do processo de desenvolvimento. É neste contexto que Florestan Fernandes aponta para o surgimento da forma transformada da democracia restrita, a democracia de cooptação.

A democracia de cooptação nada mais é do que uma forma específica e elaborada da democracia restrita brasileira. Ela consiste no apassivamento, temporário, da luta de classes e pressupõe a corrupção dos agentes econômicos envolvidos e do sistema de poder, pois o caráter permanente da luta de classes não pode ser eliminado do modo de produção capitalista, uma vez que esse é baseado na exploração do trabalho e na existência da propriedade privada e de instituições jurídicas e políticas que garantem sua existência. A democracia de cooptação pode também ser chamada de política de conciliação de classes. A forma de funcionamento da cooptação é variada e resulta de um processo lento e gradual que demanda o estudo de suas especificidades. Em síntese, na concepção de Fernandes a democracia de cooptação é uma evolução da forma de dominação burguesa que se adaptou aos novos tempos históricos em que a ditadura não pode mais ser usada como forma preponderante de ordem política. Sua existência, no entanto, dependia de determinadas condições da dupla articulação.

A cooptação do período civil-militar consistiu na agregação sistemática e generalizada de interesses burgueses, brasileiros e estrangeiros, e serviu de elo facilitador para produzir privilégios entre os “mais iguais”. Não foi um processo restrito às frações altas da burguesia, senão também às frações médias (ou pequeno-burguesas) que puderam usufruir do aparato estatal, tecnocrático e militar. Enfim, os interesses dominantes se impuseram ilimitadamente de cima para baixo conformando um verdadeiro paraíso burguês. Este espaço, porém, só foi aberto pela conjuntura econômica positiva do milagre econômico (1968-1973), sob taxas de crescimento confortáveis

o suficiente para que este processo de ajustamento fino de repartição dos ganhos econômicos fosse feito social e politicamente de forma concertada. Além disso, a dinâmica da modernização produtiva tinha forte impacto sobre a classe trabalhadora que sofreu com a repressão.

Neste cenário de auge da regeneração burguesa do milagre econômico, as dinâmicas da externa de emergência do capitalismo monopolista e interna da industrialização dependente colocavam em conflito cada vez maior os interesses burgueses e dos trabalhadores no período de certa estabilidade política dentro do regime militar dos anos setenta. Porém o cenário mudaria no fim da década, organizações de trabalhadores puderam sair da ilegalidade e começaram a voltar à cena e, com elas, manifestações e greves foram sendo crescentemente organizadas. Dentro das associações de bairros e comunidades eclesiais de base da igreja católica também foram sendo feitas discussões e manifestações em torno das questões dos direitos humanos, da fome e da violência. É necessário frisar que a ativação daquelas forças reprimidas era insuficiente para uma revolução socialista, mas impunha inexoravelmente transformações na sociedade dependente. Foi por isso que a distensão política do regime civil-militar passou a ser almejada pelas próprias frações da classe dominante, deixando suas contradições flagrantes.

Deste movimento de transição começado nos anos setenta, o PT seria fundado em 1980, sendo que toda a discussão de base que dará origem ao movimento de fundação deste partido estava ocorrendo em todo o país e fora dele. Florestan fez parte desta movimentação e sua interpretação sobre a conjuntura da época foi muito influente no debate. Do ponto de vista do autor, a tarefa burguesa naquele período de início de abertura política seria dupla: reforçar a autocracia burguesa ampliando a cooptação para baixo, criando formas de conexão com o restante da sociedade civil, a classe trabalhadora, de maneira a camuflar os privilégios burgueses, e estabelecendo o alcance constitucional e legal do Estado autocrático de forma mais ampla. Não se trataria de retomar uma suposta “democracia”, mas sim de retomar condições seguras para o prosseguimento da ordem social de antes de 1964.

O sociólogo foi preciso ao formular que as classes dominantes teriam de encontrar novas formas coercitivas estatais e que uma possível ampliação da democracia de cooptação implicaria o beneficiamento de outras classes que não só as altas e as médias. No entanto, compreendia que a possibilidade de mobilidade social vertical teria duas consequências: i) aumentaria o horizonte da consciência burguesa ao converter estas classes despossuídas em possuidoras gerando protestos de dentro da ordem; ii) geraria uma organização crescente de pressões contra a ordem, uma vez que estariam expostas as contradições da sociedade de classes.

Neste sentido, Florestan acreditava que a democracia de cooptação aberta nasceria débil, pois na perspectiva das classes tuteladas ofereceria muito pouco, enquanto na ótica dos dominantes teria um preço muito elevado. Era como se a forma política da democracia de cooptação fosse uma segunda opção para todos que dela participavam. Florestan aponta que as burguesias brasileiras não dariam conta de lidar com a cooptação sob bases tão precárias com um Estado autocrático, pois num país de extrema concentração de renda e de poder restaria pouco para a compra de alianças ou de lealdades (Fernandes, 1975). Se era esta a tarefa aberta para a burguesia, restaria saber qual seria a tarefa da classe trabalhadora brasileira.

É neste contexto de emergência de democracia de cooptação ainda sob Estado autocrático que Florestan propõe que o PT, partido nascido em 1980 oriundo das greves operárias de 1978, teria de decidir se optaria ou não por se tornar um partido proletário revolucionário (Fernandes, 1981). Florestan traz uma importante reflexão sobre o papel dos trabalhadores na vanguarda do processo revolucionário. Ao destacar isso, faz uma afirmação que parece se confirmar hoje como uma profecia:

A revolução proletária volta-se para a emancipação coletiva dos trabalhadores pelos *próprios trabalhadores*. Ou o PT decifra a solução correta dessa necessidade histórica na cena brasileira ou ele engrossará as fileiras dos partidos reformadores imantados à “reforma capitalista do capitalismo”, ao “capitalismo melhorado” ou ao “capitalismo do bem-estar social” (Fernandes, 1981, p. 241).

Ao mesmo tempo que Florestan mantinha-se convencido da ideia de que o horizonte da classe trabalhadora era o horizonte socialista, compreendia que era necessário um processo de transição democrática, com o estabelecimento de uma nova constituição para a organização da classe. Não havia condições ainda para uma revolução imediata, porém o partido deveria constituir-se com este objetivo estratégico. Em sua compreensão da situação política real do Brasil nos anos 1980 o autor se dispôs pessoalmente a ser deputado constituinte entre 1987 e 1991 e exercerá, pelo PT, o cargo de deputado federal, para o qual é eleito e atua entre 1991 e 1995.

A interpretação de Florestan Fernandes sobre a consolidação da revolução burguesa no Brasil foi um marco para se pensar o Brasil enquanto nação e as possibilidades democráticas e revolucionárias no país. Entretanto sua análise política esteve longe de ser consensual. Em especial, no tocante às perspectivas democráticas e a forma organizacional sob a qual dever-se-ia constituir o novo partido e a ação política dos trabalhadores nos anos 1980.

Pode-se afirmar que Carlos Nelson Coutinho, intelectual oriundo do Partido Comunista Brasileiro tinha uma visão distinta para as perspectivas da democracia brasileira daquela apresentada por Florestan Fernandes. Mais precisamente, na época da lei de anistia, 1979, ano que em escreve *A democracia como valor universal*, ele apostava com mais força no processo de democratização como um grande apoio à tarefa que julgava competente às forças de esquerda no país: a luta pelo fim do regime de exceção implantado em 1964 e a implantação do socialismo.

Coutinho seria responsável pela introdução de uma das leituras de Gramsci no Brasil, alinhada à visão de Estado como representação da superestrutura, o que o fez afirmar no final da década de setenta, em movimento de crítica ao stalinismo soviético e à socialdemocracia burguesa, que a passagem para a democracia socialista seria algo provável e de transição longa, necessitando a criação de “pressupostos ideológicos, econômicos e políticos” (Coutinho, 1979). Portanto a tarefa de democratização posta para esquerda se tratava de uma estratégia, e não de uma tática, de pôr fim às soluções prussianas – ou às soluções de “revolução passiva”, conforme o vocabulário visto em Coutinho (1989) – dando resposta às insuficiências da revolução burguesa no Brasil.

A interpretação de Brasil de Carlos Nelson aponta que o sistema capitalista, que à época recém atingira a fase monopolista de Estado, traz inexoravelmente na sua dinâmica os elementos que poderiam viabilizar a passagem da democracia liberal para a democracia socialista. A transição da democracia liberal para a socialista seria, portanto, a superação dialética da democracia liberal, tal qual elaborada pelos autores liberais desde o século XVII. Isto se daria com a permanência de traços antigos, com a incorporação de elementos novos e a negação dos elementos incompatíveis com o novo momento histórico de emancipação humana, abertura possível graças à criação incipiente daqueles pressupostos ideológicos, econômicos e políticos.

A democracia socialista, seria fundada na participação e controle das massas do processo político e pela reversão da solução de revolução passiva. Para esta democracia ser atingida, ela teria de ser construída por um processo de “renovação democrática” que acabasse com a alienação política – fruto do autoritarismo do regime de exceção – e com a tendência à burocratização estatal. Isto se daria pelo fortalecimento de tendências recém surgidas naquele contexto. A saber: o surgimento de novos mecanismos de democracia direta relativamente dissociados do Estado (comissões de empresa, sindicatos, associações religiosas, grupos de bairro etc.) agregando, numa unidade, interesses plurais, principalmente da classe operária, de

forma organizada de baixo para cima, o que conformaria um “sujeito político coletivo”; também reforçaria as formas de democracia indireta (parlamento e cena político-partidária), de forma a constituírem uma “síntese política dos sujeitos coletivos” (Coutinho, 1979).

Neste sentido, o partido também seria um sujeito político coletivo construído a partir deste processo de democratização e inclusive por isso uma advertência é feita: estes mecanismos de democracia direta e indireta não poderiam resultar na “burocratização proletária do Estado”, pois a ideia de uma “sociedade regulada” defendida por Coutinho era ter um autogoverno dos produtores associados com o fim da alienação política.

Isto, teoricamente, daria a possibilidade de superação dialética da democracia liberal pela democracia socialista. Portanto, a democracia socialista requer mais que a socialização dos meios de produção, mas uma verdadeira socialização da política com a superação da antinomia entre governantes e governados, elemento fundante da política segundo Gramsci (Coutinho, 2011).

O ponto da análise propositiva de Coutinho que gerou muita polêmica foi sua crença de que as possibilidades de transformação da democracia a partir da distensão do regime civil-militar estariam, num primeiro momento, circunscritas aos limites da democracia liberal, pois o processo de renovação democrática seria lento e gradual. As raízes disso estariam no fato de a fonte da fraqueza democrática brasileira estar na tradição de revoluções passivas, a qual aliada à marca da antidemocracia, geraria uma barreira temporária para a “renovação democrática” em nível das massas, referida anteriormente. Esta renovação ficaria ainda por certo tempo sob a hegemonia de monopólios nacionais e internacionais burgueses.

Coutinho chegou à seguinte formulação sobre uma bifurcação iminente para a abertura do regime civil-militar:

Embora no quadro de uma busca permanente da máxima unidade possível, é certo que se alterarão – em função das tarefas concretas – a natureza e a amplitude das alianças visadas pelas forças populares. De modo esquemático, poderíamos dizer que as tarefas da renovação democrática desdobram-se em dois planos principais. Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e nas permanências das “regras do jogo” a serem implantadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade.

E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca de unidade, nesse nível terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política (COUTINHO, 1979, pp. 45-46).

A primeira abertura, de busca de unidade das forças que buscavam o fim do regime de exceção, foi importante para atingir o conjunto de liberdades citado para a garantia de um regime estabelecido pela Assembleia Constituinte findado o regime civil-militar. Portanto, o objetivo primeiro era a suplantação do regime civil-militar.

Até este ponto, mesmo com nuances diferentes na análise Florestan e Coutinho tendem a convergir na política, porém quanto ao segundo movimento sugerido por Coutinho, que é exatamente aquele que Florestan identificaria como favorável ao aprofundamento da democracia de cooptação, surge a divergência referente à tática de ação da burguesia e suas implicações para a luta de classes no país.

Desta forma, o segundo caminho, de construção de alianças que construiriam o rumo para a democracia de massas, é o que parece despontar como ponto de maior polêmica do texto. Se tanto para economia política crítica e para a teoria política crítica, nas quais o autor baiano se baseia, as contradições da sociedade capitalista estão postas nas irreconciliáveis lutas de classe, econômicas e políticas, a construção de alianças para orientar a democracia liberal para a democracia de massas seria uma tarefa cheia de dificuldades e não sinalizava uma crítica à existência da propriedade privada.

Para Coutinho, a passagem pela agenda democrático-popular era uma necessidade para a chegada na sociedade regulada de Gramsci ou, simplesmente, na democracia socialista: a democracia era um processo.

Esta discussão das perspectivas sobre a democracia brasileira encontraria na criação do PT a materialidade de representação partidária, na medida em que já existia nos espaços políticos que formaram a base do que veio a ser este partido. Foi no seio do PT que boa parte da discussão sobre a ação política necessária para estabelecer um processo democrático que apontasse a necessidade histórica de emancipação coletiva dos trabalhadores na cena brasileira. Não havia espaço nos anos 1980, na base do PT, para se pensar fora do horizonte democrático ou, muito menos, no socialista. A interpretação que tal partido faria, ao longo das décadas posteriores sobre as perspectivas democráticas é indispensável para se entender os limites que se colocaram ao partido como instrumento de transformação social emancipatório da classe trabalhadora e nos traz a pauta a categoria gramsciana de transformismo.

6.3 Transformismo: a democracia como instrumento de acomodação à ordem burguesa na Nova República

Transformismo para Gramsci é um processo de absorção gradual e contínua dos setores aliados e inimigos, aparentemente irreconciliáveis, através de variadas técnicas dentro de uma determinada organização ou movimento político. E temos a hipótese de que foi este o processo por meio do qual o PT se constituiu como a maior força política do congresso brasileiro no início dos anos 2000. Porém é necessário construir historicamente esta hipótese.

O PT é um partido de correntes, sem centralismo democrático, porém construído a partir de suas teses congressuais, como os partidos da tradição de esquerda. No seu V Encontro Nacional em 1987, os dirigentes do PT deixaram evidente que, nas suas formulações, descartariam o caráter nacional de sua estratégia política como central, indicando que a aliança com a burguesia brasileira seria espúria, na medida em que em nada contribuiria para o atingimento da meta final do partido: a introdução do socialismo no Brasil (Iasi, 2013).

É interessante perceber como a política do PT apontava compartilhar o horizonte estratégico socialista com a tradição comunista, porém indicava uma ruptura com estratégia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que advogava uma necessária etapa nacional, ao mesmo tempo mantinha a perspectiva da democratização com acúmulo de forças entre várias classes para realizar a “transição para a transição” tal qual a Estratégia Democrático-Nacional do PCB. O programa do PT ficou conhecido como democrático-popular exatamente por não incorporar a dimensão nacional em sua estratégia.

Coerentemente com a perspectiva da democratização como um acúmulo de forças, nos anos oitenta e noventa o partido disputou eleições majoritárias e proporcionais formando bancadas importantes e ganhando algumas prefeituras e governos de estados. Para conseguir realizar seus governos, no Estado burguês, o PT aderiu aos processos de alianças. Nestes processos de alianças acordos locais se sobrepuseram aos elementos programáticos e a orientação geral de atuação do partido foi mudando de forma.

Ao mesmo tempo que isto ocorria em alguns pontos do país, internamente, durante os governos de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique (1995-2003) o partido ainda mantinha alguns de seus princípios fundantes, sua bancada no congresso era a maior força antagonista ao neoliberalismo que foi implementado naquele contexto de duas décadas seguidas de baixo crescimento. Ao mesmo tempo o partido ainda não reunia as condições objetivas para a chegada ao poder e assistia no congresso à prática

do presidencialismo de coalizão: uma forma de governabilidade nascida com o fim da ditadura que se baseia na compra de alianças políticas para obtenção de maioria parlamentar e que acaba por incorporar setores fisiologistas – aqueles que adequam seus princípios e interesses à situação de momento para estarem na base governamental.

Se considerarmos a perspectiva de Fernandes (1975), a democracia de cooptação em novos patamares não era ainda possível fosse pela própria conjuntura socioeconômica brasileira ou mesmo pela situação econômica mundial à época. A década de 1980 foi a de reajustamento do padrão ouro-dólar, com a política do dólar forte e geopolítica da “Guerra nas Estrelas” seguida da derrubada do mundo comunista, enquanto a década de 1990 foi a uma década de crises financeiras na Ásia, Rússia e América Latina.

Vale lembrar que o cenário latino-americano era de crise da dívida externa e havia intensa instabilidade na região. Sarney, de um lado, governou sob forte pressão popular após a Constituinte e, de outro, teve a missão de continuar o legado da revolução burguesa dependente que passava a se voltar ao neoliberalismo no período de fim da Guerra Fria e promovia o início da reestruturação produtiva; Collor foi quem começou a implantar as medidas econômicas neoliberais no Brasil e seu governo seria conturbado pelas crises social, econômica e, principalmente, política; Itamar Franco e FHC centraram seus esforços na estabilização monetária e naquilo que consolidou de vez o neoliberalismo à brasileira: o Plano Real com seu tripé de ajuste fiscal, política monetária austera e câmbio flutuante.

Diante destas conjunturas conturbadas conclui-se que não havia espaço, dentro do jogo democrático, para a conciliação de interesses divergentes e para o atendimento de demandas das camadas pobres, nem mesmo de forma paliativa. Estas condições não estavam na ordem do dia naquele momento. A década perdida de oitenta e a década de noventa significaram o prolongamento da compressão das condições de vida dos trabalhadores, ainda que após agosto de 1994 tenha havido estabilização monetária e imediata redução da pobreza.

Após a instabilidade da virada do século, os anos 2000 se abriram com novas possibilidades. O avanço do crescimento da China favoreceu significativamente o Brasil, além da conjuntura específica de eleições de presidentes latino-americanos de centro-esquerda. Só sob um contexto internacional mais favorável; com a estabilização monetária interna; com candidato a presidente com a origem e o apelo popular de Lula foi que o PT avaliou ser necessário um acordo (subserviente)

com as burguesias dominantes para obter junto à sociedade brasileira as condições para a chegada ao poder. Vale destacar que o programa que emanou no Congresso do PT no ano de 2002, quando se realizaram as eleições presidenciais, na qual elegeram seu primeiro presidente, a palavra socialismo não constava mais no texto, muito menos no campo do horizonte estratégico.

Ao assumir a linha de menor resistência de conciliação e apassivamento da luta de classes e rendição aos princípios neoliberais do plano de estabilização monetária, o PT completou seu transformismo e virou um partido da esquerda da ordem, reproduzindo a dependência e o subdesenvolvimento típicos do capitalismo dependente, por atuar somente sobre os efeitos e não sobre as causas da questão social (León & Malta, 2017). Passou então a cooptar, na terminologia de Florestan, as classes tuteladas, fornecendo soluções conjunturais para dilemas estruturais como a pobreza e a desigualdade. É importante, porém, ressaltar que os governos anteriores aos do PT só lograram uma melhoria conjuntural das condições de vida por meio da nova rodada de modernização dos padrões de consumo dos governos de Lula e Dilma. Neste sentido, o PT foi um marco na história do país ao incorporar os setores mais pobres às ilusões consumistas do capitalismo, mas sem resolver os problemas da segregação social.

No entanto, precisamos observar que no caso específico da construção política necessária para a eleição presidencial, o PT não apenas fez uso da política de alianças no processo eleitoral, mas do presidencialismo de coalizão após eleito com a compra de alianças políticas para obtenção de maioria parlamentar.

Em 2005, exposto por estar envolvido no caso de corrupção conhecido como “mensalão” em que o partido comprava votos de parlamentares através negociatas e financiamentos escusos, o PT evidenciou o sentido da compra de alianças como cooptação através da corrupção e aliança com interesses burgueses, levando as previsões de Florestan sobre o que seria uma democracia de cooptação às suas últimas e mais duras consequências. A dinâmica específica do mensalão consistia no pagamento pecuniário mensal e ilegal para alguns congressistas (Anderson, 2020).

A estratégia de ação do PT, portanto, foi de atingir novas formas de manter o *status quo* transformando progressivamente seu programa originário para atender a ampliação das alianças, porém mantendo um discurso popular principalmente voltado para a inclusão social pelo consumo. Ironicamente a cooptação foi exercida em sua forma plena, com a abertura para baixo por um

partido de base social trabalhadora. Cumprindo as características do transformismo de Gramsci e da democracia de cooptação de Fernandes.

A cooptação, aquela segunda opção que coube às frações burguesas e à classe trabalhadora na redemocratização, sofreria uma inflexão definitiva com as chamadas Jornadas de Junho de 2013, nas quais grande parte da população foi às ruas mostrar sua insatisfação com as promessas do Estado democrático de direito. Nossa interpretação é de que o ano de 2013, explodiu como um barril de pólvora que as próprias políticas do PT e os órgãos de opinião pública acenderam (Sampaio Jr., 2017). Os descasos com a resolução da questão social e a, cada vez mais evidente, participação ou conivência com casos de corrupção, especialmente os que envolviam a Petrobras, sinalizam nesta direção. Uma crise de acumulação se tornou também uma crise de representatividade e a juventude, demonstrando sua ojeriza contra os partidos da ordem, foi às ruas protestar.

A partir de então, a luta de classes no Brasil assumiu algumas dimensões peculiares. Uma dimensão política com a crise de representatividade política, pois boa parte da população passou a questionar o funcionamento da democracia liberal, ainda mais com a disputa fratricida entre as frações de classe burguesa a partir do impedimento da presidente Dilma; uma dimensão econômica que vinha desde os anos oitenta com o processo de desindustrialização e que o PT não reverteu; uma dimensão social exposta pela denúncia social da percepção de níveis elevados de desigualdade e pobreza.

As classes dominantes não hesitaram em demonstrar sua intolerância ao uso do conflito como uma forma de resolução das lutas sociais e usaram a opinião pública contra qualquer manifestação contra a ordem. Aparelhos de Estado como a imprensa e os novos movimentos conservadores como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL) – que foi criado em parte para se contrapor à sigla parecida MPL (Movimento Passe Livre) que tem uma pauta progressista que luta por tarifa zero de transporte –, tentaram tomar a frente das manifestações e lograram mobilizar grande parte da população contra o governo petista. Ao mesmo tempo é importante ter atenção ao fato de que organizações conservadoras como as igrejas neopentecostais ligadas à “teologia da prosperidade” também foram se ampliando no âmbito das classes populares, fortalecendo um discurso moralista. As classes dominantes manipularam a situação como se as manifestações que inicialmente começaram como protestos específicos e nitidamente políticos, fossem apartidárias e como se não tivessem uma bandeira política clara. Novamente, como em tantos momentos da

história do Brasil, as demandas dos movimentos populares foram reduzidas à pauta da corrupção. Vale lembrar, no entanto, que do outro lado, setores da juventude se organizaram para se manifestar contra as políticas neoliberais do governo Dilma Rousseff e grupos como os *black blocs*, um movimento da juventude com inspiração anarquista e com tática de guerrilha urbana que agitavam as ruas em legítima manifestação de insatisfação.

Após uma fase de espontaneidade ímpar, nascida das contradições internas da democracia de cooptação, e que foi seguida por uma explosão do número de greves por todo o país, os movimentos das ruas foram manipulados por movimentos conservadores (Sampaio Jr., 2017). A manipulação da opinião pública seguiu de tal forma que o descontentamento multitudinário inicial foi transformado em ódio da classe média contra o partido que representava, para as classes dominantes, para os setores médios e parte considerável da classe trabalhadora, as mudanças sociais dos últimos anos: o PT.

Assim, a crise da forma política que atingira seu ápice sob o PT chegara ao seu momento de agonia final com o impedimento de Dilma em 2016. As pautas avançadas contra os direitos dos trabalhadores no governo Temer e a eleição de Jair Bolsonaro, que à época era filiado ao Partido Social Liberal (PSL), em 2018, apontam o esgotamento daquela forma política e com ela o fim iminente da Nova República.

Podemos afirmar que o debate sobre modo de produção e revolução no Brasil muda de patamar com os acontecimentos históricos da ditadura civil-militar de 1964-1985, que consolida a revolução burguesa no Brasil. O tipo de democratização após a promulgação da Constituição de 1988 não gestou a democracia de massas de Coutinho e a democracia de cooptação de Florestan parece ter se realizado até seu esgotamento. Ainda assim, a referência estrutural da democracia restrita e da dupla articulação que caracterizam o capitalismo dependente parece permanecer.

Considerações finais

A título de considerações finais, cabe fazer alguns comentários sobre estas formulações e a história do pensamento econômico.

Do ponto de vista histórico e teórico, a controvérsia dos modos de produção no Brasil apresenta um núcleo central originário: as formulações de Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré e os debates na esquerda brasileira em torno do PCB e da incorporação das teses da 3ª Internacional. Estes autores apresentam as formulações que serão referenciadas e influenciarão as formulações críticas posteriores – como as de Jacob Gorender, Ignácio Rangel, Florestan Fernandes

e Carlos Nelson Coutinho – e estabelecem os marcos dos debates teóricos e dos posicionamentos políticos. Prado Junior e Sodré estão em debate direto, circulando pelos mesmos espaços e fazendo diretamente críticas e referências um ao outro.

Gorender, Cardoso e Rangel se inserem inicialmente de maneira marginal ao debate e posteriormente como desdobramento deste. As formulações de Gorender e Cardoso vão representar um importante marco de reflexão e reformulação teórica, no âmbito da historiografia, e política, considerando os desdobramentos da ditadura empresarial-militar e as diversas mudanças nas organizações de esquerda, no Brasil dos anos 1970, colocando uma nova e autoral categoria do modo de produção no Brasil. Já a formulação da Rangel será ainda mais marginal aos debates, tanto nas suas primeiras formas em 1957, como nos desdobramentos posteriores.

O debate dos modos de produção no Brasil pode ser analisado também com relação ao tradicional debate da historiografia sobre a transição do feudalismo ao capitalismo estabelecido nos anos 1960 e 1970 com participação de autores como Maurice Dobb ([1963] 1977; 1977a; 1977b); Paul Sweezy (1977), H. Kohachiro Takahashi (1977), Rodney Hilton (1977), Christopher Hill (1977), Eric Hobsbawm (1964; 1975).

É possível pensar paralelos entre a visão de Maurice Dobb sobre a transição do feudalismo para o capitalismo com a visão de Sodré sobre o modo de produção no Brasil. Dobb associa o processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa como identificada primordialmente a processos de contradições internas do modo de produção feudal, centradas nas disputas e antagonismos entre os senhores feudais e os servos, que levou ao processo de transição, isto é, Dobb enfatiza os elementos das relações sociais de produção para caracterizar o modo de produção e aquele processo de transição, com semelhança à ênfase dada às relações de propriedade da terra e às relações sociais de produção dada por Sodré.

Já a análise do modo de produção no Brasil feita por Caio Prado tem como elementos fundamentais a caracterização da estrutura econômica associados ao objetivo da produção, no sentido do impulso à produção ser dado pelas possibilidades de rentabilidade no âmbito do capital comercial. Se pensarmos no já referido debate da historiografia sobre a transição do feudalismo ao capitalismo é possível pensar paralelos entre a visão de Paul Sweezy sobre a transição do feudalismo para o capitalismo com a visão de Caio Prado sobre o modo de produção no Brasil.

Sweezy caracteriza a economia feudal como uma economia na qual há produção de valores de uso e o processo de transição do feudalismo para o capitalismo teria se dado com a expansão das trocas, engendrando relações de troca nesta sociedade caracterizada pela produção de valores de uso, gerando assim, contradições, assim, entendendo que no comércio está o elemento essencial para o fim do feudalismo. Esta ênfase ao comércio e ao sistema de mercado apresentada por Sweezy pode ser um elemento de aproximação entre a análise apresentada por Sweezy para o processo de transição do feudalismo para o capitalismo e para a identificação do modo de produção no Brasil feita por Caio Prado, ainda que este último dê maior ênfase aos elementos das relações sociais de produção e das forças produtivas que o feito por Sweezy.

Os debates sobre a transição do feudalismo para o capitalismo e os debates sobre os modos de produção no Brasil se articulam enquanto questionamento e reflexões sobre as categorias modo de produção, formação econômico-social; sobre quais são as características e os movimentos entre os diferentes momentos históricos em outras formas de organização social da vida além do capitalismo; sobre a compreensão dos movimentos históricos e o determinismo e o etapismo em determinadas formulações; bem como os debates em torno das formas de superação do modo de produção capitalista – a reflexão a transição para o capitalismo traria elementos para subsidiar o debate em torno da superação do mesmo.

Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho têm uma contribuição peculiar ao debate aqui proposto ao assumirem o as proposições lançadas por Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, sobre a especificidade da inserção da formação social brasileira no modo de produção capitalista desde os tempos coloniais. Esta inserção específica que segundo eles, se dá sob a dupla articulação do capitalismo dependente, colocou o Brasil diante de um dilema sobre qual seria o sentido do processo de redemocratização brasileira uma vez terminada a ditadura de 1964-1985. Com a criação do Partido dos Trabalhadores, com a Central Única dos Trabalhadores, com o movimento das Diretas Já e, por fim, com todo o processo que culminou na Constituição de Federal de 1988 tivemos formadas a base da democracia sob a chamada Nova República. Porém, na mesma época o neoliberalismo chegava como ideologia, conjunto de políticas econômicas e filosóficas e como uma verdadeira fase do capitalismo global que faria com que as forças comprometidas com ideais democráticos passassem por um processo de transformismo em prol da governabilidade e abdicassem do seu potencial revolucionário.

A controvérsia dos modos de produção no Brasil representou um importante debate sobre a estrutura econômica brasileira na historiografia do pensamento econômico e social brasileiro. Buscou-se neste artigo apresentar, brevemente, as principais formulações que compõem a controvérsia, destacando seus principais elementos teóricos. O resgate desta controvérsia tem sentido teórico de compreender analiticamente estas formulações e trazer estes elementos teóricos para compreensão dos desdobramentos das características da formação econômico-social brasileira para analisarmos o Brasil contemporâneo e suas contradições, mas também servir como referência para pensarmos formas de intervenção na realidade e transformações estruturais para a realidade brasileira. Afinal, estes autores não realizaram estes movimentos de interpretação do Brasil no vácuo, mas com foco nas questões estruturais concretas da realidade brasileira de seus tempos históricos.

Compreender o que foi o processo de configuração da formação econômico-social brasileira e, portanto, seu modo de produção, é uma das tarefas basilares das análises de interpretações do Brasil. Quando pensamos as interpretações marxistas do Brasil, esta tarefa está diretamente associada ao processo de análise sobre e aposta para a revolução brasileira. A depender da forma como se analisa a formação econômico-social brasileira, seu modo de produção e suas debilidades e contradições, o caráter da revolução brasileira a ser sugerido e considerado necessário, varia. De acordo com o movimento da conjuntura política, econômica e social na qual o(a) autor(a) está fazendo sua interpretação, estes fatores também são modificados. A depender das demandas da conjuntura e das possibilidades abertas por esta conjuntura, o caráter do debate sobre a revolução brasileira muda, assim como muda a centralidade da revolução brasileira para a análise sobre o Brasil apresentada.

Um adendo é necessário ser feito, os autores abordados neste artigo não esgotam as contribuições dos marxistas às interpretações do Brasil. Muito pelo contrário.

Neste texto apresentamos um recorte das interpretações marxistas do Brasil tomando como eixo condutor os debates em torno das controvérsias dos modos de produção no Brasil e da revolução brasileira – que abrangem também as questões sobre a democracia. Este é um recorte que engloba algumas das principais contribuições de marxistas para as chamadas interpretações do Brasil e para a história do pensamento econômico e social brasileiro. Outros recortes poderiam ser feitos, como em torno das análises sobre a inserção brasileira no cenário internacional e sobre a dependência, sobre a configuração dos blocos de poder no Brasil, entre para dar dois exemplos.

Mesmo no campo das análises sobre os modos de produção no Brasil, este debate ainda encontra outros desdobramentos ricos e frutíferos na história do pensamento marxista no Brasil, em especial, nos anos 1960, 1970 e 1980. Aqui nos referimos aos debates sobre as especificidades do capitalismo no Brasil, mais especificamente, sobre as análises sobre o capitalismo dependente que se forja no Brasil, como em Fernandes (1968; 1972; 1975; 1981), Marini (1974; 1977; entre outros), Bambirra (1974; 1978); Santos (1967; 1978; 2015); Ianni (1981), Oliveira (1972; 2003), Moura (1983; 1988; 1989; 1994) – este fazendo uma aproximação também com as análises do *Escravidão Colonial* de Gorender –, Gonzalez (1978; 1980; 1982), entre outros e outras. Mas para estes debates e estes recortes na história do marxismo nas interpretações do Brasil, teríamos que escrever outros textos que fogem ao escopo deste artigo que aqui se apresenta.

Levando-se em consideração o momento da quadra histórica na qual este texto é finalizado, percebemos que a revolução brasileira se torna cada vez mais necessária e desafiadora, ainda que esteja muito distante dos horizontes que esta quadra histórica parece abrir espaço para. Mas como marxistas, entendemos que é nas contradições da realidade histórica que emergem as tensões e potencialidades para sua superação, logo, a luta deve ser forjada de maneira ainda mais intensa e resiliente.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, F. 2015. Apresentação. In: ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis. (Org.) *Na Contracorrente da História*. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). São Paulo: Sundermann, p. 13-17.
- ANDERSON, P. 2020. *Brasil à parte: 1964-2019*. Editorial Boitempo. São Paulo.
- BAMBIRRA, V. 2013, (1972). *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: INSULAR.
- _____. 2000, (1988). *Teoría de la dependência: uma anticrítica*. Cidade do México: Ediciones Era.
- BIELSCHOWSKY, R. 2000, (1988). *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto.
- _____. “Ignácio Rangel”. 2014. In: PERICÁS, L. B., SECCO, L. F. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, p. 99-116.
- BORJA, B. 2013. *A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado*. Tese (Doutorado em Economia) – PPGE-IE-UFRJ.

- BORJA, B., CURTY, C., LEÓN, J. 2022. “Visões da revolução brasileira: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior e Florestan Fernandes.” In: MALTA, M., LEÓN, J., CURTY, C., BORJA, B. *Controvérsias sobre história, desenvolvimento e revolução no Brasil: pensamento econômico em interpretação crítica*. Rio de Janeiro: Mórula, p. 183-222.
- BRANDÃO, O. 2006, (1926). *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil*. São Paulo: A. Garibaldi, 2ª edição.
- CARDOSO, C. F. S. 1973. “El modo de producción esclavista colonial en América.” In: *Cuadernos de Pasado y Presente*. Córdoba/Argentina, no. 40, p. 193-242.
- _____. 1985. *O trabalho na América Latina Colonial*. São Paulo: Ática.
- CASTRO, M. H. M. 2005. “Nosso mestre Rangel”. In: RANGEL, I. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 15-36.
- CASTRO, M. H. M., BIELSCHOWSKY, R., BENJAMIN, C. 2014. “Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário de seu nascimento”. *Revista de Economia Política*, vol. 34, nº 4 (137), pp. 527-543, outubro-dezembro.
- COUTINHO, C. N. 1979. A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil. *Revista Encontros com a civilização brasileira*. nº 9, pp. 33-47.
- _____. 2011, (1988). “A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior”. In: COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil – ensaios sobre idéias e formas*. 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. 1989. “Uma via ‘não-clássica’ para o capitalismo”. In: D’INCAO, M. A. (Org.) *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo, Brasiliense, Unesp, p. 115-132.
- CUNHA, P., CABRAL, F. 2006. “Apresentação”. In: CUNHA, P. R.; CABRAL, F. (orgs.). *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP, p. 9-13.
- CURTY, C., MALTA, M. 2022 “Elementos metodológicos para a organização do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias”. In: MALTA, M., LEÓN, J., CURTY, C., BORJA, B. *Controvérsias sobre história, desenvolvimento e revolução no Brasil: pensamento econômico em interpretação crítica*. Rio de Janeiro: Mórula, p. 41-78.
- DEL ROIO, M. 2000. “A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de uma particularização de uma revolução burguesa em processo”. In: MORAES, J. Q., DEL ROIO, M. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v. 4: Visões do Brasil. Campinas: Unicamp, p. 69-125.

- DOBB, M. 1977, (1963). *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. 1977a. “Réplica”. In: SWEEZY, P. et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, p. 59-78.
- _____. 1977b. “Um comentário posterior”. In: SWEEZY, P. et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, p. 129-138.
- FERNANDES, F. 1968. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. 1972. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- _____. 2011 (1975). *A revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação Sociológica. São Paulo: Editora Globo.
- _____. 2015 (1981). *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. 1984. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo hoje*. São Paulo: Editora Globo.
- _____. 1995. *Caio Prado Jr.: A rebelião moral*. In: FERNANDES, F. *A contestação necessária*. São Paulo, Ed. Ática.
- FIGUEIREDO, J. R. 2004. *Modos de ver a produção do Brasil*. São Paulo: Educ; Campinas: Editora Autores Associados.
- GONZALEZ, L. 1978. *Qual o lugar da mulher negra enquanto força de trabalho?* Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. (Iuperj). Rio de Janeiro (mimeo).
- _____. 2020 (1980). A questão negra no Brasil. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 183-190
- _____. 2020 (1982). A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 49-64.
- GORENDER, J. 1978. *O escravismo colonial*. Editora Ática. São Paulo: Brasil.
- GRESPLAN, J. L. 2006. “O conceito de “modo de produção” em Nelson Werneck Sodré”. In: CUNHA, P., CABRAL, F. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. p. 135-150.
- HILL, C. “Comentário”. 1977. In: SWEEZY, P. et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, p. 167-174.
- HILTON, R. 1977. “Comentário”. In: SWEEZY, P. et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, p. 151-166.

- HOBBSAWM, E. 2006, (1964). “Introdução.” In: MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*.
_____. 1975. “A crise geral da economia européia no século XVII”. In: SANTIAGO, T. A. (org.).
Capitalismo – transição. Rio de Janeiro: Eldorado.
- _____. 1995. *A Era dos extremos. O Breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das
Letras.
- IANNI, O. 1981. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEÓN, J., MALTA, M. 2022. “Democracia restrita, democracia de massas e crise da Nova
República”. In: MALTA, M., LEÓN, J., CURTY, C., BORJA, B. *Controvérsias sobre história,
desenvolvimento e revolução no Brasil: pensamento econômico em interpretação crítica*. Rio de
Janeiro: Mórula, p. 295-323.
- LIMA, A. S. 2008. “Caio Prado Jr. e a polêmica ‘feudalismo-capitalismo’: pela desconstrução de
consensos”. In: *AURORA*, ano II número 3, dezembro, p. 70-79.
- MADUREIRA, M. A. 2006. “A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck
Sodré: seu lastro filosófico”. In: CUNHA, P., CABRAL, F. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre
e a pena*, p. 215-244.
- MAESTRI, M. 2010. “O escravismo Colonial: a revolução copernicana de Jacob Gorender.” In:
GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- MALTA, M. 2013. “Ignácio Rangel e a categoria dualidade básica: uma interpretação do Brasil.” In:
XVIII Encontro Nacional de Economia Política, Belo Horizonte. *Anais do XVIII Encontro
Nacional de Economia Política*, v. 1. p. 1-21.
- MALTA, M. *et alli*. 2015. “Jacob Gorender: modo de produção e transição tipicamente brasileiros
para se pensar uma revolução socialista”. In: *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo
2015: Insurreições, passado e presente*, Niterói.
- MANTEGA, G. 1984. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes.
- MANZANO, S. 2011. “Formação Social Brasileira em Caio Prado Júnior.” In: PINHEIRO, M.
(org.) *Caio Prado Junior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto, p. 57-62.
- MARINI, R. M. 1977. *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México: Ediciones Era.
_____. 2014, (1974). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular.
- MOURA, C. 2014, (1994). *Dialéctica radical do Brasil negro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois.

- _____. 1989. *História do negro brasileiro*. Editora Ática.
- _____. 2019, (1988). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. 1983. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. In: *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, p. 124-137.
- NETTO, J. P. 2014. *Pequena história da ditadura brasileira: 1964-1985*. Cortez editora.
- NOVAIS, F. 1979. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec.
- MARINI, R. M. 2005, (1973). “Dialética da dependência” In: *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. Expressão Popular, São Paulo.
- _____. 2014, (1969). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: INSULAR.
- OLIVEIRA, F. de. 1972. “A economia brasileira: crítica à razão dualista”. In: *Estudos Cebrap nº2*.
- _____. 2003. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial.
- PEDROSA, M., XAVIER, L. 2015, (1931). Esboço para uma análise da formação econômica e social brasileira. In: ABRAMO, F., KAREPOVS, D. (Org.) *Na Contracorrente da História*. Documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940). São Paulo: Sundermann, p. 62-74.
- PINHEIRO, F. 2016. *Fundadores do Marxismo Nacional: interpretações marxistas do Brasil na Primeira República (1922-1931)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).
- PINHEIRO, F. L. 2022. “Revisitando as origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octavio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier”. In: MALTA, M., LEÓN, J., CURTY, C., BORJA, B. *Controvérsias sobre história, desenvolvimento e revolução no Brasil: pensamento econômico em interpretação crítica*. Rio de Janeiro: Mórula, p. 149-182.
- PINHEIRO, F. L. et al. 2015. “Nelson Werneck Sodré: feudalismo e revolução à brasileira”. In: *Anais Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*, Niterói.
- PRADO JÚNIOR, C. 1983, (1933). *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. 1ª edição. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 2011, (1942). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____. 1970 (1945). *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 12ª edição.
- _____. 2014 (1966). *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RANGEL, I. 2005, 2005, (1957). “A dualidade da economia brasileira”. In: RANGEL, I. *Obras reunidas*. Volume 1, Rio de Janeiro: Contraponto, p. 285-353.

- _____. 2005, (1962). “A dinâmica da dualidade brasileira”. In: RANGEL, I. *Obras reunidas*. Volume 2, Rio de Janeiro: Contraponto, p. 552-566.
- _____. 2005, (1980). “Dualidade e ‘escravismo colonial’.” In: RANGEL, I. *Obras reunidas*. Volume 2, Rio de Janeiro: Contraponto, ([1980] 2005), p. 623-635.
- _____. 1981. “A história da dualidade brasileira”. In: *Revista de Economia Política*, vol. 1, nº 4, 5-34.
- RICUPERO, B. 2000. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, Departamento de Ciência Política USP, FAPESP.
- _____. 2009. “Caio Prado Júnior e o lugar do Brasil no mundo.” In: BOTELHO, A., SCHWARCZ, L. M. (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 226-239.
- _____. 2011. “A Aventura Brasileira do Marxista Caio Prado Jr.” In: PINHEIRO, M. (org.) *Caio Prado Júnior: história e sociedade*. Salvador: Quarteto, p. 73-108.
- SANTOS, T. dos. 2015. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Florianópolis: INSULAR.
- _____. 1978. *Imperialismo y dependencia*. Cidade do México: Edicol.
- _____. 1967. “El nuevo carácter de la dependência”. Santiago de Chile: *Cuadernos de CESA*.
- SAMPAIO JR., P. 2017. *Crônicas de uma crise anunciada*. SP-Amarante. São Paulo.
- SODRÉ, N. W. 1944. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio (Documentos Brasileiros, 47).
- _____. 1963, (1958). *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição.
- _____. 1962. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1980. “Modos de produção no Brasil”. In: LAPA, J. R. A. (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, p. 133-156.
- SWEEZY, P. 1977a. “Uma crítica”. In: SWEEZY, P. et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, p. 17-58.
- _____. 1977b. “Tréplica”. In: SWEEZY, P. et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, p. 137-150.
- TAKAHASHI, H. K. 1977. “Uma contribuição para a discussão”. In: SWEEZY, P. et al. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, p. 79-128.

